

Prestação de Contas



- Prestação de Contas de 2019 - Abril de 2020
- Relatório de Gestão de 2019 - Abril de 2020
- Informação de acordo com o Artigo 15º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
- Informação no âmbito da Resolução nº6/2013 do Tribunal de Contas
- Parecer de Certificação Legal de Contas
- Inventário do Património Municipal em 31/12/2019
- Declaração de Responsabilidades

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO	4
2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS.....	5
2.2. DEMOGRAFIA.....	6
2.3. ACESSIBILIDADES.....	8
2.4. ECONOMIA E EMPREGO.....	8
3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO	11
3.1. ENQUADRAMENTO.....	11
3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2019.....	14
3.2.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	14
3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	19
3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA	26
3.2.4. AMBIENTE E PROTEÇÃO CIVIL	34
3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES	36
3.2.6. AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO.....	39
3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL	45
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	48
4.1. ORÇAMENTO.....	48
4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA.....	48
4.1.2. DADOS HISTÓRICOS	50
4.1.3. RECEITA.....	53
4.1.4. DESPESA	59
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.....	67
4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO	69
4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	70
4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	70
4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM).....	73

4.3.	INDICADORES ORÇAMENTAIS	76
5.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	88
5.1.	ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO.....	88
5.2.	ANÁLISE ECONÓMICA.....	90
5.3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	94
6.	APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	98
7.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	100
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	102
9.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	102

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão sintetiza e descreve a atividade desenvolvida pelo município, no final de cada ano económico, sendo que a competência para a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, nas autarquias locais, é do órgão executivo, conforme o estipulado na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na alínea i) do artigo 33º, sendo colocadas à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, conforme o preconizado na alínea l), nº2 do artigo 25º da referida lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro dos municípios. De acordo com o n.º 1 do artigo 6.º deste diploma legal, os municípios têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos e autonomia financeira, que assenta nos poderes estabelecidos no n.º 2, alíneas a) a f) do artigo 6.º do mesmo diploma legal, nomeadamente elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

Este relatório tem por finalidades: explicitar os níveis de execução alcançados, procurando referenciar os aspetos mais relevantes da atividade municipal, no que concerne à sua natureza económica e financeira; apresentar de forma clara e objetiva a situação económica do exercício em análise, bem como efetuar uma análise comparativa da evolução da gestão, nos diferentes setores de atividade do município, no que se refere aos investimentos concretizados, às dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento e condições de funcionamento; Apresentar uma proposta de aplicação de resultados, referente ao exercício de 2019.

Do ponto de vista da contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, definido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de aplicação obrigatória a todas as Autarquias Locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, legislação ainda aplicável ao exercício económico de 2019.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Vila Velha de Ródão localiza-se na região Centro do país, na margem direita do rio Tejo. Este encontra-se inserido na NUT III – Beira Baixa.

Vila Velha de Ródão encontra-se situada num local de grande beleza natural, destacando-se pela sua riqueza e diversidade, no que se refere aos recursos naturais e paisagísticos, em grande parte conferidos pelos recursos hídricos que dispõe e pelas suas características geológicas únicas.

O território integra o Geopark Naturtejo, um dos geoparques classificados pela UNESCO a nível mundial, e o Parque Natural do Tejo Internacional, um dos mais importantes no que respeita, sobretudo, à avifauna, com elevado estatuto de conservação e preservação da natureza.

Sob as águas do Tejo encontra-se guardado um grande tesouro não só para este concelho, mas para toda a região, trata-se de uma das maiores coleções de arte rupestre da Europa. Grande parte das pinturas rupestres ficaram submersas pela construção da barragem, existindo ainda algumas rotas onde se podem conhecer algumas delas, uma vez que se situam acima do nível da água.

Embora o município de Vila Velha de Ródão seja o município de menor dimensão a integrar a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, este distingue-se pelos seus elevados índices de desenvolvimento e crescimento excecionais, face aos recursos que dispõe e à riqueza que gera para o concelho e para o distrito.

Da atividade industrial do concelho, destaca-se a fileira do papel, por assumir um especial relevo enquanto agente económico e empregador do concelho e da região, contribuindo de forma significativa para os níveis do PIB regional e nacional; conta ainda com unidades produtoras de energias renováveis, ao nível da biomassa; conta com uma agricultura em expansão; e uma atividade agroindustrial que valoriza os produtos regionais como o queijo, os enchidos, o mel, o presunto, o azeite e o vinho. Possui ainda uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos. Este panorama resume o potencial gerador de riqueza do concelho.

Ao nível económico, encontram-se representados no concelho de Vila Velha de Ródão todos os setores de atividade. O setor primário, embora de menor expressão, assume especial relevância no contexto distrital, nomeadamente através das suas plantações de nogueiras de vinhas e olivais.

O setor secundário assume aqui um papel relevante, não só para o concelho, como para a região, dado que se encontram aqui instaladas grandes unidades industriais, ligadas à fileira do papel, as quais contribuem decisivamente para a dinâmica da economia local e para o emprego. Neste setor encontramos ainda empresas, de menor expressão, ligadas a áreas como os laticínios, salsicharia, panificação e extração de cortiça.

Pese embora o setor terciário seja ligeiramente menos representativo que o secundário, este assume um importante papel na economia do concelho, encontrando-se aqui representadas empresas ligadas aos setores turístico como a hotelaria e a restauração assim como o pequeno comércio.

A atividade turística associada à paisagem única, à biodiversidade e à oferta cultural instalada (museus, sítios arqueológicos, programação cultural), a par de belezas naturais únicas, que caracterizam o nosso concelho, constituem-se como referência para toda a região.

O setor turístico apresenta ainda um enorme potencial de crescimento e desenvolvimento, como o comprova a estratégia de preservação e promoção do território que foi concretizada nos últimos anos. Esta não só impulsionou o setor turístico, como o reconheceu um importante instrumento de divulgação e atração turística do concelho.

Afirmar o concelho de Vila Velha de Ródão como um destino turístico de natureza, cultura e património é hoje um desafio ganho, na medida em que os investimentos concretizados na requalificação de infraestruturas, se têm traduzido no crescimento e desenvolvimento do setor turístico do concelho e da região, tendo ainda captado o interesse de investidores privados que têm vindo a procurar este território para investir.

Este concelho pretende consolidar e dar prosseguimento à sua linha de orientação estratégica afirmativa, orientada para o desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso, procurando:

- Acompanhar este desenvolvimento através de medidas que impulsionem a criação e a modernização de infraestruturas de recreio, de educação e habitação, não esquecendo a mais importante de todas as vertentes, a populacional;
- Promover a inovação e a aproximação dos serviços aos cidadãos;
- Defender o desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- Valorizar o património natural, cultural e histórico;
- Reforçar a atividade turística e criar mais riqueza no concelho;
- Construir uma sociedade mais qualificada, criativa e inovadora;
- Impulsionar a competitividade, a economia, o empreendedorismo e a criação de emprego.

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

De acordo com a reconfiguração das NUT III, a Sub-Região da Beira Baixa é composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

A localidade de Vila Velha de Ródão é a sede de um município, constituída por 42 localidades, apresenta uma extensão aproximada de 330 Km², e tem 3.167 habitantes¹, o que representa uma densidade populacional de 9,7 habitantes/Km².

¹ FONTE: PORDATA – Indicador População Residente_2018

O concelho encontra-se subdividido em 4 freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão. Este encontra-se limitado a norte e a leste por Castelo Branco, a sueste por Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.

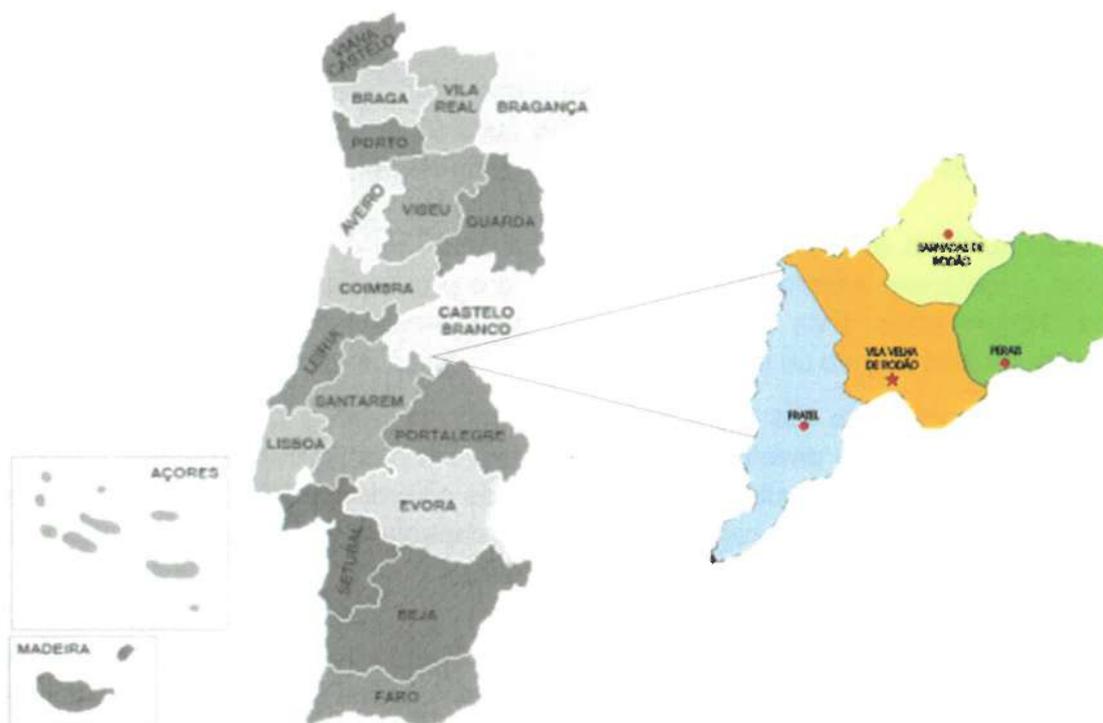


Figura 1 – Concelho de Vila Velha de Ródão

2.2. DEMOGRAFIA

De acordo as estimativas anuais da população residente publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, Vila Velha de Ródão, a 31 de dezembro de 2018, contava com 3.167 habitantes, com uma distribuição que mostra a tendência para a concentração da sua população na sede do concelho. De acordo com a tabela nº 2, a evolução dos efetivos populacionais e a sua distribuição por grandes grupos etários mostra a tendência estrutural para o envelhecimento.

Grupos Etários	Efetivos Populacionais
0 - 14 anos	185
15 - 64 anos	1.763
> = 65 anos	1.239
Total	3.167

Tabela 1 – INE - Estimativas Anuais da População Residente – Concelho de V.ª V.ª de Ródão | Ano: 2018 | Fonte: PORDATA

Na região da CIMBB², a evolução populacional nos últimos foi territorialmente diferenciada, tendo-se registado no entanto perdas de população em todo o território, nos últimos dez anos. Apesar das perdas de população sentidas em todos os concelhos do distrito de Castelo

² Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

Branco, foi o concelho da sede do distrito o que registou a taxa de variação mais baixa, no período compreendido entre 2009 e 2018, tendo registado uma perda na ordem dos **6,68%**, já os restantes municípios da CIMBB registaram perdas mais significativas, Idanha-a-Nova – 18,18%; Oleiros – 13,63%; Penamacor – 17%; Proença-a-Nova – 13,06% e **Vila Velha de Ródão – 11,84%**.

MUNICÍPIO	2009	2018	△ 2009-2018
Castelo Branco	56.201	52.448	-6,68%
Idanha-a-Nova	10.094	8.259	-18,18%
Oleiros	5.885	5.083	-13,63%
Penamacor	5.875	4.876	-17,00%
Proença-a-Nova	8.567	7.448	-13,06%
Vila Velha de Ródão	3.615	3.187	-11,84%

Tabela 2 – INE - Variação da População Residente 2009-2018 – Municípios da CIMBB| Ano: 2018 | Fonte: PORDATA

Diversas foram as medidas e estratégias adotadas pelo executivo municipal, ao longo dos últimos seis anos, para inverter a tendência de desertificação sentida no nosso concelho, mas que é transversal aos concelhos inseridos nos territórios de baixa densidade. Assim, procuraram-se implementar diversas medidas de cariz social com o intuito de promover o rejuvenescimento populacional e de fixar jovens e famílias no concelho.

O foco das políticas autárquicas implementadas, foram desde a primeira hora, as pessoas, tendo-se procurando criar no território condições de excelência, nos diversos setores (educação, ação social, cultura, emprego) contribuindo, dessa forma, para a fixação de população no concelho. Com a implementação da estratégia definida pelo executivo, estamos certos de que contribuimos, decisivamente, para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e de todos aqueles que escolheram Vila Velha de Ródão para residir.

A habitação foi assumida desde logo pelo executivo como um eixo prioritário, uma vez que o mercado imobiliário existente em Vila Velha de Ródão se tem vindo a revelar insuficiente, para fazer face à dinâmica económica e populacional registada no concelho, ao longo dos últimos anos. A insuficiência de respostas do mercado imobiliário levou ao desenvolvimento de iniciativas, nesta área, por parte do Município, entre as quais se destacam a disponibilização de lotes de terreno, a baixo custo, para construção de habitação própria permanente, a recuperação de prédios devolutos, para posterior disponibilização no mercado de arrendamento, bem como a atribuição de um apoio monetário a quem compre, construa ou recupere uma habitação no concelho. O objetivo principal destas medidas passa por suprir uma das maiores lacunas sentidas no concelho e que se prende com a falta de habitação, com condições de habitabilidade a preços acessíveis.

Em termos distritais e segundo um estudo divulgado pelo comparador de crédito à habitação Comparajá.pt, o portal permite simular produtos bancários e pacotes de telecomunicações, realizou uma abordagem que teve em consideração os rendimentos e o preço por m² médios das casas nos vários municípios do distrito de Castelo Branco, tendo o concelho de Vila Velha

de Ródão sido alvo de destaque, no que respeita à compra de casa, por ter sido reconhecido como o concelho mais acessível para a concretização do sonho de ter uma habitação própria.

O município de Vila Velha de Rodão é a localidade onde o preço dos imóveis é mais atrativo, sendo possível a compra de casa própria em pouco mais de oito anos, menos de metade do tempo que necessitaria, por exemplo, em Idanha-a-Nova e três vezes menos do que em Vila de Rei.

As medidas implementadas ao longo dos últimos anos pelo executivo têm sido estruturantes para o desenvolvimento do concelho, na medida em que têm procurado promover melhorias na qualidade de vida dos nossos munícipes. É dentro desta linha de atuação que, o executivo, tem procurado não só criar instrumentos de apoio que facilitem a escolha do concelho para viver, mas também infraestruturas coletivas com elevados padrões de qualidade, aos mais diversos níveis: cultural, recreativo e desportivo. Neste último, destacamos as infraestruturas do novo Ginásio Municipal e a requalificação efetuada nas Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão. Estas infraestruturas de elevadíssima qualidade, ao serviço e ao dispor da população, têm-se traduzido numa taxa de frequência na ordem dos 90% e no maior número de sempre de utilizadores daqueles espaços, o que demonstra bem a importância que estes equipamentos representam para o bem-estar e qualidade dos nossos munícipes.

Complementarmente a esta preocupação, com a estabilização demográfica no concelho, e no que respeita à ação social, foram consolidados e reforçados o Programa Saúde Mais, que proporciona consultas médicas de clínica geral aos nossos munícipes em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, e o apoio aos munícipes em situação de vulnerabilidade social e/ou económica.

Vila Velha de Ródão tem-se vindo a afirmar como um território atrativo, com condições de excelência à fixação de pessoas, à atração de investimento privado, nas mais diversas áreas de atividade, e à captação de turismo, não só pelas excelentes infraestruturas que dispõe, mas também pelo vasto património natural e cultural aqui existente.

2.3. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros urbanos ibéricos: dista 209km de Lisboa, 250km do Porto, 160km de Cáceres e 489km de Madrid.

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa e os eixos rodoviários IP2, e N18.

No que concerne às acessibilidades, a A23 assume hierarquicamente a função mais relevante, na medida em que esta via integra a rede nacional de autoestradas, que atravessa os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém e assegura, a partir de um conjunto de outras vias integradas na Rede Fundamental, a ligação à grande maioria dos centros urbanos nacionais.

Apesar da posição geograficamente periférica, que Vila Velha de Ródão ocupa no território, esta deve ser entendida como estratégica, se observada na ótica de aproximação às regiões espanholas, dado que possibilitam uma eficaz ligação ao território nacional e ibérico, podendo-se constituir como uma vantagem competitiva para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.4. ECONOMIA E EMPREGO

Num país onde a pequena dimensão dos municípios ainda é um fator inibidor da sua sustentabilidade, a posição obtida pelo município de Vila Velha de Ródão no *rating* publicado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, vem uma vez mais demonstrar o bom rumo da estratégia prosseguida pelo executivo camarário, cuja principal preocupação foi sempre a de conciliar o desenvolvimento económico e social do concelho e o bem-estar da população com contas públicas saudáveis.

A boa gestão económica e financeira do município, reconhecida naquela publicação, onde Vila Velha de Ródão surge como o município do distrito de Castelo Branco com melhor eficiência financeira, ocupando a 14.ª posição no ranking global dos municípios mais eficientes, que tem em conta um universo dos 308 municípios portugueses, situação que muito apraz.

Assumimos pois a continuidade do nosso compromisso na prossecução de uma política de manutenção de contas públicas saudáveis, sem, no entanto, descuidar as premissas fundamentais ao desenvolvimento económico e à competitividade, nem as da reabilitação urbana e da coesão social do concelho.

Quando olhamos para o tecido empresarial do concelho desde logo identificamos que as empresas com maior expressão estabelecidas no concelho são as ligadas à fileira do papel. Estas empresas assumem-se como as maiores empregadoras e geradores de riqueza para o concelho e até mesmo para a região. No entanto, o parque industrial de Vila Velha de Ródão não se resume apenas ao *cluster* do papel, encontram-se aqui instaladas empresas, de pequena dimensão, algumas delas ligadas à fileira agroindustrial, as quais se dedicam ao fabrico de produtos regionais, de qualidade reconhecida, e dos quais destacamos, o queijo, o azeite, os enchidos, o presunto, o mel e a doçaria. Temos, no entanto, conseguido captar e expandir os investimentos em áreas tão distintas como a agricultura, são disso exemplo a concretização de dois grandes projetos, um na área vitivinícola, através da implementação de uma vinha com cerca 11 hectares, na freguesia de Sarnadas de Ródão, e um outro que se traduziu numa plantação de cerca de 200 hectares de árvores de frutos secos, na freguesia de Perais.

O setor terciário ainda que com menor representatividade, encontra-se em franco crescimento, o qual se tem desenvolvido em torno dos serviços sociais

Ao nível da economia e do emprego, é ainda de enaltecer o investimento privado que tem vindo a ser desenvolvido no concelho, ao nível imobiliário, que até ao momento atual já permitiu a construção de 12 apartamentos na Rua da Liberdade, 8 apartamentos na Rua da Sr.ª da Alagada e encontrando-se neste momento em concretização de mais um bloco de 3

moradias geminadas, num total de 10 que estão previstas construir, a breve trecho. Os investimentos elencados ultrapassam um milhão e seiscentos mil euros.

A par do projeto de investimento imobiliário supracitado, destaque ainda para um projeto de investimento turístico, na área da hotelaria, com um valor global que ultrapassa o milhão e meio de euros, e que envolve a requalificação do Complexo Turístico da Estalagem Portas de Ródão. Este investimento reveste-se de elevada importância para o turismo do concelho, já que irá contribuir significativamente para aumento do número de dormidas na região.

É ainda com enorme satisfação que destacamos a forte dinâmica do tecido empresarial do concelho que, nos coloca numa posição bastante privilegiada em vários indicadores, como o desemprego e a exportação de bens.

De acordo com as *Estatísticas Mensais por Concelhos*, disponibilizadas no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional, uma vez mais, o concelho de Vila Velha de Ródão é o concelho da CIMBB que apresenta o menor número de desempregados inscritos, registando-se a 31 de dezembro um total de 64 desempregados inscritos, o que no universo dos municípios que integram a CIMBB, representa apenas 2,93% do total de desemprego registado na região.

Os baixos números registados ao nível do desemprego no concelho, devem-se essencialmente a quatro grandes indústrias instaladas no parque empresarial de Vila Velha de Ródão, três das quais ligadas da fileira do papel e uma outra ligada produção de compostos de papel com polímeros, as quais contribuem grandemente não só para os baixos números do desemprego no concelho, mas também para redução do número de desempregados nos concelhos limítrofes (Castelo Branco, Proença-a-Nova e Nisa).

Nº de Desempregados Inscritos - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	
Castelo Branco	1.440
Idanha-a-Nova	315
Oleiros	80
Penamacor	139
Proença-a-Nova	143
Vila Velha e Ródão	64

Tabela 2 – Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego³ a 31.12.2019

De acordo a informação personalizada dos municípios, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano 2018, o concelho de Vila Velha de Ródão voltou a assumir um papel de destaque, quando analisada a sua capacidade de exportação. Em 2018, este município ocupou o 2º lugar ao nível das Exportações de Bens, representando 39,42% do

³ https://www.iefp.pt/estatisticas_Estatisticas_Mensais_por_Concelhos

total das exportações, ao nível do comércio internacional de bens, no conjunto dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Exportações - CIMBB		
	Exportações de Bens (milhares de euros)	Peso do Município NUTS III (%)
Castelo Branco	70 274	45,78
Idanha-a-Nova	562	0,37
Oleiros	16 399	10,68
Penamacor	2 118	1,38
Proença-a-Nova	3 642	2,37
Vila Velha de Ródão	60 519	39,42
TOTAL	153 514	100

Tabela 3 – Comércio Internacional, 2018_Exportações de Bens⁴

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO

De acordo com as atuais projeções publicadas no Boletim Económico do Banco de Portugal, de dezembro de 2019⁵, a economia portuguesa aponta para uma trajetória de desaceleração da atividade económica ao longo do horizonte de projeção, de um crescimento de 2,4% em 2018, para 2% em 2019, 1,7% em 2020 e para 1,6% em 2022.

Assim, ao longo do horizonte de projeção, *perspetiva-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundiais. No entanto, existe incerteza em torno desta recuperação, em particular do comércio mundial. O comércio mundial desacelerou ao longo de 2018 e na primeira metade de 2019, refletindo causas interrelacionadas, tais como o anúncio e a adoção de medidas protecionistas e a prevalência de elevados níveis de incerteza política, aliadas ao contexto de maturação do ciclo económico global, com reflexo no investimento e atividade industrial.*

O abrandamento das exportações e da indústria também se tem registado em Portugal. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho

A evolução da procura interna e externa tem como contrapartida um crescimento das importações superior ao das exportações, implicando um aumento do défice da balança de bens e serviços ao longo do horizonte de projeção. O saldo da balança corrente e de capital mantém-se, em média, excedentário no período de projeção, aumentando em 2020-21 em reflexo do perfil de transferências das instituições europeias e reduzindo-se no final do

⁴ Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

www.pordata.pt/Municipios/Valor+dos+bens+importados+e+exportados+pelas+empresas-393

⁵ https://www.boportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2019_p.pdf

horizonte com a dissipação parcial destes efeitos. Antecipa-se que o emprego continue a crescer, embora a um ritmo progressivamente mais moderado. Esta evolução reflete um quadro de limitações ao aumento da oferta de trabalho, para o qual contribui também a maturação do ciclo económico. A taxa de desemprego mantém uma trajetória descendente, passando de 7% em 2018 para 5,6% em 2022.

A inflação em Portugal deverá permanecer moderada no horizonte de projeção. Em 2019, existem alguns fatores idiossincráticos que contribuem para a redução da inflação para um valor particularmente baixo (0,3%).

Em relação a 2020, a projeção para o crescimento do PIB foi revista ligeiramente em alta face ao Boletim de junho, o que decorre de um maior crescimento do consumo privado e público.

A revisão do consumo privado reflete uma evolução mais favorável do rendimento disponível real. No caso do consumo público, a revisão decorre da hipótese de um maior crescimento da despesa pública ao longo do horizonte, num contexto em que a execução orçamental de 2019 tem sido mais favorável do que o anteriormente esperado.

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (2º trimestre de 2019) divulgadas pelo INE, em 23 de setembro de 2019, as Administrações Públicas (AP) registaram um excedente de 0,2% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2019. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o défice das Administrações Públicas situou-se nos 1,6 pp do PIB, no segundo trimestre de 2019, o que compara com -3,2 pp, face ao período homólogo.

Ainda segundo esta publicação, no conjunto do primeiro semestre de 2019, o saldo das AP totalizou -789,3 milhões de euros, correspondente a -0,8% do PIB (-2,2% em igual período de 2018).

Por outro lado, de acordo com a publicação apresentada pela agência de notação financeira Moody's, Portugal está entre os cinco países que enfrentarão maiores pressões de crescimento decorrentes do envelhecimento da população e só uma "reviravolta sem precedentes" no aumento da produtividade poderia anular o efeito.

As simulações apresentadas por esta agência de notação financeira sugerem que, a partir do início dos anos 2030 em Portugal, "o envelhecimento da população, se isolado de outras medidas que estimulem o crescimento da produtividade ou suportem o crescimento económico, fará com que o crescimento potencial desça para zero ou abaixo de zero".

Assim, o impacto do envelhecimento da população, as desacelerações acentuadas no crescimento das economias, o crescimento mais lento nos rendimentos e o aumento do peso da dívida penalizarão constantemente os indicadores económicos e orçamentais dos países, que se encontrem nestas condições, como é o caso de Portugal

Neste cenário de economia globalizada, às autarquias locais cabe um papel relevante na sociedade, nomeadamente quando falamos no processo de desenvolvimento local, seja pela proximidade que estas têm junto dos cidadãos, seja pela sua capacidade de mobilização dos diferentes atores locais, seja pela definição de estratégias que se pretendem participadas, com elevado sentido de responsabilidade e que visem o reforço da competitividade do território e da qualidade de vida dos seus cidadãos.

O papel do poder local está em constante mudança e atualização. Hoje, os municípios possuem a seu cargo inúmeras competências, as quais têm vindo a sofrer profundas transformações e atualizações, impostas pelos novos modelos de gestão e funcionamento do Estado, que assume o tema da descentralização e da transferência de competências, como um aspeto basilar quando se fala da reforma do Estado, entendendo que reforça e aprofunda a autonomia local, *incrementando a sua legitimação* e a aproximação do Estado aos cidadãos.

O objetivo desta descentralização e delegação de competências passa essencialmente pela promoção da coesão territorial, pelo reforço da solidariedade inter-regional, pela melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e pela racionalização dos recursos disponíveis.

Neste âmbito, foram entretanto publicados os diplomas, de âmbito setorial, que concretizam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado, nomeadamente: nas áreas da saúde, educação, cultura, justiça, proteção civil, habitação, cultura, estacionamento público, promoção turística, captação de investimento e gestão de fundos europeus, praias marítimas, fluviais e terrestres, vias de comunicação, infraestruturas de atendimento ao cidadão, saúde animal e segurança alimentar, património e habitação. Este processo de descentralização, que se encontra em curso, iniciou-se em 2019. Trata-se pois de um processo gradual, durante o qual cada município poderá ir assumindo faseadamente as competências do Estado Central, de acordo com a sua realidade, mas com a certeza de que, em 2021, todos irão ter de assumir as competências nas 15 áreas a descentralizar, independentemente da manifestação de aceitação dos municípios.

No que concerne a este processo gradual de descentralização, que o Governo colocou em marcha em 2019 e que irá decorrer até 2021, ano em que se consideram transferidas todas as competências previstas nos 22 diplomas aprovados pelo Governo, o Município e a Assembleia Municipal deliberaram no sentido da não-aceitação de transferência das seguintes competências: áreas portuárias, transportes em vias navegáveis, saúde, educação, cultura, proteção e saúde animal, estacionamento público, património imobiliário público sem utilização, habitação, estruturas de atendimento ao cidadão, associações de bombeiros, justiça, vias de comunicação, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e praias, pelo facto de não serem ainda conhecidas as condições financeiras que acompanharão as transferências de competências referidas, nem as transformações que o assumir destas novas funções implicarão ao nível dos recursos humanos e técnicos da autarquia.

Importa ainda referir que a modernização do Estado e as reformas orgânica e estrutural da administração pública, que meticulosa e conjunturalmente se vão construindo, envolvem as autarquias locais, racionalizam recursos financeiros e patrimoniais, reduzem assimetrias económicas e produtivas e promovem o desenvolvimento sustentado do ecossistema social, ambiental e territorial.

Nesta análise, não poderíamos ainda deixar de abordar a importância da inovação na sociedade, não só pela forma como esta é encarada, enquanto condição básica e transversal a qualquer organização, mas também quando pensamos na prestação de um serviço público de qualidade, transparente e eficiente, apto a dar respostas céleres e adequadas às

exigências e expetativas dos cidadãos, orientado para a prestação de um serviço público eficiente, eficaz e económico.

Neste âmbito, importa referir que a inovação aplicada à prestação dos serviços públicos, contribui para:

- O aumento da qualidade de vida dos Cidadãos, por via da celeridade, conveniência e eficiência na prestação de serviços;
- A redução de custos internos na prestação desses mesmos serviços, podendo o Estado e a Administração Local realocar recursos a outras necessidades que se encontrem por satisfazer, contribuindo igualmente para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos;
- Uma Administração Pública moderna e eficiente, assente numa cultura de cooperação em rede e na colocação do Cidadão e das suas necessidades no centro da prestação de serviços e focada nos resultados.

Assim, é fundamental hoje olharmos para o Poder Local como um agente de desenvolvimento, nunca esquecendo a premissa de que cada território tem uma dinâmica própria, a qual deve ser respeitada e tida em consideração no momento da definição das estratégias que se pretendem imprimir nesse mesmo território.

O balanço que hoje se apresenta é reflexo de uma política de rigor e transparência que, contempla a preocupação com as famílias, com as suas condições básicas de vida, com a educação, a difusão do conhecimento, o apoio à dinâmica associativa e à prática desportiva, a modernização e qualificação da administração local, assim como as políticas de prestação de serviços qualificados e promotores da proximidade para com os cidadãos. Em suma, trabalhamos todos os dias para criar condições de excelência no território, tornando-o atrativo para viver e para investir.

3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2019

3.2.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Sabemos que o desenvolvimento do turismo, a nível local, implica um conhecimento profundo das realidades económica, política, social e cultural de uma região e que só através desse conhecimento profundo se poderão delinear estratégias de desenvolvimento sustentável dos territórios. É neste contexto, que as escolhas geográficas do turismo e do lazer, assim como o património natural e cultural são cada vez mais usados na definição das estratégias de revitalização do tecido económico e social, na requalificação territorial bem como na criação de novos produtos turísticos.

O turismo de natureza e o turismo cultural têm vindo a afirmar-se no concelho de Ródão como uma atividade económica com forte vocação e apelo nestas áreas, assumindo hoje um papel relevante no que se refere à dinamização da economia local e de desenvolvimento do território. O concelho de Vila Velha de Ródão, dispõe por um lado de um património natural vastíssimo, que atrai anualmente um elevado número de visitantes para a prática de atividades de interação com a Natureza, dos quais se destacam os

passeios de barco, com visita ao Monumento Natural das Portas de Ródão, excursões, percursos pedestres, atividades de observação da fauna e flora e, por outro lado e em complementaridade a esta oferta de turismo de natureza, dispomos de diversas infraestruturas culturais como museus e monumentos, os costumes e gastronomia, entre outros elementos culturais e identitários do território, que atraem cada vez mais visitantes para a prática do turismo cultural.

No que se refere ao trabalho desenvolvido nas áreas do turismo, desenvolvimento económico e potenciadoras da atração turística da região, destacam-se:

- o **Feira dos Sabores do Tejo** – Nos dias 28, 29 e 30 de junho, Vila Velha de Ródão recebeu mais uma edição da Feira dos Sabores do Tejo, um certame que se tem vindo a afirmar no contexto regional não só pela qualidade dos produtos locais e expositores como pela animação musical de excelência. Esta edição do certame contou com a presença de mais de 80 expositores e 16 espaços de restauração, oferecendo aos visitantes a possibilidade de usufruir de uma oferta gastronómica variada.



A edição de 2019 do certame evento teve como tema a questão da sustentabilidade, tendo a autarquia envidado esforços no sentido de minimizar os seus impactos ambientais em todas as fases. Assim, houve uma preocupação com a reutilização de materiais e a utilização de materiais recicláveis ou com certificação ambiental reconhecida, ao mesmo tempo que se procurou eliminar a utilização de plástico e implementar o uso de um copo reutilizável.

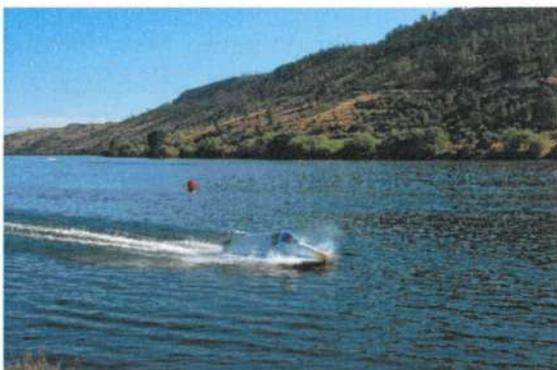
A Feira dos Sabores do Tejo é hoje um evento de referência na região e tem-se afirmado pela sua qualidade, o que deve inspirar-nos para manter as expectativas altas e a querer fazer mais e melhor.

- o **Festival das Sopas de Peixe e Grande Prémio F2 de Motonáutica** – A gastronomia, a cultura e a motonáutica reuniram-se, nos dias 7 e 8 de setembro, em Vila Velha de Ródão para a realização de mais uma edição do Festival das Sopas de Peixe, o qual contou com a presença da fadista Gisela João e os Hi-Fi como cabeças-de-cartaz ao nível da animação musical, ao qual se juntou a realização do Grande Prémio F2 de Motonáutica, uma prova organizada pela Federação Portuguesa de Motonáutica, a contar para o mundial de F2. A realização desta iniciativa, em conciliação com o Festival das Sopas de Peixe, procurou reforçar e dinamizar o potencial de atratividade e desenvolvimento que o rio Tejo traz ao concelho.

O local escolhido para a realização desta prova desportiva é um local idílico deste concelho, que apresenta um plano de água único e uma paisagem natural imponente, que teve como pano de fundo o Monumento Natural das Portas de Ródão. A juntar a

todas estas condições naturais acresce o facto da população de Ródão acolher muito bem os turistas e veraneantes no seu concelho.

A Câmara Municipal tem feito um esforço enorme, que é visível nas estruturas que temos e que reforçam a ligação com o rio. Temos ainda um conjunto de operadores na área turística que sabem muito bem receber, temos produtos locais extraordinários, temos tudo para que este território se afirme como alternativa a outros destinos e a realização desta prova foi, sem dúvida, uma excelente oportunidade para a promoção deste mesmo território.



- o **Ações promocionais da marca Terras de Oiro** – A marca Terras de Oiro foi desenvolvida pelo Município de Vila Velha de Ródão com o objetivo de promover e divulgar os produtos do concelho, oferecendo aos produtores, empresas e indústrias locais uma plataforma única de divulgação conjunta dos produtos agroalimentares produzidos na região com o intuito de promover e potenciar a sua entrada nos mercados nacional e internacional.

Ao juntar sob designação «Terras de Oiro» os produtos do concelho, pretendeu-se acrescentar notoriedade e valor aos mesmos, através da criação de uma marca e de uma identidade facilmente reconhecíveis e ligadas a um território.

Durante o ano 2019, muitas foram as ações de promocionais levadas a cabo pelo Município, através das quais se percorreu Portugal de norte a sul – do Minho ao Algarve –, divulgando os produtos regionais, através de participação em feiras e mercados da especialidade, do Mercado Gourmet em Lisboa, aos Sabores de Perdição, em Castelo Branco, da feira Vinhos & Sabores da Beira Interior, em Pinhel, às Feira da Caça, Pesca e Lazer e do Cavalo, ambas em Ponte de Lima, ou da Feira de Santiago, em Setúbal à FATACIL, em Lagoa.

A marca «Terras de Oiro» procurou aliar a experiência e o profissionalismo no estabelecimento de uma relação de confiança e compromisso para com os visitantes do stand, potenciando a satisfação destes, a valorização dos nossos produtos e a sua possível fidelização de clientes.

- o **Turismo de Natureza na BTL** - Ródão divulgou turismo, gastronomia e eventos do concelho na 31.ª edição da BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu na FIL, entre 13 e 17 de março. A participação neste que é o maior evento de turismo do país ficou marcada pela divulgação das potencialidades do concelho nesta área, bem como

pela promoção da gastronomia e dos eventos promovidos pela autarquia, como a Feira dos Sabores do Tejo ou o Festival das Sopas de Peixe. A presença de Vila Velha de Ródão na edição de 2019 da BTL foi integrada no *stand* do Turismo do Centro.

- **Empresas no Centro, Dia Aberto** – no dia 18 de fevereiro, a iniciativa Empresas no Centro, desenvolvida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), deslocou-se até Vila Velha de Ródão, reunindo os representantes da CCDRC e empresários locais. Esta iniciativa é desenvolvida pela CCDRC com o objetivo de perceber junto das empresas da região quais as principais dificuldades e constrangimentos sentidos pelas empresas, conhecer os seus projetos de investimento e ao mesmo tempo procurar esclarecer dúvidas sobre a aplicação dos programas comunitários.

Ao nível das autarquias, esta ação serviu para a CCDRC perceber quais os principais entraves sentidos na atração de investimento e apoiar o desenvolvimento de políticas que o favoreçam.

A atividade terminou com uma visita a duas unidades industriais: Celtejo e Roclayer – Plástica de Ródão S.A., por se tratarem de dois grandes projetos de investimento, instalados em Vila Velha de Ródão que demonstram que, uma vez criadas as condições para as empresas se instalarem, é possível atrair investimentos desta dimensão para o interior do país e assim promover a criação de emprego.

- **Rota dos Vinhos da Beira Interior** – O Município de Vila Velha de Ródão e a Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior assinaram um protocolo de parceria para a criação da Rota do Vinho da Beira Interior, cujo objetivo é promover a Beira Interior como como região vitivinícola e destino de enoturismo.



- **Assinatura de Protocolo para a promoção do setor do azeite** – O Município e Altice assinaram um protocolo de colaboração com vista à identificação e implementação de iniciativas e oportunidades que respondam às necessidades e desafios da divulgação do azeite português.



A empresa assume-se assim como parceiro tecnológico nos espaços museológicos do concelho ligados ao azeite, como é o caso do Lagar de Varas, em Vila Velha de Ródão, ou o Núcleo Museológico do Azeite, em Sarnadas de Ródão, comprometendo-se ainda a proporcionar condições comerciais favoráveis na aquisição dos seus produtos e serviços, assim como a colaborar com o município em iniciativas por si desenvolvidas.

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

- **Visita da Delegação Timorense** - Vila Velha de Ródão recebeu a visita de uma delegação do Município de Liquiçá, em Timor Leste, que incluiu a deslocação a



diversos pontos de interesse turístico e a equipamentos culturais do concelho, de forma a fomentar a troca de experiências nestas áreas e a reforçar as relações institucionais entre os municípios. Esta visita proporcionou aos autarcas timorenses a oportunidade de reforçar os laços institucionais e de colaboração com os homólogos portugueses, permitindo-lhes ficar a par da realidade portuguesa no que

respeita à gestão do património turístico e cultural e retirar contributos para a capacitação dos seus próprios agentes.

- **Encontro Nacional de Arte Pré-Histórica, em Vila Nova de Foz Côa** – O Município de Vila Velha de Ródão marcou presença no primeiro Encontro Nacional de Arte Pré-Histórica, que decorreu a 9 de outubro, no Museu do Côa. A iniciativa assinalou o Dia Europeu da Arte Rupestre e procurou dar a conhecer a diversidade do património pré-histórico nacional, juntando um conjunto de entidades e câmaras municipais que integram a recém-criada Rede Nacional de Arte Pré-Histórica. O momento serviu também para a constituição formal da Rede Nacional de Arte Pré-Histórica, uma entidade criada com o intuito de educar para o conhecimento e para a fruição de conteúdos culturais e que reúne um conjunto alargado de entidades representativas do território nacional, com responsabilidades na gestão do património e na investigação arqueológica.
- O **Posto de Turismo** do Município mudou de instalações e funciona, desde o início do segundo trimestre do ano, no Parque de Campismo Rural do Tejo. A mudança de espaço teve como objetivo aproximar o Posto de Turismo das zonas onde se regista um maior fluxo de visitantes, por forma a que estes tenham um acesso mais facilitado às informações sobre os pontos de interesse turístico do concelho. Ao mesmo tempo, pretende-se dar uma maior visibilidade aos produtos regionais que, no novo posto de turismo, passam a ter uma montra privilegiada, através da qual os turistas podem ficar a conhecer e degustar o que de melhor se produz na região.
- No **Lagar de Varas** continua em funcionamento o núcleo museológico dedicado ao azeite e à exposição permanente “O Azeite: Oiro de Ródão”, estando o espaço anteriormente ocupado pelo Posto de Turismo disponível para servir de apoio e acolher exposições temporárias.

No setor do turismo destacam-se ainda as seguintes atividades:

- **Final da Prova do Beira Baixa Challenge 2019;**
- **Encontro dos Amigos Silvestris** – Movimento Amigo dos Tartulhos;

- Celebração do **Dia dos Monumentos e dos Sítios**;
- **Visita dos avaliadores da UNESCO** a Vila Velha de Ródão, aos monumentos inseridos no Geopark Naturtejo;
- **Lagar de Varas**: Mostra de trabalhos elaborados pelos alunos de design de interiores; Ciclo de workshops “Oiro de Ródão” e Cosmética Natural;

3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS

Desde o início do presente mandato, o executivo municipal tem procurado seguir uma estratégia de valorização dos espaços urbanos e rurais, centrada na manutenção e limpeza dos espaços públicos e equipamentos e na reabilitação urbana, por forma a garantir a qualidade de vida dos seus munícipes e aumentar o potencial de atratividade do território.

Graças a uma relação de proximidade e colaboração estreita com as Juntas de Freguesias, tem sido possível desencadear uma célere identificação das necessidades de intervenção e responder de forma rápida às participações efetuadas pelos munícipes.

Ao mesmo tempo, a autarquia tem procurado maximizar a absorção do financiamento comunitário e dos programas nacionais vocacionados para o desenvolvimento do interior e para a coesão económica e social nas suas diferentes valências, garantindo a concretização de importantes projetos para o concelho, como é, por exemplo, o caso do projeto de Valorização Paisagística da Zona Balnear da Foz do Cobrão.

- **Praia Fluvial da Foz do Cobrão (2ª fase)** – No último trimestre do ano arrancou a 2ª fase das obras de valorização paisagística da zona balnear da Foz do Cobrão, um projeto que prevê a construção de um edifício destinado a serviço de bar, com esplanada e sanitários, assim como a criação de uma área de merendas e de um largo com estacionamento, de modo a proporcionar melhores condições de conforto a quem utiliza aquele espaço.



Nesta fase, o objetivo é melhorar o espaço e oferecer a quem nos visita condições de segurança, conforto e higiene. A intervenção prevê o aproveitamento das estruturas construídas em 2017, que proporcionaram a formação de um plano de água com potencial para a constituição de uma praia fluvial, a instalação de mobiliário urbano no local (mesas, bancos e papeleiras) e de sinalética adequada, assim como a plantação de espécies arbóreas e arbustivas. Será ainda contemplada a criação de uma ligação pedonal entre a zona balnear e o Núcleo Museológico do Linho e da Tecelagem, através de um passadiço.

Os trabalhos de execução deste projeto rondam os 313.648€ (+IVA) e contam com o apoio financeiro do Turismo de Portugal, no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, no valor de 287.826€. Esta obra prevê-se que possa estar concluída antes da próxima época balnear. Trata-se de uma obra de extrema importância para o concelho e que pretende a valorização daquele espaço. Após uma primeira intervenção, que passou

pela recuperação do antigo açude e de muros degradados, foi possível criar uma zona balnear que tem sido alvo de grande procura, por parte da população local e da região.

- **Edificações, Urbanização e Jardim da Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão** – As obras do complexo habitacional da Quinta da Torre Velha prosseguem, aproximando-se da fase de conclusão. Este projeto habitacional da autarquia contemplou a construção de 18 moradias, quatro de tipologia T2 e 14 de tipologia T3, em banda ou geminadas. Trata-se do maior investimento de sempre do município com recurso a fundos próprios, este prevê também a construção de zonas verdes de utilização coletiva e uma estrutura de apoio à urbanização, com valências como uma cafetaria e loja de conveniência, arruamentos, estacionamento e um parque infantil.

O objetivo principal desta obra é suprir as necessidades de um parque habitacional frágil e que se manifesta insuficiente para dar resposta às solicitações das famílias que pretendem fixar-se na sede de concelho, face ao crescente nível de empregabilidade que este tem registado.

- **Reabilitação de 2 imóveis de habitação** – O município promoveu a reabilitação de dois imóveis em Vila Velha de Ródão, de forma dotá-los de condições de habitabilidade e responder à falta de habitações disponíveis no mercado de arrendamento local. As duas casas, uma situada no Largo do Pelourinho e a outra no cruzamento da Ruas das Pesqueiras com a Rua 25 de Abril, foram alvo de uma intervenção que visou a correção das deficiências construtivas e funcionais dos edifícios, a promoção de condições de habitabilidade e conforto. As obras de reabilitação realizadas nos dois imóveis importaram os 141.350,94 (+ IVA).
- **Reabilitação de imóvel na Rua Dr. José Pinto Oliveira Rocha** - Estas obras procuraram efetuar a reabilitação de um edifício de habitação datado de 1922, situado no centro histórico de Vila Velha de Rodão, o qual se encontrava em avançado estado de degradação. A concretização desta obra procurou efetuar: a correção das deficiências construtivas e funcionais do edifício; promover condições de habitabilidade e conforto; e a recuperação e conservação de elementos de reconhecido valor patrimonial, histórico e arquitetónico. A nível funcional, a “Casa da D. Felismina”, pretende ser uma habitação tipo T2+1 e acolher um casal com 1 ou 2 dependentes.

Para a concretização desta obra o município alocou uma verba no valor da de 124.998,58€ (acrescidos de IVA).

- **Sub-sistema de águas residuais - Rede de saneamento e ETAR, em Silveira** – Foram realizadas obras para a execução da rede de saneamento e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da povoação de Silveira, freguesia do Fratel. Os trabalhos foram realizados por empreitada e procuraram dotar os arruamentos urbanos daquela localidade com coletores de águas residuais domésticas, de forma a substituir o conjunto de sistemas individuais existentes por um sistema coletivo público adequado à dimensão da povoação, coletores estes que serão encaminhados para uma ETAR. A obra teve um custo de 128.487,74€ (acrescidos de IVA).

- **Novo reservatório de abastecimento de água, em Gavião de Ródão** - de forma a



melhorar as condições de fornecimento de água à população daquela localidade, nomeadamente ao nível da garantia da autonomia de abastecimento e do aumento da pressão na rede, o Município efetuou uma intervenção que consistiu na substituição do reservatório de água anteriormente montado, cuja capacidade de armazenamento era de 10 metros cúbicos, por um novo reservatório com capacidade para 60 metros cúbicos. A intervenção realizada vem no seguimento das melhorias que o Município tem vindo a concretizar na rede de abastecimento de água, em diversas freguesias do concelho.

- **Reparações na rede de distribuição de água** - De forma a garantir a sustentabilidade ambiental e uma eficaz gestão da água, o Município, através do Setor de Águas de Abastecimento Público, fizeram um esforço no sentido da redução das perdas registadas no seu sistema, procurando melhorar a distribuição e reduzir os consumos de água, tendo para isso desenvolvido uma série de intervenções, por administração direta, que passaram pela manutenção de reservatórios e a montagem de novos, em substituição de equipamentos obsoletos, a rapidez na deteção e reparação de fugas, a montagem de novas condutas na rede de distribuição em baixa, substituindo condutas obsoletas, a substituição de contadores e o controle e monitorização de reservatórios, o que tem permitido aumentar a eficácia do sistema. No que respeita ao abastecimento em alta, em parceria com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, o Município conseguiu fazer a ligação do Reservatório da Estação ao Reservatório da Vila. Esta intervenção permite aproveitar a água desperdiçada do antigo sistema de abastecimento a Vila Velha de Ródão, proveniente do sistema de captação localizado na margem sul do rio Tejo, introduzindo-a na rede, garantindo assim que não existam falhas no abastecimento aos reservatórios da sede do concelho. Esta política de monitorização e investimento na rede de distribuição de águas permitiu já ao Município uma redução em cerca de 12% nas perdas de água, reduzindo as ineficiências do sistema.

- **Remodelação do Largo Joaquim da Silva Pires, em Vilas Ruivas** – O Município procedeu à remodelação do largo principal, na localidade de Vilas Ruivas. Esta obra, no valor de 16.475€ (acrescidos de IVA) e incluíram o levantamento da antiga calçada e colocação de uma nova, tendo a ocasião sido aproveitada para substituir os ramais de água para consumo humano. Para além do levantamento e assentamento de calçada e da substituição dos ramais de água, a autarquia procedeu também ao assentamento de lancis e lajetas, à plantação de duas árvores e à colocação de bancos no local, de forma a aumentar o conforto e tornar o espaço mais agradável para que a população possa usufruir dele.



- **Lagar das Burras (Fratel)** – Com vista à requalificação de um arruamento, na localidade de Fratel, o município procedeu à aquisição do terreno onde se localizava o Lagar das Burras, com o intuito de requalificar aquele espaço e devolvê-lo à população, numa intervenção que tem início previsto para o segundo trimestre de 2020.



O espaço em causa, com aproximadamente 480 m², está integrado no perímetro urbano da localidade e encontra-se em avançado estado de degradação, constituindo um perigo para a segurança dos munícipes e para a saúde pública.

Com esta aquisição, o município reúne condições para poder avançar para uma intervenção imediata de limpeza e remoção do lixo, pretendendo, posteriormente, proceder à demolição das construções em ruínas existentes no local.

Concluída esta primeira intervenção, é intenção do município desenvolver um projeto de requalificação do local, que contempla a criação de um espaço de lazer, zonas verdes e ainda um estacionamento público, respondendo assim a lacunas identificadas na localidade e proporcionando aos habitantes de Fratel mais qualidade de vida.

- **Recuperação da acessibilidade à barragem de Cedillo** – O Município de Vila Velha de Ródão e a Agência Portuguesa do Ambiente assinaram, no início do mês de dezembro, um contrato interadministrativo no valor de 90 mil euros, com vista à recuperação da acessibilidade à barragem de Cedillo, após os danos estruturais causados pela descida acentuada do nível de água naquela albufeira. Esta intervenção irá incluir a reparação do caminho de acesso à barragem de Cedillo e a estabilização da encosta, “garantindo desta forma o acesso ao plano de água para efeitos de ações de monitorização e fiscalização, atividade turística como também a prática de pesca profissional, em condições de segurança.

- **Limpeza de caminhos nas freguesias** – No decorrer de 2019 a Câmara Municipal, procedeu à limpeza de caminhos nas freguesias de Fratel, Perais, Samadas de Ródão e Vila Velha de Ródão, numa extensão total de 25,96 quilómetros. Estas ações de gestão florestal têm um cariz preventivo, visando a criação de acessos para proteção de toda a população e a gestão de combustíveis, dando assim cumprimento à obrigatoriedade de limpeza dos terrenos. As intervenções realizadas passaram sobretudo pela regularização da faixa de rodagem e pela execução de valetas de drenagem superficial, complementadas com “cortadores” para auxílio da escorrência transversal.



- Em Fratel foram alvo de limpeza caminhos, numa extensão de quase 7 quilómetros;
- Em Perais foram intervencionados 8,56 quilómetros;



- Em Vila Velha de Ródão 9,3 quilómetros;
- Em Sarnadas de Ródão 1,2 quilómetros.

No mesmo período de tempo, a autarquia procedeu também à limpeza, desmatagem e ao desbaste de 5,7 hectares de pinheiro manso na Serra da Achada, que se vêm juntar aos 62 hectares de gestão de combustível nas faixas de proteção da rede viária municipal realizados em 2018, dos quais 41 hectares foram conseguidos com recurso a serviço externo.

- **Faixas de Gestão de Combustível [associadas à rede viária municipal]** – A floresta é um património vivo e rico em biodiversidade, fundamental ao equilíbrio da natureza e à conservação da vida na Terra. Deste modo é essencial realizar uma gestão ordenada e sustentável deste recurso natural renovável, o qual constitui um importante fator de crescimento socioeconómico, devendo o mesmo ser gerido com base em boas práticas silvícolas e de conservação da natureza. Como bem sabemos, os incêndios florestais representam uma forte ameaça não só à nossa floresta como também aos edifícios e às populações que vivem e trabalham em meios rurais. Assim, e com o intuito de garantir a segurança de pessoas e bens, o município promoveu, ao longo do ano 2019, a criação de faixas de gestão de combustível, às quais afetou uma verba no montante de 63.000€ (acrescidos de IVA).



- **Colocação de mobiliário urbano no Cais de Ródão** – Com o intuito de renovar o mobiliário urbano existente nos espaços verdes envolventes ao Cais de Ródão, o Município procedeu à aquisição de mesas e bancos, mais robustos e confortáveis, os quais foram uniformemente distribuídos por aquele espaço. Esta renovação surge em resposta à elevada utilização daquele local, que diariamente que se verifica, pois muitos são os que fazem daquele espaço um espaço de pausa para uma refeição, de convívio em família ou apenas de descanso, trata-se pois de um pequeno investimento, na ordem dos 5.000€, mas com valor acrescentado para os seus utilizadores.
- **Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos** - Com a obra de estabilização de emergência pretendeu-se efetuar o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos, como foi o caso dos incêndios ocorridos, em Vila Velha de Ródão. Assim, e após identificadas as intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afetados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados.

Com a implementação das medidas de “Estabilização de Emergência” procurou-se repor a normalidade nos seguintes aspetos:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;

Para a realização deste procedimento o município efetuou um investimento na ordem dos 137.037€ (acrescidos de IVA).

- **Beneficiação da Rua da Sr.ª da Alagada, em Vila Velha de Ródão** - A origem da intenção da obra centrou-se no facto de o arruamento pré-existente estar perfilado com uma largura demasiado curta. A circulação, feita nos dois sentidos, cruzava-se de forma perigosa entre automóveis e em conflito com os peões que frequentemente circulavam na berma. O mau estado de conservação do piso e a necessidade de correção ao traçado, em particular numa curva bastante apertada, determinaram a necessidade da intervenção.



Partindo destes pressupostos, desenvolveu-se o projeto que sustentou a execução da empreitada e que incluiu não só a resposta aos problemas de origem, mas também contemplou a substituição das infraestruturas existentes e a instalação de outras novas. De uma forma geral, foram realizadas obras de urbanização, tais como: Pavimentos; Drenagem de Águas Pluviais; Rede Pública de Distribuição de Água; Rede pública de Distribuição de Energia Elétrica; Rede de Rega; Contenção Periférica; Espaços Verdes e Equipamento de Segurança.

Para a concretização desta empreitada o município afetou uma verba no valor de 148.683€ (acrescidos de IVA).

- **Danos provocados em equipamentos e infraestruturas municipais, motivados pelos incêndios de 2017:**
 - **Beneficiação de acesso à Capela da Nossa Senhora do Castelo**, empreitada no valor de 59.993 € (acrescidos de IVA);
 - **Beneficiação do Caminho Agrícola Vilas Ruivas/Perdigão** – O objetivo do projeto passou pela realização de uma intervenção que beneficiasse a via existente, nomeadamente no que se refere à pavimentação e às obras acessórias, por forma a recuperar as características que esta possuía antes dos incêndios de 2017. Assim e de uma forma geral, foram realizados trabalhos ao nível da **Pavimentação e dos Equipamento de Segurança** (Marcas rodoviárias_sinalização horizontal; Sinalização vertical). Esta empreitada teve um custo de 203.339,85 € (acrescidos de IVA).
 - **Beneficiação do Caminho Municipal 1369 – acesso à Riscada** - O Município realizou obras de beneficiação do CM1369 que dá acesso à localidade da Riscada, freguesia de Fratel. Esta obra permitiu uma melhoria significativa da via, oferecendo melhores condições de segurança a todos os automobilistas. Assim e no geral dos trabalhos realizados foi efetuada a **Pavimentação da Via**, e todas as obras acessórias que lhe estão adstritas, bem como a aplicação dos **Equipamento de Segurança** (Marcas rodoviárias_sinalização horizontal; Sinalização vertical). Esta obra teve um custo de 44.736,86 € (acrescidos de IVA);
- **Demolição de Imóveis Degradados, no Concelho** - Atendendo ao avançado estado de degradação de alguns prédios e, ainda que notificados para o efeito, os seus proprietários não deram cumprimento às notificações, a Câmara Municipal substituiu-se aos mesmos, no sentido de proceder à demolição dos imóveis, os quais apresentavam riscos para a segurança e salubridade públicas. Estas intervenções consistiram na demolição total dos imóveis e, em alguns casos, à construção de estruturas de estabilização das edificações anexas e à construção de muros de delimitação da área dos prédios.

O projeto permitiu a realização de uma intervenção em cinco prédios degradados na área do Concelho, nas povoações de Perdigão (3), Tostão (1) e Sarnadas de Ródão (1), com vista à sua demolição total, tendo para o efeito o município alocado um montante de 22.750€ (acrescidos de IVA);

Outras obras municipais realizadas ao longo do ano 2019:

- Remodelação das Infraestruturas elétricas do Campo de Feiras;
- Execução de passeios e de Infraestruturas pluviais, elétricas e de comunicações, na Rua da Liberdade;
- Requalificação de passeios – Avenida da Serra, em Vila Velha de Ródão;
- Requalificação de calçada – Fratel, Foz do Cobrão, Vila Velha de Ródão,
- Construção de abrigos para passageiros – Fratel
- Desmatização e limpeza do Ribeiro do Enxarrique;
- Construção de Passeios no Loteamento do Arrabalde em Vila Velha de Ródão;
- Desmatização e limpeza – Terreno do futuro Estaleiro da Câmara Municipal;
- Construção de Infraestruturas no Loteamento da Serra da Achada, em Vila Velha de Ródão;
- Remodelação de Gradeamentos em Madeira, na Foz do Cobrão;

Foto Reportagem – Obras



3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

A educação e a cultura são duas áreas consideradas prioritárias para o Município de Vila Velha de Ródão, já que estas são determinantes para garantir o desenvolvimento integral dos indivíduos e a criação de uma sociedade mais informada, justa, tolerante e consciente do papel que cada um pode desempenhar.

O livre acesso à educação é essencial para o desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens, tendo em vista a sua inserção plena na sociedade como seres autónomos, livres e solidários. Por isso, desde o início do mandato, a autarquia tem procurado desenvolver uma política social norteadora para o sucesso educativo e que garanta a igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente das condições socioeconómicas das famílias.

De forma a cumprir este objetivo, bem como a reduzir os encargos e a melhorar a sua qualidade de vida, têm vindo a ser concedidos diversos apoios na área da educação às famílias residentes no concelho. Estas medidas têm contribuído para um aumento do número de famílias que aqui se fixam, tendo como resultado prático um aumento gradual do número de crianças a frequentar as creches e o ensino pré-escolar nos últimos anos.

Das medidas implementadas pelo executivo, na área da educação, destacam-se:

- A gratuidade na frequência das creches e jardim-de-infância, por crianças, cujas famílias residam no concelho;
- A atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho, que se encontrem a frequentar o ensino superior;
- Transportes escolares gratuitos, ao nível do ensino pré-escolar e básico;
- Pagamento de 50% do valor do passe ao nível do ensino secundário e superior;
- Pagamento integral dos passes escolares, a famílias desfavorecidas;
- Fornecimento de refeições gratuitas aos alunos transportados;
- Prolongamento de horários, na Componente de Apoio à Família;
- Atividades extracurriculares;
- Apoios concedidos ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas;
- Programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens;
- Ainda no âmbito das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, desde o início do mandato, no que a esta matéria diz respeito, no ano letivo 2019/2020 complementou a oferta dos manuais escolares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos de ensino, da responsabilidade do Ministério da Educação, com a oferta dos livros de exercícios a todos os alunos. Foram ainda entregues kit's de material escolar a todas as crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, cujas famílias residam no concelho.
- O **Plano Inovador e Integrado de Combate ao Insucesso Escolar** resulta no reforço das medidas de apoio realizadas na área da educação, o qual se encontra em execução. Este projeto resultou de uma candidatura a fundos comunitários, liderada pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e visa a promoção do sucesso escolar e o combate às taxas de retenção e desistência.

Este projeto conta com o apoio de uma equipa multidisciplinar – constituída por uma psicóloga, terapeutas da fala e ocupacional e por um professor de música –, os quais

fazem um acompanhamento diário e personalizado dos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, com dificuldades de aprendizagem e/ou em risco de abandono, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de ações de combate ao insucesso/abandono escolar, tendo colaborado ainda na realização das atividades de ocupação de tempos livres, desenvolvidos pelo Município.

No decorrer do mesmo foram desenvolvidas diversas ações de carácter lúdico e experimental, as quais têm contribuído para o enriquecimento e alargamento dos conhecimentos básicos e fundamentais à formação integral da criança, bem como têm procurado fomentar o interesse dos alunos pela escola, melhorar a sua integração e a sua interação com os seus pares e acima de tudo melhorar os resultados escolares.

o **Atribuição de Bolsas de Estudo** – O município atribuiu 21 bolsas de estudos aos alunos do concelho, que se encontram a frequentar ensino superior, no valor total de cerca de 15 mil euros. No ano de 2019, o município entendeu reforçar a verba a atribuir, em cerca de 50% face ao atribuído no ano anterior, pois no entender do executivo a formação superior é um fator de valorização cultural, académica e profissional, pelo que a atribuição e reforço deste tipo de apoio é essencial para criar condições para que as desigualdades económicas e sociais não impeçam o acesso à educação e, em particular, ao ensino superior.



o **Universidade de Verão** – O Município de Vila Velha de Ródão apoiou a participação de 16 jovens estudantes do concelho, a título gratuito, nas Universidades de Verão organizados pelas Universidades do Porto, Coimbra e Aveiro, proporcionando-lhes uma experiência única e o acesso a um conjunto de atividades pedagógicas, culturais e de lazer, em diversas áreas do saber.



Esta participação foi bastante diferenciada, tendo recaído a principal escolha no programa Universidade Júnior organizado pela Universidade do Porto, no qual participaram 12 jovens do concelho, seguida a Universidade de Coimbra que contou com a participação de 3 jovens e a Universidade de Aveiro contou com apenas 1 participante. Estes jovens puderam contactar de perto com

o ambiente universitário e tiveram a oportunidade de conhecer os vários Pólos, que compõe cada uma das Universidades, bem como as diferentes áreas de ensino que estas ministram.

Consideramos que através da realização de iniciativas desta natureza estamos a contribuir não só para a formação dos nosso alunos, como estamos a contribuir para a escolha vocacional do seu percurso no ensino superior.

o **Prémios de Mérito** – O Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e a Associação de Pais e Encarregados de Educação, procederam à entrega dos prémios de mérito académico aos alunos que se distinguiram pelos seus bons resultados escolares e desportivos.

A cerimónia serviu para agraciar e distinguir os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho e que se distinguiram pela excelência e méritos académico e desportivo, tendo este ano sido criada uma nova categoria que visou premiar o esforço e a progressão dos alunos com necessidades educativas especiais.

Para além de promover e incentivar o sucesso escolar, o evento apresenta-se como uma oportunidade para reunir a comunidade escolar para celebrar e reconhecer o empenho dos jovens estudantes.

o **ATL de Verão** – Durante os meses de verão, no período da pausa letiva, decorreram atividades de ocupação de tempos livres, direcionados para as crianças do jardim-de-infância e para as crianças dos 5 aos 12 anos. Estas atividades surgem como uma resposta social do Município a uma necessidade identificada pelos pais, no que se refere às pausas letivas dos seus filhos.



As atividades direcionados para as crianças do jardim-de-infância, grupo 3 aos 5 anos, foram dinamizadas no âmbito do projeto PIICIE – Plano Inovador e Integrado de Combate ao Insucesso Escolar de Vila Velha de Ródão, enquanto que as atividades direcionadas para o grupo dos 5 aos 12anos foram dinamizadas pela Seção de Desporto do Município. Beneficiaram desta medida de apoio do município um total de 177 crianças, distribuídas por quatro quinzenas.



Estes ATL's consistiram na dinamização de um programa de atividades de enriquecimento e alargamento de conhecimentos básicos e fundamentais à formação integral das crianças, com o objetivo estimular o desenvolvimento dos alunos, inculcando-lhes um conjunto de experiências e vivências que se perspetivaram enriquecedoras, na formação dos mais novos e que posteriormente contribuam para um maior sucesso escolar. Estes

programas ocupacionais têm merecido destaque pela qualidade das atividades desenvolvidas e têm atraído a participação de crianças e jovens não só do nosso concelho, mas também de concelhos vizinhos.

Das atividades desenvolvidas no setor da educação importam ainda destacar a realização da **Sessão Escolar do Parlamento dos Jovens**, ocorrida no Salão Nobre do Município e que contou com a presença da deputada eleita pelo distrito de Castelo Branco, Hortense Martins.

No ano 2019, o investimento global que o município realizou no setor da educação, ascendeu os **747mil euros**, demonstrando bem o empenho do Executivo, no que se refere à política de redistribuição dos impostos municipais, evidenciando desta forma um tratamento justo e imparcial no auxílio às famílias residentes no concelho, contribuindo de forma sustentada para a melhoria da sua qualidade de vida.

É com enorme satisfação que destacamos os acréscimos que se têm vindo a registar, ao nível da população escolar, em todos os níveis de ensino, os quais se encontram divididos da seguinte forma:

- **Creches:** no presente ano letivo contam com **42 crianças**, o que **representa um aumento na ordem dos 121%**, face ao ano letivo 2013/2014;
- **Jardim-de-infância:** no presente ano letivo contam com **59 crianças**, o que representa um aumento na ordem dos **37,21%**, face ao ano letivo 2013/2014;
- **Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos):** com, respetivamente **72, 35 e 53 crianças**, o que representa um aumento na ordem dos **16,79%**, face ao ano letivo 2013/2014.

A educação é uma das principais ferramentas para formar cidadãos, nesse sentido, devemos encará-la como um grande agente de socialização, uma vez que esta unifica os indivíduos e desenvolve-lhes capacidades humanas, contribuindo dessa forma para a integração social.

No que respeita à política cultural de base municipal, a sua concretização passa por dois importantes polos dinamizadores, que se assumem como equipamentos incontornáveis para a comunidade e cuja qualidade da programação é reconhecida pelos seus utilizadores: a **Biblioteca Municipal José Baptista Martins e a Casa de Artes e Cultura do Tejo**.

Biblioteca Municipal José Batista Martins (BMJBM) – Desde a sua abertura ao público, em 2008 que a Biblioteca Municipal José Baptista Martins, se tem assumido como um equipamento de referência, não só pela dinâmica que apresenta como pela qualidade da programação e das ações que desenvolve. Esta, é já hoje uma referência não só a nível local, como também a nível regional, devido aos inúmeros projetos culturais e de fomento à leitura, de elevadíssima qualidade, que esta tem colocado em prática.

Trata-se de uma programação eclética e abrangente, vocacionada para públicos de todas as faixas etárias, onde se destacam, por exemplo, as atividades de promoção da leitura junto das crianças e adolescentes ou o importante trabalho de preservação e divulgação do património cultural do concelho.

Esta infraestrutura que integra a Rede de Leitura Pública, registou em 2019, uma elevada afluência de público, que presencialmente ou através dos serviços *on-line* que esta

disponibiliza: *Facebook* e o site do projeto *Vidas e Memórias de uma Comunidade*, que só no ano 2019 alcançou os 23.113 utilizadores.

Por forma a garantir a atratividade das instalações, foram efetuadas pequenas remodelações no espaço, tendo-se procedido também à renovação do seu fundo documental, através da aquisição de novos títulos, contribuindo dessa forma para manter ativo o interesse dos nossos leitores.

O edifício dispõe de salas de leitura infantil e de adultos, disponibilizando também 13 computadores com acesso gratuito à Internet, acesso à rede *wireless* e equipamentos para visionamento de filmes e audição de música; sala do conto; sala polivalente e uma área de serviços bem equipada.

A BMJBM, ao longo da sua existência, tem merecido destaque não só pela diversidade e qualidade das suas iniciativas, procurando integrar no seu programa de animação, ações que assinalam datas importantes, ligadas à realidade cultural nacional, e muitas outras de carácter inovador.

A Biblioteca foi ainda responsável pela dinamização de projetos e atividades de âmbito diversificado, destacando-se os seguintes:

- **Clubes: «Clube de Leitores Adolescentes»; «Clube de Leituras Sem Pressas»; «Clube de Leitura de Autores Clássicos»; «Clube Pequenos Contadores»;**
- **Workshops e Exposições:**
 - UM POUCO MAIS DE ROSAS, dinamizado pelo botânico Luís Mendonça de Carvalho;
 - COM PANO E LINHA SE COSE UMA HISTÓRIA, pela artesã Maria do Céu Marques;
 - WORKSHOP DE ANIMAÇÃO STOPMOTION no qual foi criado um pequeno spot publicitário, por Iolanda Tavares;
 - WORKSHOP «Rosas no Outono», por Luís Mendonça de Carvalho;
- **Vidas e Memórias de uma Comunidade: «Rebuscar o Tempo»;**
- **Concurso Nacional de Leitura – fase municipal;**
- **Viagem literária ao Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira;**
- **Apresentações de livros:**
 - “Sob o Signo da Lua”, da autoria de Valter Vinagre;
 - “Vozes de Burro” da autoria de Carlos Alves
- **Ateliês para crianças: “Páscoa com Arte”**
- **Sessões temáticas: “Cultura e arte na Índia”; “Os efeitos dos ansiolíticos”**
- **Celebração do DIA INTERNACIONAL DO LIVRO INFANTIL e o DIA MUNDIAL DO LIVRO E DOS DIREITOS DE AUTOR; DIA INTERNACIONAL DA POESIA;**

- **8ª Edição do Poesia, um dia;**
- **Palestras:**
 - «A coragem de ser outros: a visão de Agostinho da Silva», dinamizada, pelo professor da Faculdade de Letras de Lisboa Paulo Borges;
- **Bibliotecários por duas semanas;**
- **Comemoração do Dia Mundial da Fotografia;**



A Casa de Artes e Cultura do Tejo – Ao longo de 2019, a Casa de Artes e Cultura do Tejo manteve uma programação diversificada e exigente, aliando as suas diferentes vertentes e valências – cinema, música, teatro e exposições –, de forma a receber manifestações artísticas diversas e contribuir para o enriquecimento cultural e para a qualidade de vida da população. Neste sentido, foram mantidas as diretrizes na programação direcionada para os diferentes públicos.

A CACTEJO no decorrer de 2019 promoveu um conjunto de atividades culturais de natureza diversa, como exposições, espetáculos de música, teatro e humor, cinema e *workshops*, entre outras, das quais se destacam:

- Concerto de Ano Novo;
- Exposição - «O Mundo Natural da Beira Baixa»;
- Festival Terras de Artes;
- Espetáculo de humor e música - «Top Genius», de Nuno Markl e Vasco Palmeirim;
- Exposição «Retratos do Cinema, Teatro e Televisão»
- Concerto de Abril, pelo Grupo Musicalbi;
- Recital de canto e piano «Les Femmes e suas histórias»;
- Concerto de Tito Paris, um dos mais importantes nomes da música cabo-verdiana, na celebração do aniversário da CACTejo;
- Especialistas em oftalmologia reuniram-se em Vila Velha de Ródão;
- Peça de Teatro – «Insónia», com Fernando Mendes;
- Concerto acústico – Carolina Deslandes;
- Workshop de Representação, com a presença de Iolanda Laranjeiro;
- Workshop de Iniciação ao Cinema.
- XII Encontro de Música Tradicional Portuguesa;



SA

- **Cinema** – O cinema é uma forma de expressão cultural centenária, esta é sem dúvida também um reflexo cultural do que ocorre na sociedade em geral, sendo encarada como uma das formas de expressão mais apreciadas pela sociedade, talvez por se tratar de uma poderosa ferramenta para instrução, educação e reflexão humanas. Neste âmbito, a CACTEJO, procurou ao longo do ano 2019, promover a realização de sessões de cinema semanais, dirigidas a todas as faixas etárias e para os diferentes tipos de público. Estas sessões foram pensadas na abrangência dos seus utilizadores e procuraram apresentar diferentes géneros, desde a ação, ao drama, do terror à comédia, do romance à aventura, não esquecendo o nosso público infanto-juvenil para os quais se encontra dirigida a categoria animação. As sessões foram bastante apreciadas e participadas.



A Casa de Artes e Cultura do Tejo, ao longo do ano de 2019, acolheu no seu espaço mais de 5.500 visitantes e utilizadores regulares, das atividades promovidas neste equipamento cultural, o qual esteve sempre disponível e acessível a toda a população.

- **Atividades culturais de âmbito diversificado** – No decorrer de 2019 o leque de atividades foi bastante diversificado e pensado na abrangência dos diferentes tipos de público, destacam-se destas realizações as seguintes atividades:

Feira e Cortejo de Carnaval – Em fevereiro realizou-se a tradicional feira de Domingo Gordo e o desfile de Carnaval. Neste cortejo participaram diversas associações do concelho, as quais contribuíram para animar e colorir o desfile, numa iniciativa promovida pela Câmara Municipal, em parceria com o CLDS 3G de Vila Velha de Ródão e que contou com a animação musical.

Feira de Todos os Santos – No dia 1 de novembro a tradição cumpre-se em Vila Velha de Ródão com a realização de mais uma Feira de Todos os Santos. A iniciativa, organizada pelo município contou com algumas novidades, pois para além da feira e do tradicional magusto integrou ainda o Festival das Artes da Beira Baixa, com a atuação de grupos de música tradicional, que animaram os presentes. Ainda no decorrer deste evento, foram entregues os prémios do “Concurso Dia das Bruxas”, para o qual o Município desafiou as crianças do agrupamento de escolas a participarem com trabalhos relacionados ao tema do dia das bruxas.

Concertos de Natal nas Freguesias - As igrejas das sedes de freguesia do concelho de Vila Velha de Ródão acolheram, uma vez mais, os Concertos de Natal promovidos pelo Município. Nos primeiros dois fins-de-semana de dezembro, as igrejas das sedes de freguesia do concelho de Vila Velha de Ródão encheram-se de gente para assistir aos Concertos de Natal, promovidos pelo Município, com o intuito de levar a todas as freguesias a magia do Natal, através da música

Esta edição de concertos de natal contou com a presença de grupos como: o Orfeão de Castelo Branco, o Coro Misto da Beira Interior, os Sopros da Orquestra de Jovens de Castelo Branco e o Grupo Xaras, composto por Raquel Maria acompanhada pelo maestro José Raimundo e pelo professor Manuel Carvalhinho, com atuações que encantaram o público presente.

A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, é tudo aquilo que o homem faz, pensa ou sente, enquanto membro de uma sociedade, esta tem como reflexo o fortalecimento da identidade pessoal e social do indivíduo, assumindo um papel fundamental, não só para as populações como para os territórios. Neste âmbito e ao longo dos tempos, o executivo tem procurado proporcionar aos seus munícipes o acesso a um programa cultural de excelência, procurando ainda promover a igualdade de oportunidades, semelhante às que existem nos grandes centros urbanos, sempre na tentativa de esbater assimetrias e valorizar quem escolhe o interior do país para viver.

3.2.4. AMBIENTE E PROTEÇÃO CIVIL

A sensibilização ambiental é um elemento fundamental no qual o município tem apostado para promover a reflexão e para a criação de um modelo de sociedade mais sensibilizada e informada, visando a proteção do ambiente e o percurso para o desenvolvimento sustentável, à escala local e global.

Apostando na proteção do ambiente e na qualidade de vida dos seus munícipes, foram desenvolvidas ações de sensibilização ambiental, direcionadas para as crianças e jovens, bem como para a população em geral, no sentido de os envolver e consciencializar para as problemáticas ambientais e contudo levar à alteração de atitudes e comportamentos.

São os pequenos gestos do nosso dia-a-dia que poderão fazer a diferença, contornando os problemas associados às questões ambientais e que ameaçam a qualidade de vida das populações.

No âmbito das atividades desenvolvidas nas áreas do ambiente e património, ao longo do ano 2019, gostaríamos de realçar as seguintes:

- **Ação de Sensibilização sobre Alterações Climáticas** – O projeto “Sensibilização dos Rodenses para os Impactos das Alterações Climáticas” promoveu um conjunto de atividades ao longo do ano 2019, de forma a melhorar os níveis de conhecimento da comunidade local e a sensibiliza-los para a necessidade de se adotarem boas práticas ambientais. Das diversas atividades desenvolvidas, no âmbito deste projeto, destacam-se as ações de sensibilização, os passeios pedestres e de bicicleta, o teatro de marionetas “O Segredo da Camila”, a

dinamização de um jogo gigante, *Atmos Quizz*, desenvolvido para o projeto, com objetivo sensibilizar os mais pequenos para as questões ambientais e das alterações climáticas.

- **Implementação de medidas para redução do consumo de água** - Na sequência do plano de investimento da autarquia no Agrupamento de Escolas, foram instaladas naquele espaço seis peças sanitárias com um sistema inovador, trata-se de uma requalificação de cariz ambiental que visou a redução do consumo de água. A principal vantagem destas novas instalações sanitárias é o facto de utilizarem o sistema *Swiss Invent*, um sistema ecológico que não obriga a que sejam efetuadas descargas de água e não deita cheiros, permitindo assim uma significativa poupança deste recurso natural. Estes equipamentos inovadores e ecológicos foram oferecidos pela *Mouratal 1*, uma empresa da área da construção, especializada na criação e desenvolvimento de peças destinadas a áreas húmidas e de exteriores.

A implementação destes equipamentos, amigos do ambiente, vem de encontro às preocupações do executivo com a melhoria da gestão e utilização dos recursos naturais.

- **Plano Operacional Municipal** - A Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Velha de Ródão aprovou, no dia 11 de abril, o Plano Operacional Municipal do concelho para o ano de 2019, um documento que define e operacionaliza as estratégias de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo aos incêndios florestais que possam ocorrer. Este documento tem um carácter municipal e a sua atualização é feita anualmente, tendo no seu conteúdo uma inventariação de meios e recursos, a caracterização do dispositivo operacional de defesa da floresta contra incêndios, a definição de setores territoriais e locais estratégicos de estacionamento, bem como uma componente cartográfica de apoio à decisão. Foram também apreciadas as atuais diretivas a observar para os processos de edificação em espaço rural, bem como os procedimentos para a comunicação ou autorização de queimas e queimadas.
- **Recolha Seletiva para Reciclagem** – Segundo os dados avançados pela VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, empresa responsável pela recolha, triagem valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos da região centro, Vila Velha de Ródão ocupou o segundo lugar num ranking de 25 municípios, tendo os seus habitantes reciclado em média 22,42kg de resíduos. Os dados apresentados mostram assim que, nos primeiros seis meses do ano, cada rodense havia reciclado em média 7,02kg de vidro, 9,69kg de papel e cartão e 5,71kg de embalagens.
- **Hora do Planeta** – No dia 30 de março, o Município assinalou a *Hora do Planeta* com a realização de uma caminhada noturna de sensibilização para os impactos das alterações climáticas. Esta atividade foi desenvolvida pelo Município em parceria com a associação Wamba Jovem. Para mostrar o apoio a esta causa, entre as 20h30 e as 21h30, foi simbolicamente desligada a iluminação em alguns locais emblemáticos do concelho, como a Ponte sobre o Rio Tejo, o Posto de Turismo (Lagar de Varas), a Casa de Artes e Cultura do Tejo ou os Paços do Concelho.

O evento serviu de mote para a discussão e troca de ideias, tendo sido visitadas várias zonas e infraestruturas com o propósito de envolver os participantes na dupla perspetiva de, por um lado, sensibilizar para as ameaças e, por outro lado, identificar exemplos de boas práticas.

A **Hora do Planeta** é um evento promovido desde 2007 pela organização não-governamental *World Wildlife Fund* como forma de consciencialização sobre a problemática das mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Na sociedade atual, existe uma consciencialização cada vez maior sobre a importância do desporto e da atividade física, mesmo quando realizada em momentos de lazer. Seja enquanto meio de combate ao sedentarismo e aos problemas de saúde a ele associados ou como forma de redução do stress e aumento dos níveis de energia, a prática desportiva é hoje encarada como uma atividade essencial e transversal a todas as idades, mesmo quando praticada de forma moderada.

Tendo em conta esta realidade, o Município de Vila Velha de Ródão coloca à disposição dos munícipes um conjunto diversificado de equipamentos desportivos, como é o caso do Ginásio Municipal, do Estádio Municipal, das Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e de Fratel, do Centro Náutico ou dos diferentes polidesportivos existentes nas freguesias.

Ao longo do ano, estes espaços são dinamizados pela autarquia, através do Setor de Desporto e Tempos Livres, e em estreita colaboração com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e as diversas coletividades e associações locais, de forma a valorizá-los e a promover a qualidade de vida da população através da prática da atividade física e da adoção de um estilo de vida saudável.

Ao mesmo tempo, o Município tem procurado aliar a promoção da prática desportiva à divulgação da riqueza, diversidade e beleza da paisagem natural do concelho, através da promoção de eventos desportivos ao ar livre ou da realização de provas de cariz nacional e internacional, explorando, por exemplo, o potencial do rio Tejo para a realização de desportos náuticos.

- **Terras de Ouro – Fit Day** – O Ginásio Municipal recebeu 130 pessoas, dos 5 aos 67 anos, num dia dedicado ao convívio e à promoção da prática desportiva. O evento, ocorreu no dia 30 de março e ofereceu à população a oportunidade de usufruir de aulas de diversas modalidades e assistir a palestras sobre desporto, nutrição e fisioterapia, saldando-se num verdadeiro sucesso. A atividade contou com a presença de profissionais de elevadíssima qualidade e prestígio, nas suas áreas de trabalho, entre eles destaca-se a presença do nutricionista desportivo do Futebol Clube do Porto, António Pedro Mendes, com o fisioterapeuta Diogo Pires, o duplo profissional Bruno Salgueiro, que falou sobre o seu percurso de vida e lições aprendidas.

O evento contou ainda com a presença do Curso de Enfermagem da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (Instituto Politécnico de Castelo Branco), do Centro de Formação de Massagistas e do Curso de Cozinha e Pastelaria da Escola Profissional Agostinho Roseta os quais forneceram crepes e batidos saudáveis aos participantes do Fit Day, cuja receita

reverteu a favor dos Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão, fazendo deste um evento solidário.

- **Campos de Férias** – Entre 5 e 10 de agosto, decorreu mais uma edição do Campo de Férias, uma iniciativa destinada aos jovens entre os 12 e os 16 anos, traduziu-se numa verdadeira *Road Trip* que os levou a conhecer melhor o maravilhoso território da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa: Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova (Malhadal e Aldeia Ruiva), Oleiros (Aldeia de Xisto de Álvaro e Orvalho), Penamacor e Idanha-a-Nova (Monsanto e Penha Garcia). Ao longo da semana, os 18 jovens que participaram no Campo de Férias acamparam todos os dias em localidades diferentes e puderam desfrutar de um programa repleto de atividades - como escalada, orientação ou ateliês com noções de sobrevivência e culinária -, e que incluiu ainda visitas às diversas praias fluviais e ao património histórico e desportivo da região.



Através da promoção destas atividades, o município pretendeu dar aos jovens a oportunidade de viverem momentos de partilha, interação, conhecimento e desenvolvimento pessoal

- **Dia Internacional da Juventude** – No dia 12 de agosto o Município em parceria com o IPDJ⁶ assinalaram o Dia Internacional da Juventude, através da oferta de entradas gratuitas nas piscinas municipais de Vila Velha de Ródão e de Fratel, para os jovens do concelho com idades compreendidas entre 12 aos 29 anos e aulas de Pilates e HIDRO.

Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e Fratel – Ao longo da época balnear, que teve início a 15 de junho e terminou a 15 de setembro, as Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e do Fratel atraíram mais de 28 mil visitantes, que puderam assim usufruir das excelentes condições destes dois equipamentos municipais, recentemente remodelados. Estes valores representam um aumento de quase 50% relativamente ao ano anterior.

Sob o lema «*Sol & Letras*», durante a época balnear, a Piscina Municipal de Vila Velha de Ródão disponibilizou gratuitamente aos seus utentes livros de diferentes géneros de forma a promover a leitura em tempo de férias. A iniciativa resulta de uma parceria com a Biblioteca Municipal José Baptista Martins com a Piscina Municipal e ofereceu aos veraneantes a possibilidade de levarem um livro consigo enquanto relaxam e descansam.

Ao longo deste período, foram registadas nas Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão 17032 entradas, enquanto nas Piscinas Municipais de Fratel foram contabilizadas 11918 entradas.

Para a autarquia, o elevado número de banhistas que procuram estes equipamentos comprovam a importância das intervenções e obras de remodelação realizadas nestes dois

⁶ Instituto Português da Juventude

espaços nos últimos anos, garantindo aos utilizadores melhores condições de segurança e conforto e a qualidade das instalações.

- o **Ginásio Municipal** – Dotado de uma localização privilegiada que lhe confere uma paisagem única e singular, o **Ginásio Municipal** de Vila Velha de Ródão, promove a melhoria da qualidade de vida dos seus utilizadores, aliando o exercício físico corretamente motivado, qualitativamente adequado e em quantidade suficiente, a uma vista panorâmica incrível sobre as piscinas municipais, o rio Tejo e o Monumento Natural das Portas de Ródão.

Em funcionamento desde janeiro de 2018, o Ginásio Municipal de Vila Velha de Ródão tem assistido a uma adesão significativa por parte da população do concelho e até dos concelhos vizinhos, que aqui encontram condições de únicas para a prática desportiva. Só no em 2019 este espaço registou um total de 6.475 mil entradas, que se traduziu na realização de uma média de 15 aulas de grupo por semana, nos seus mais de 286 clientes ativos, com idades compreendidas entre os 16 e os 78 anos, valores bastante expressivos para uma região de baixa densidade populacional e reveladores da importância que o desporto assume.

Este espaço encontra-se aberto ao público de 2ª a sábado, das 09h às 21h, disponibilizando aos seus utilizadores equipamentos de ponta, no que se refere a aparelhos de cardio-fitness, de musculação e de todo o material para a realização de treino funcional. Uma das ofertas com melhor aceitação e procura, por parte dos seus utilizadores, são as aulas de grupo, as quais se revestem de especial importância, não só pelas dinâmicas criadas como pelas características das mesmas.

- o **BTT «Terras de Oiro»** – A terceira edição do passeio de BTT Terras de Oiro, decorreu no dia 3 de março, juntando em Ródão cerca de 200 atletas, oriundos de várias zonas do país. A prova em bicicleta todo o terreno constituída por dois percursos distintos, uma maratona de 65 quilómetros e uma meia maratona de 45 quilómetros, que entusiasmaram os participantes graças à diversidade e desafio dos trajetos e à beleza da paisagem circundante. Na atividade participaram cerca de 200 atletas, que se traduziu num aumento de participantes, face à edição anterior, facto que deixou a organização muito satisfeita.

Os amantes desta modalidade desportiva encontram em Vila Velha de Ródão condições de excelência para a esta prática, a qual o Município apoia e promove, sempre que praticada com total respeito pela natureza e pelo património.

- o **Assinatura de Protocolo “Centro de Formação Desportiva de Canoagem** – em novembro, foi assinado o protocolo entre o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e a Direção Geral de Educação que formaliza a criação do Centro de Formação Desportiva de Canoagem, um projeto único no distrito, que contribui para a valorização do rio Tejo e vai permitir aos alunos do concelho praticarem esta modalidade. O Centro de Formação Desportiva de Canoagem de Vila Velha de Ródão resulta de uma candidatura conjunta da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas e vem juntar-se à rede de 67 Centros de Formação Desportiva que existem no país, dos quais 52 são destinados a atividades.
- o **Portugal 281 + Ultramarathon passou em Vila Velha de Ródão** – A quinta edição de uma das mais longas ultramaratonas do mundo, a Portugal 281 + Ultramarathon Beira Baixa Portugal, realizou-se entre 25 e 28 de julho e passou pelo concelho de Vila Velha de Ródão,

onde decorreu uma parte do percurso e se situou um dos portos de abrigo mais importante para os participantes. O percurso da prova incluiu o concelho de Vila Velha de Ródão, onde os participantes passaram durante a tarde de 26 de julho e a madrugada do dia seguinte e onde puderam usufruir de uma base de apoio e local de paragem no Parque de Campismo, para uso dos balneários, reforço alimentar, apoio médico e algumas dormidas temporárias.

No setor do Desporto e Tempos Livres destacam-se ainda as seguintes atividades:

- **Encontro Regional de Gira Vólei e Gira+** - No dia 18 de maio, o Estádio Municipal de Vila Velha de Ródão vestiu-se de amarelo para receber o Encontro Regional de Gira Vólei e Gira+, acolhendo equipas da região de Castelo Branco e de Portalegre, num total de 166 atletas, com idades compreendidas entre os oito e os 29 anos. Esta fase serviu para apurar os atletas que iriam participar no nacional da modalidade, que decorreu em Castelo de Vide, nos dias 1 e 2 de junho.

Com um historial de excelentes resultados em finais regionais, os quais se traduzem em nove campeões regionais, seis vice-campeões e um terceiro lugar, num total de sete escalões, foram nove as duplas do Centro Gira Vólei da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão a representar o concelho no nacional. Para o Município de Vila Velha de Ródão este projeto representa a maior festa dos jovens que praticam voleibol, sendo um momento desportivo único e repleto de entusiasmo, cujo objetivo passa por garantir um lugar no Encontro Nacional da modalidade e a conquista de novos títulos.

- **Celebração do Dia dos Avós** – O Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com a Academia Sénior, celebrou o Dia dos Avós com um passeio à praia de Vieira de Leiria num convívio intergeracional juntando avós e netos, num salutar convívio.
- **Taça das Beiras Mário Sucena** – terceira etapa (voleibol);

3.2.6 AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO

Os Serviços de Ação Social do Município de Vila Velha de Ródão têm como missão servir a população em geral, com especial atenção para indivíduos e agregados familiares em situação de risco ou exclusão social.

O trabalho desenvolvido passa pela identificação e diagnóstico de problemas sociais, de forma a desenvolver intervenções que os possam resolver ou minorar, sendo a principal finalidade contribuir para a integração social do indivíduo, família e comunidade, estimulando a sua participação ativa e privilegiando o trabalho em rede com todos os parceiros locais e regionais.

Em 2019, os Serviços de Ação Social do Município deram continuidade ao trabalho de proximidade que sempre desenvolveram, procurando dar uma resposta abrangente à população tendo em conta as necessidades identificadas e que passam pelos apoios concedidos à fixação de famílias e jovens no concelho e aos estratos sociais mais desfavorecidos, assim como pela implementação de mecanismos de apoio à população idosa ou de prevenção da violência doméstica.

- o De entre as medidas adotadas pelo executivo, nas áreas social e de **apoio à fixação de pessoas no concelho**, destacam-se o apoio à aquisição de casa no valor de 2.500 euros, incentivos para recuperação de imóveis para habitação própria, apoios a idosos e classes sociais desfavorecidas, o apoio ao arrendamento para famílias numerosas, durante um período de um ano, independentemente da sua condição financeira. Também os jovens com idade até aos 35 anos, e em função do seu rendimento, tiveram igualmente ao seu dispor um apoio ao arrendamento, que pode atingir os 100% do valor da renda, num período até 3 anos.

Estratos Sociais Desfavorecidos, foram apoiadas:

- o **Compra e reconstrução de habitação própria**: 14 famílias;
 - o **Arrendamento Jovem – Renda de Casa**: 37 famílias;
 - o **Arrendamento Jovem – Taxas e Licenças**: 17 famílias;
 - o **Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos**: 37 famílias.
- o **IMI Familiar** – Esta medida consiste numa diminuição no pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para agregados familiares do concelho, com um, dois, três ou mais dependentes. Tendo para o efeito, o executivo camarário, levado à Assembleia Municipal a aprovação desta medida, beneficiando em 20 euros os agregados familiares com um dependente; em 40 euros as famílias com dois dependentes; e em 70 euros as famílias com três ou mais dependentes. Esta é apenas mais uma das medidas implementadas que visam discriminar positivamente quem escolhe este concelho do interior para fixar a sua residência.
- o **Loja Social e Banco Local de Voluntariado**

“Uma das formas de transformar o mundo é fazer alguma coisa pelo bem das outras pessoas.”

Banco Local de Voluntariado – As pessoas movimentam-se na sociedade civil, voluntariamente em nome do Bem Comum, num comportamento expressivo de cidadania alicerçado em solidariedade e em criatividade, para vencer obstáculos no dia-a-dia. Estas pessoas, de forma desinteressada, dedicam parte do seu tempo, a melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos outros, assim são os voluntários que integram o Banco Local de Voluntariado do Município que, ao longo do ano, dinamizaram e asseguraram a organização e abertura da loja social ao público, colaboraram ativamente no Encontro de Gerações, bem como nas ações de recolha de alimentos, realizadas no âmbito das campanhas do Banco Alimentar contra a fome.

A Loja Social surge em resposta a uma necessidade social, a qual tem procurado atenuar as dificuldades e necessidades imediatas das famílias e indivíduos, que se encontrem em situação de vulnerabilidade económica, através da distribuição de bens alimentares, vestuário, calçado e utensílios para o lar. Esta representa uma das formas mais diretas e acessíveis de ajustar a oferta de quem quer e pode contribuir, com a procura por parte daqueles que mais necessitam.

- o O Município em estreita colaboração com o CLDS 3G (Contrato Local de Desenvolvimento Social Terceira Geração), trabalharam em conjunto no sentido da continuidade do **programa Saúde Mais**, não só pela importância que este programa assume para a população residente como o acesso aos serviços de saúde que lhes garante. Trata-se pois de um programa que

surgiu de uma necessidade identificada ao nível, de assistência médica, com o objetivo de proporcionar consultas médicas de clínica geral aos munícipes, em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. Este programa encontra-se em funcionamento desde março de 2017 tem concedido aos seus munícipes, o acesso a uma resposta médica rápida e de proximidade.

As consultas têm uma periodicidade semanal e ocorrem nas sedes, das Juntas de Freguesias do Concelho, favorecendo dessa forma a equidade no acesso a todos os munícipes que necessitem deste serviço.

Este serviço encontra-se ao dispor da população em geral e tem um custo idêntico ao praticado no SNS, no entanto e para os titulares do cartão do idoso o acesso ao serviço é totalmente gratuito. Só no ano de 2019 foram realizadas 801 consultas, o que representa uma média mensal de 67 consultas, repartidas da seguinte forma pelas freguesias:

Fratel: 292 | Vila Velha de Ródão: 239 | Perais: 139 | Sarnadas de Ródão: 131

Importa referir que este programa não veio substituir o médico de família, nem o Serviço Nacional de Saúde, surgiu como uma resposta e como um complemento de apoio às pessoas idosas e carenciadas e da população em geral.

- o **Rede Solidária do Medicamento** – Com o objetivo de garantir o acesso aos medicamentos prescritos por receita médica, por parte de qualquer cidadão, que se encontre numa situação comprovada de carência económica, o Município aderiu ao Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento, desenvolvido pela Associação Dignidade. A adesão a este programa foi formalizada em 21 de janeiro, através da assinatura de um protocolo de cooperação entre o Município e aquela instituição particular de solidariedade social, responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão da Rede Solidária do Medicamento.



Com esta medida a autarquia pretende continuar a contribuir para o bem-estar dos nossos munícipes, particularmente após termos tomado conhecimento de que há famílias que não adquirem os medicamentos prescritos pelo médico de família por falta de recursos. Esperamos desta forma minimizar as dificuldades sentidas e garantir o acesso aos cuidados de saúde, por parte dos nossos munícipes.

- o **Protocolo para Difusão dos Valores da Segurança e Paz** – O Município, no dia 24 de fevereiro procedeu à assinatura do protocolo referido, com o objetivo de incentivar e apoiar os agrupamentos de escolas a integrarem no seu projeto educativo iniciativas e conteúdos curriculares que promovam o conhecimento e estimulem o interesse dos alunos, num quadro de valores de referência, pelas matérias de segurança, de defesa e da paz.

O Município enquanto entidade com responsabilidade em matéria de educação, área que consideramos como um vetor estratégico para o desenvolvimento do concelho, entendemos

ser nosso dever contribuir para a divulgação destes valores junto das gerações mais jovens, como forma de contribuir para a criação de uma sociedade mais esclarecida e justa no futuro.

- o No início do mês de outubro realizou-se a décima terceira edição do **Encontro das Gerações de Ródão**, um evento destinado a todas as crianças e idosos, em idade de reforma, residentes no concelho. Esta iniciativa constitui sem dúvida uma marca inquestionável do concelho, no que se refere à participação ativa da comunidade em torno da terceira idade, assumindo um papel relevante na promoção de uma cidadania sénior saudável, procurando, de alguma forma, minimizar solidão e o isolamento em que a maioria dos idosos vivem grande parte do ano.

Esta atividade reuniu em convívio, em Vila Velha de Ródão cerca **800** participantes numa



jornada de homenagem e reconhecimento pelo contributo que estes deram para o desenvolvimento do concelho. Entre os participantes da atividade estiveram crianças e jovens, de todo o concelho, idosos e voluntários, para as quais foram preparadas atividades diversificadas (animação musical, atividades desportivas, celebração de Eucaristia, entre outras), sempre na tentativa de aproximar gerações, tendo sido criados

momentos de grande animação, convívio e partilha entre todos os intervenientes, num salutar convívio intergeracional.

- o **Dia Mundial da Criança** - No dia 1 de junho, o Campo de Feiras, em Vila Velha de Ródão, recebeu mais de uma centena de crianças para um final de tarde cheio de animação e dedicado a elas. A iniciativa foi promovida pelo Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local e teve início com uma peça de teatro de marionetas, seguida de jogos, música e insufláveis, tendo culminado com um jantar convívio que juntou pais e filho num importante momento de partilha e cumplicidade.
- o O Município em parceria com o CLDS 3G VVR (Contratos Locais de Desenvolvimento Social Terceira Geração), no mês de março, percorreram todas as aldeias do concelho, promovendo um conjunto de atividades que procuraram **assinalar o Dia da Mulher**.
- o Pautando a sua ação por uma intervenção discreta e objetiva, a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** tem vindo a trabalhar de forma pró-ativa, na sinalização de casos, cujo comportamento é considerado de risco, tendo efetuado o acompanhamento dos mesmos. Ainda no âmbito da sua intervenção, a CPCJ dinamizou um conjunto de atividades das quais se destacam:
 - o **Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância**, com a realização de sessões de esclarecimento dedicado ao tema;
 - o Marcha de sensibilização «Eliminação da violência contra as mulheres»;
 - o **Dia da Alimentação e da Cozinha Saudável** «Fruta no Recreio»;

- **Dia Mundial da Higiene Oral**, assinalado junto das crianças do Jardim de Infância;
- Dia Internacional do Bombeiro, assinalado junto das crianças do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;
- **Dia do Voluntariado e da Pessoa com Deficiência** – No dia 06 de dezembro foram assinaladas as duas efemérides, na Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão, com um encontro que juntou voluntários de diversas associações, bem como a autora e oradora motivacional Mafalda Ribeiro, cujo testemunho sobre a forma como ultrapassou os obstáculos colocados pela deficiência com que nasceu surpreendeu e impressionou o público presente.
- **Semana Nacional pelo Combate às Desigualdades** - Uma ação dirigida às crianças e jovens do concelho, que conciliou as comemorações do Dia Municipal para a Igualdade e a iniciativa pelo Combate à Exclusão Social.
- **A Academia Sénior de Vila Velha de Ródão** enquadra-se numa política de promoção da qualidade de vida da população sénior (50+) do concelho, através da otimização de recursos direcionados à promoção do bem-estar físico, social e mental, bem como do combate à solidão e isolamento social, promovendo o favorecimento das relações interpessoais e intergeracionais, bem como o incremento da autoestima, da autoconfiança e o aprofundamento de conhecimentos e competências. Este projeto, encontra-se em funcionamento, em Vila Velha de Ródão, desde 2015, e é dinamizado pela ADRACES, que conta desde o início do funcionamento deste projeto com o apoio integral do Município, enquanto parceiro chave na dinamização do mesmo, já que este disponibiliza recursos humanos (8 professores), técnicos e materiais (acesso a infraestruturas educativas, culturais, desportivas e transportes), contribuindo de forma decisiva para que aos alunos tenham acesso a um leque diversificado de atividades.
- **Associativismo** – Tendo em conta o dinamismo do movimento associativo no concelho e o seu importante papel na defesa dos interesses das populações, este município tem feito um esforço para garantir o apoio ao funcionamento das associações, para que estas possam desenvolver os seus planos de atividades sem constrangimentos e com sentido de responsabilidade.

No âmbito do projeto BEIRA BAIXA CULTURAL, o município lançou o desafio às associações do concelho no sentido desta dinamizarem um conjunto de atividades gastronómicas e culturais, das quais se destacam:

- **Ateliês temáticos de Cultura e Gastronomia**

- **“Sopas de Boda e Tigeladas”**, dinamizado pela associação *As Nossas Gentes* - Associação Rancho Folclórico Sarnadas Ródão;
- **“Festa dos nógados e das pantufas”**, dinamizado pela associação Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense.
- **“Sabores do Wamba – As Sopas de Peixe Ontem e Hoje”**, dinamizado pelas cozinheiras Ana Paula Pequito e Maria João Santo, no âmbito do Festival das Sopas de Peixe.

- **"Saberes e Sabores Terras de Oiro"**, dinamizado pela LUFISI, Marketing Territorial, empresa que tem vindo a desenvolver as ações promocionais da marca Terras de Oiro.
- **"A Rota dos Fornos Comunitários"**, dinamizado pelo Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Vilar do Boi.

o **Festival das Artes da Beira Baixa**

- Atuação conjunta de bandas/ grupos da região que animaram a tradicional **Feira de todos os Santos**. Atividade dinamizada pelo **Centro Recreativo e Cultural do Coxerro**;
- **Atuação de Bandas Filarmónicas e grupos de música tradicional**, estas atuações decorreram no âmbito do programa do Festival das Sopas de Peixe, da qual se destacamos a participação da Banda Filarmónica de Fratel;

o **Rota das Visitas Guiadas e Encenadas**

- **Ródão "Terra com história"** – Esta ação consistiu na realização de um percurso pedestre de rota urbana, com visita à sala de arqueologia do Centro de Interpretação de Arte Rupestre e à Foz do Enxarrique. Durante o percurso, foram realizadas encenações históricas alusivas a Vila Velha de Ródão, relacionadas com a pré-história, nomeadamente a arte rupestre.

- **Ouro na Foz** – Esta ação consistiu na realização de um passeio pedestre, na localidade da Foz do Cobrão, com a visita ao núcleo museológico do linho e tecelagem. Durante o percurso foram realizadas encenações alusivas à garimpagem do ouro no rio Ocreza, com elementos/ferramentas necessárias para a experimentação dos visitantes/turistas para a garimpagem de ouro.



- **Contrabando em Perais** - Esta ação consistiu na realização de um passeio pedestre, com encenação histórica de contrabandistas na raia (PT-ES) e com uma visita ao Núcleo Museológico: O Contrabando, na localidade de Perais.



As Rota das Visitas Guiadas e Encenadas foram dinamizadas pelo Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão, uma vez que esta coletividade era conhecedora das tradições e dos costumes locais, o que lhe permitiu concretizar as ações com o nível de exigência e o rigor desejado.

As associações, pela sua importância social, cultural, desportiva, recreativa e até económica, são atores chave no desenvolvimento das comunidades e dos diferentes territórios, que constituem o Concelho de Vila Velha de Ródão. Nessa medida, o incentivo ao associativismo é encarado como um eixo central no que se refere às políticas municipais de



desenvolvimento local, continuando este Município a envidar todos os esforços e a adotar as medidas necessárias que permitam a continuidade do apoio e da valorização das iniciativas desenvolvidas pelas associações.

Assim, o Executivo Municipal atento às dificuldades manifestadas pelas associações, criou o **Fundo Municipal de Apoio às Associações**, um instrumento que visa apoiar as associações na realização de obras de pequena dimensão, nas suas sedes sociais, e cujos trabalhos sejam executados diretamente pelos próprios associados. Este fundo conta anualmente com uma dotação de 10.000,00€.

3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL

O município tem vindo a trabalhar no sentido da proximidade com os colaboradores e cidadãos e na promoção da cidadania ativa e participativa. Para o efeito, foram desenvolvidas e implementadas algumas medidas tendentes à participação dos munícipes e dos colaboradores, das quais destacamos:

- **Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal Descentralizadas** – No prosseguimento das políticas públicas de proximidade definidas pelo executivo, desde o início do seu mandato, têm-se vindo a realizar sessões de câmara e de assembleia descentralizadas, com o intuito de incentivar a participação pública e a aproximação dos cidadãos ao poder local e à gestão autárquica.



O executivo municipal procurou ouvir as preocupações de todos os munícipes, que quiseram participar nas sessões públicas de câmara e da assembleia e, na medida do possível, prestou os

esclarecimentos necessários às dúvidas apresentadas e resolveu os problemas que estavam ao seu alcance e dentro das competências do município.

Registamos com agrado a elevada participação dos munícipes nas sessões públicas descentralizadas, que o executivo levou a efeito no ano 2019.

- **Ródão Participa** – O Município de Vila Velha de Ródão tem uma nova aplicação de gestão de participações, denominada Ródão Participa, a qual permite aos munícipes o reporte de diferentes tipos de situações, como por exemplo questões/anomalias verificadas em espaços públicos ou questões administrativas.

Através desta nova aplicação os cidadãos podem reportar os mais diversos problemas, na área de abrangência do concelho, e solicitar a sua resolução à Câmara Municipal.

Com a disponibilização desta aplicação, o Município de Vila Velha de Ródão pretende promover uma cidadania participativa, oferecendo aos cidadãos uma forma prática, rápida e simples de reportar os diferentes tipos de ocorrências à autarquia.

- **Medalha de Mérito da Ciência** - O Presidente do Município de Vila Velha de Ródão,



foi distinguido com a **Medalha de Mérito da Ciência**, esta distinção foi feita pela mão do Primeiro-Ministro António Costa, no dia 8 de julho, na cerimónia de abertura do Encontro Nacional com a Ciência e a Tecnologia - Ciência 2019, em Lisboa.

A Medalha de Mérito Científico destina-se a galardoar as individualidades nacionais ou estrangeiras que, pelas elevadas qualidades profissionais e de cumprimento do dever, se tenham distinguido por valioso e excecional contributo para o desenvolvimento da ciência ou da cultura científica em Portugal. No caso presente, a atribuição desta distinção à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão prende-se com a **"Promoção da Cultura Científica: Ensaios inéditos de vento – wind energy"**. Em causa está um projeto que decorreu na Serra do Perdigão, em Vila Velha de Ródão, e visou a recolha de dados com uma resolução sem precedentes acerca dos fluxos de vento, de forma a criar modelos e metodologias de avaliação e gestão dos recursos eólicos. Para além de permitir a criação de um novo Atlas Eólico Europeu, o projeto envolveu instituições e cientistas de diversas áreas e permite desenvolver aplicações na área da energia, dos fogos, da vegetação ou até na área militar.

- **Página Oficial do Município no Facebook e Instagram** – O Município de Vila Velha de Ródão aderiu às novas formas de comunicação através das redes sociais Facebook e Instagram, apostando nestas ferramentas de comunicação, indispensáveis nos dias de hoje, para estabelecer uma relação de maior proximidade com os cidadãos e munícipes e comunicar com eles de forma mais direta e dinâmica.

Apesar de, durante muito tempo, não ter possuído qualquer página oficial nas redes sociais, alguns serviços e eventos promovidos pelo Município de Vila Velha de Ródão já tinham presença nessas plataformas, como é o caso da Biblioteca Municipal José Baptista Martins, do Ginásio Municipal ou da Casa de Artes e Cultura do Município. A criação da nova página oficial do Município não pretende substituir estas, que continuam a existir, no entanto vem reforçar a presença da instituição *on-line*, garantindo um maior alcance na divulgação das atividades promovidas ou apoiadas pela autarquia.

- **Convívio de Trabalhadores** – A autarquia promoveu, pelo quinto ano consecutivo mais uma edição do convívio de trabalhadores, por entender que equipas de trabalho motivadas são a chave para o sucesso de qualquer organização, independentemente da sua dimensão.

Como bem sabemos a realização de atividades desta natureza contribuem para o



aumento da produtividade e motivação dos colaboradores, uma vez que estas promovem o alívio do “stress” e da pressão a que diariamente estão sujeitos, proporcionando experiências e dinâmicas únicas, nas quais são postas à prova as capacidades físicas e intelectuais de cada um, criando-se verdadeiros momentos de diversão e descontração, promovendo a interação entre todos os colaboradores presentes.

É com enorme apreço que registamos uma elevada adesão de colaboradores a esta iniciativa do Município, que ano após ano têm participado na mesma, pois entendemos que estas atividades fortalecem o trabalho coletivo, facilitam o alcance dos objetivos individuais e comuns e eliminam barreiras ao nível da comunicação, promovendo um clima de bem-estar na organização.

A interioridade e a desertificação são temas que estão permanentemente na ordem do dia do executivo. Através da definição de estratégias e medidas de captação de investimento, com vista à criação de postos de trabalho e à valorização dos recursos endógenos e criadores de riqueza na região, temos trabalhado no sentido de travar o êxodo de pessoas para o litoral do país e, conseqüentemente, dar o nosso contributo para o combate à desertificação no interior do país. Esta é, aliás, uma preocupação não só deste município, mas de todos os municípios localizados nos territórios de baixa densidade.

De forma a garantir a concretização de projetos empresariais no território, cumpre às autarquias desenvolver estratégias de articulação e cooperação com a comunidade empresarial que permitam identificar e ultrapassar os constrangimentos que eventualmente possam surgir. Estas estratégias passam, por exemplo, pelo apoio às empresas no desenvolvimento de projetos ou pela requalificação do território e criação de infraestruturas modernas e de qualidade, entre outras medidas que permitam o desenvolvimento de condições mais atrativas para quem escolhe este território para se fixar, viver e trabalhar.

O combate ao êxodo rural e à desertificação, provocados pela falta de oportunidades de emprego, são hoje em dia uma das principais preocupações das autarquias localizadas no interior do país. Para além de dar continuidade às estratégias já desenvolvidas, é necessário criar novas medidas que contribuam para a inversão desta tendência, nomeadamente através da criação e fixação de riqueza, da valorização de recursos, da criação de amenidades e do desenvolvimento de competências. Trata-se pois de um desafio ambicioso e nem sempre fácil de concretizar, mas pelo qual importa continuar a lutar pois é determinante para o desenvolvimento do nosso concelho e das pessoas que nele residem.

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2019, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

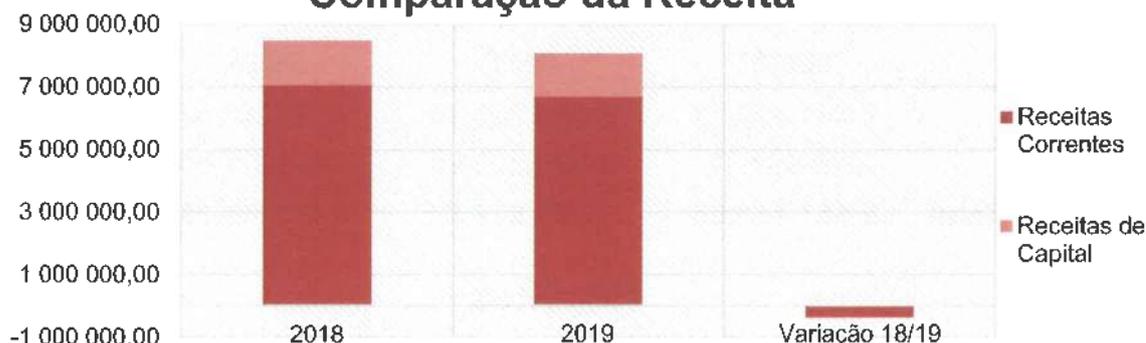
RECEITAS

As receitas totalizaram € **8.086.937,62** tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 6.686.064,07 (82,68%), as de capital o valor de € 1.375.670,79 (17,01%) e as outras receitas o valor de € 25.202,76 (0,31%), das quais € 5.202,76 respeitam a reposições não abatidas nos pagamentos de natureza corrente, totalizando assim as *receitas correntes* € **6.691.266,83** (82,74%) e € 20.000,00 respeitam a reposições não abatidas nos pagamentos de capital, devendo estas ser acrescidas às receitas daquela natureza, totalizando desta forma as receitas de capital € **1.395.670,79** (17,26%).

Designação	2018	2019	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	7.063.208,60	6.691.266,83	-371.941,77	-5,27
Receitas de Capital	1.431.821,65	1.395.670,79	-36.150,86	-2,52
Total	8.495.030,25	8.086.937,62	-408.092,63	-4,80

Da comparação entre as receitas arrecadadas em 2019, com a obtida no ano anterior verifica-se um decréscimo das receitas em cerca de 408 mil euros (-4,80%), contribuindo para esta situação quer o decréscimo das receitas correntes, em cerca de 372 mil euros (5,27%), resultante, essencialmente, da redução dos impostos diretos, por via do decréscimo da derrama (-73,58%), quer o decréscimo das receitas de capital, que sofreram uma redução em cerca de 36 mil euros (-2,52%), contribuído para esta situação o decréscimo registado na venda de bens de investimento, tendo mesmo as restantes rubricas desta natureza da receita sofrido um acréscimo, sendo o mais significativo aquele que se registou ao nível das transferências de capital.

Comparação da Receita



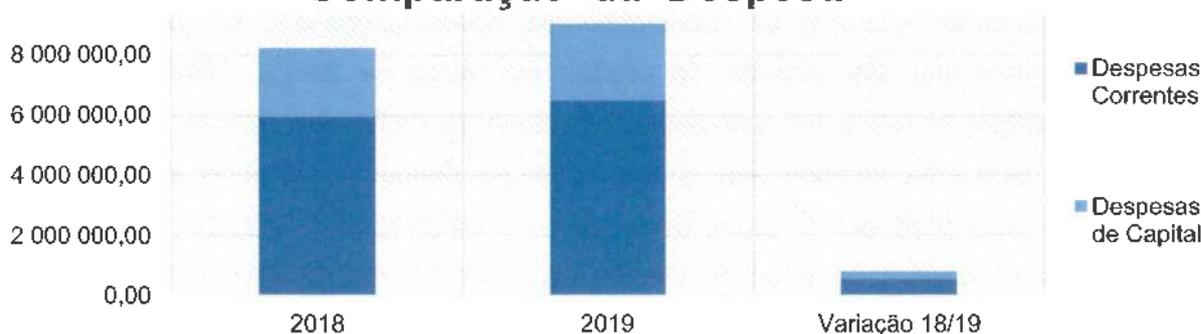
DESPESAS

As despesas totalizaram € **9.051.475,86** sendo constituídas por despesas de natureza corrente de € **6.497.890,07** (71,79%) e de despesas de capital de € **2.553.585,79** (28,21%).

Designação	2018	2019	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	5.943.926,26	6.497.890,07	553.963,81	9,32
Despesas de Capital	2.293.970,54	2.553.585,79	259.615,25	11,32
Total	8.237.896,80	9.051.475,86	813.579,06	9,88

Comparativamente ao ano transato observa-se um acréscimo das despesas em cerca de 814 mil euros (9,88%), resultante do acréscimo registado quer ao nível das despesas correntes, quer ao nível das despesas de capital. As despesas correntes sofreram um acréscimo em cerca de 554 mil euros (9,32%), em consequência do aumento da despesa registado nas rubricas com maior peso na estrutura da despesa corrente, as despesas com pessoal (14,44%) e com a aquisição de bens e serviços (5,77%). As despesas de capital sofreram também um acréscimo, em cerca de 260 mil euros (11,32%), tendo contribuído para esta situação o acréscimo das rubricas com maior peso nesta natureza da despesa, a aquisição de bens de investimento (11,46%) e as transferências de capital (60,60%).

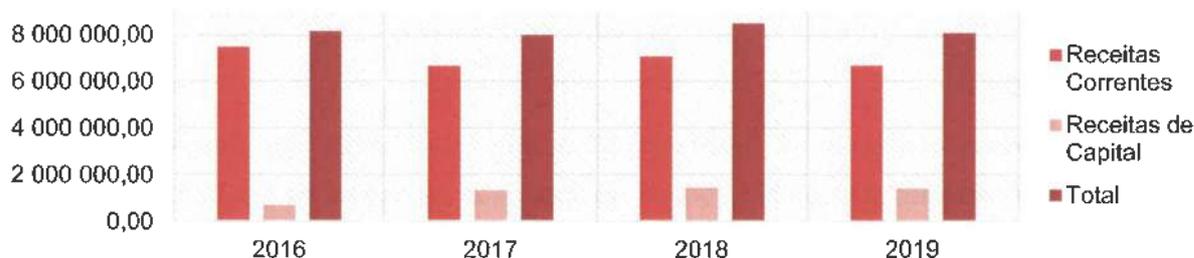
Comparação da Despesa



4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

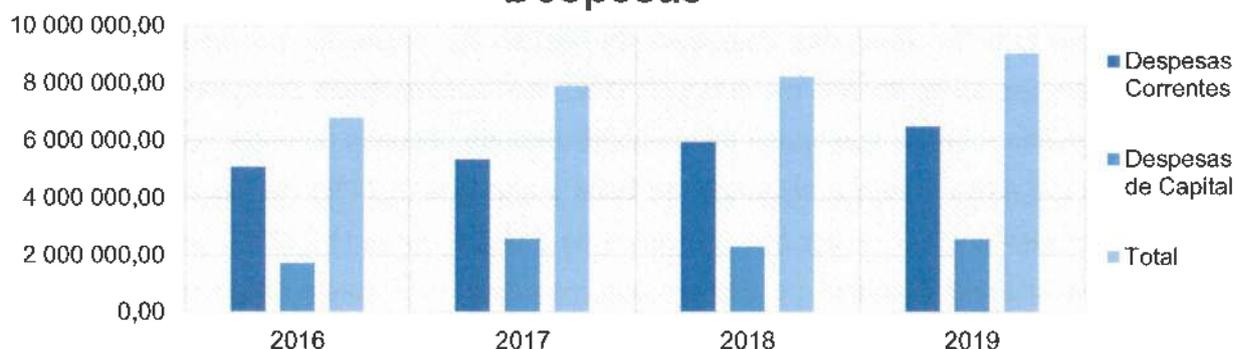
Receitas	2016	2017	2018	2019
Correntes	7.481.436,91	6.660.302,19	7.063.208,60	6.691.266,83
Capital	676.007,77	1.326.225,68	1.431.821,65	1.395.670,79
Total	8 157 444,68	7.986.527,87	8.495.030,25	8.086.937,62

Receitas



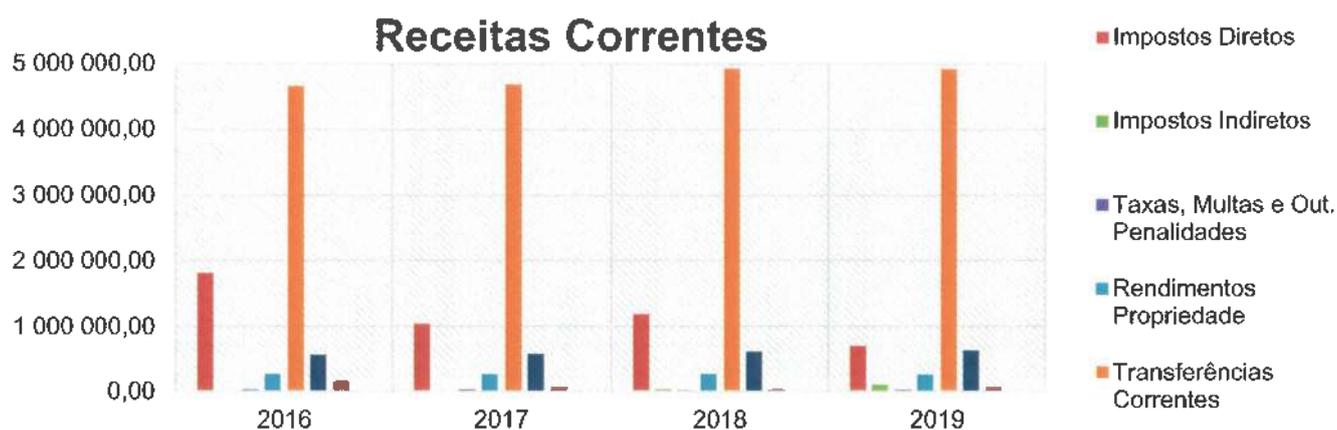
Despesas	2016	2017	2018	2019
Correntes	5.073.394,87	5.343.617,07	5.943.926,26	6.497.890,07
Capital	1.713.829,29	2.570.466,19	2.293.970,54	2.553.585,79
Total	6 787 224,16	7.914.083,26	8.237.896,80	9.051.475,86

Despesas

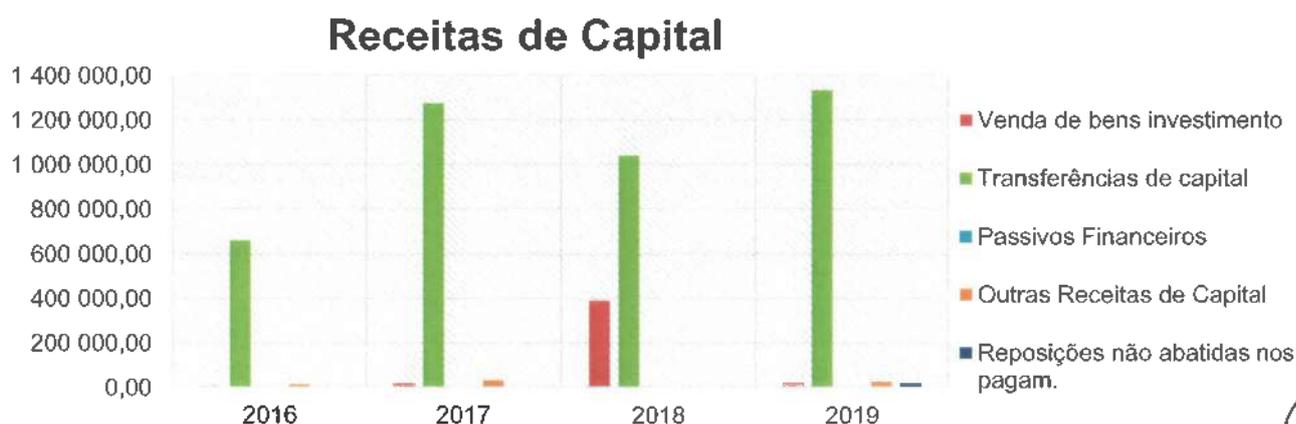


As **receitas totais**, contrariando a tendência do ano anterior, registam um decréscimo de 4,80%, devendo-se este quer ao decréscimo das receitas correntes, em cerca de 5,27%, quer ao decréscimo das receitas de capital, em cerca de 2,52%. Contrariamente as **despesas totais** sofreram um acréscimo, em cerca de 9,88% em relação a 2018, tendo contribuído para esta situação quer o acréscimo das despesas correntes em 9,32%, que atingiram o valor mais alto do quadriénio, quer o acréscimo das despesas de capital em 11,32%, atingindo assim as despesas totais o valor mais elevado dos últimos quatro anos.

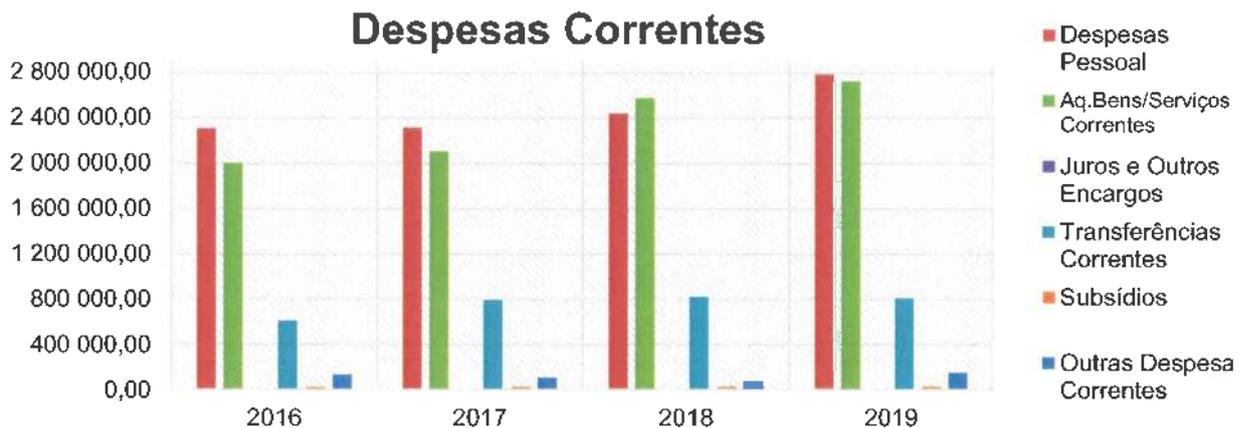
Receitas Correntes	2016	2017	2018	2019
Impostos Diretos	1.806.936,40	1.032.501,51	1.178.245,90	687.882,97
Impostos Indiretos	5.344,30	10.692,77	30.572,76	99.753,38
Taxas, Multas e Out. Penalidades	27.132,57	28.031,55	19.734,19	23.631,46
Rendimentos de Propriedade	265.692,26	259.994,78	264.415,95	257.852,82
Transferências Correntes	4.664.730,85	4.686.006,54	4.926.029,91	4.923.230,88
Venda de Bens e Serviços Correntes	557.929,78	573.562,50	606.379,05	625.032,43
Outras Receitas Correntes	151.258,20	67.206,54	26.170,37	68.680,13
Reposições não abatidas pagamentos	2.412,55	2.306,00	11.660,47	5.202,76
Total Receitas Correntes	7.481.436,91	6.660.302,19	7.063.208,60	6.691.266,83



Receitas Capital	2016	2017	2018	2019
Vendas de Bens de Investimento	4.329,10	20.752,40	387.987,50	17.474,96
Transferências de Capital	659.980,69	1.275.473,28	1.040.346,62	1.334.225,83
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	11.697,98	30.000,00	3.487,53	23.970,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	0,00	20000,00
Total Receitas Capital	676.007,77	1.326.225,68	1.431.821,65	1.395.670,79



Despesas Correntes	2016	2017	2018	2019
Despesas com Pessoal	2.304.218,68	2.312.795,29	2.438.255,51	2.782.944,20
Aquisição de Bens e Serviços	2.001.315,94	2.105.210,84	2.575.974,60	2.724.519,70
Juros e Outros Encargos	2.861,71	1.886,11	1.520,27	1.189,29
Transferências Correntes	610.392,11	792.460,36	819.704,48	809.264,54
Subsídios	23.182,20	23.810,44	26.053,03	28.504,21
Outras Despesas Correntes	131.424,23	107.454,03	82.418,37	151.468,13
Total Despesas Correntes	5.073.394,87	5.343.617,07	5.943.926,26	6.497.890,07



Despesas Capital	2016	2017	2018	2019
Aquisição de Bens de Capital	1.496.736,22	2.318.773,49	1.943.237,48	2.165.864,82
Transferências de Capital	40.331,46	74.542,00	185.845,64	298.466,09
Ativos Financeiros	50.020,00	50.020,00	37.515,00	25.010,00
Passivos Financeiros	126.741,61	127.130,70	127.372,42	64.244,88
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	1.713.829,29	2.570.466,19	2.293.970,54	2.553.585,79

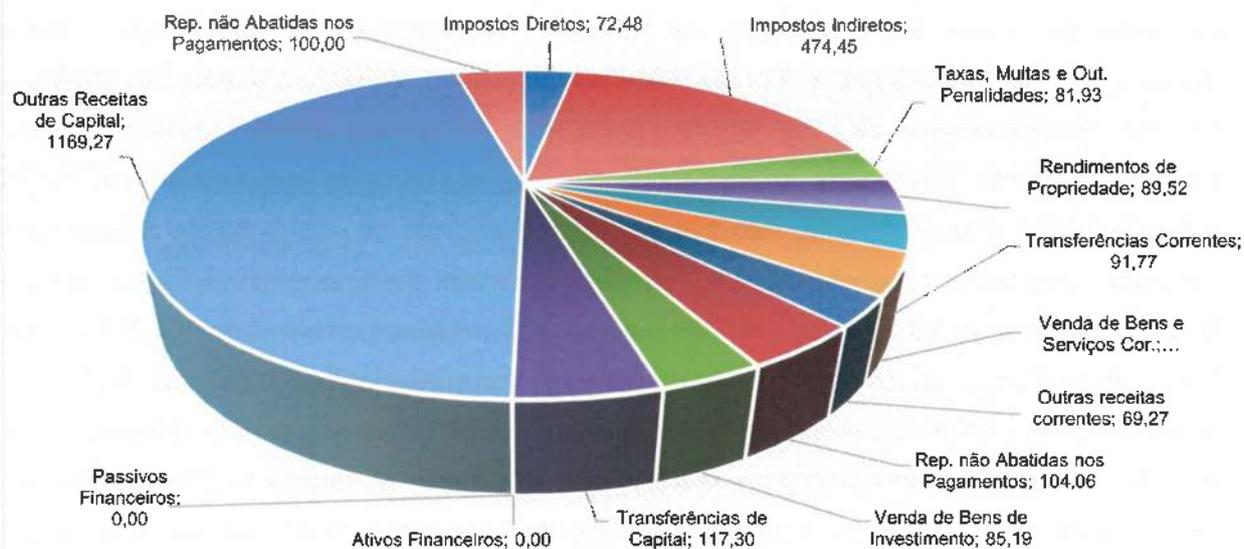


4.1.3.RECEITA

4.1.3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução (%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	949.055,00	687.882,97	72,48	8,51
Impostos Indiretos	21.025,00	99.753,38	474,45	1,23
Taxas, Multas e Outras Penalidades	28.845,00	23.631,46	81,93	0,29
Rendimentos de Propriedade	288.050,00	257.852,82	89,52	3,19
Transferências Correntes	5.364.678,00	4.923.230,88	91,77	60,88
Venda de Bens e Serviços Correntes	614.201,00	625.032,43	101,76	7,73
Outras Receitas Correntes	99.146,00	68.680,13	69,27	0,85
Reposições ñ Abatidas nos Pagamentos	5.000,00	5.202,76	104,06	0,06
Total Receitas Correntes	7.370.000,00	6.691.266,83	90,79	82,74
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	20.513,00	17.474,96	85,19	0,22
Transferências de Capital	1.137.437,00	1.334.225,83	117,30	16,50
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.050,00	23.970,00	1169,27	0,30
Reposições ñ Abatidas nos Pagamentos	20.000,00	20.000,00	100,00	0,25
Total Receitas de Capital	1.180.000,00	1.395.670,79	118,28	17,26
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.550.000,00	8.086.937,62	94,58	100,00

Grau de Execução da Receita

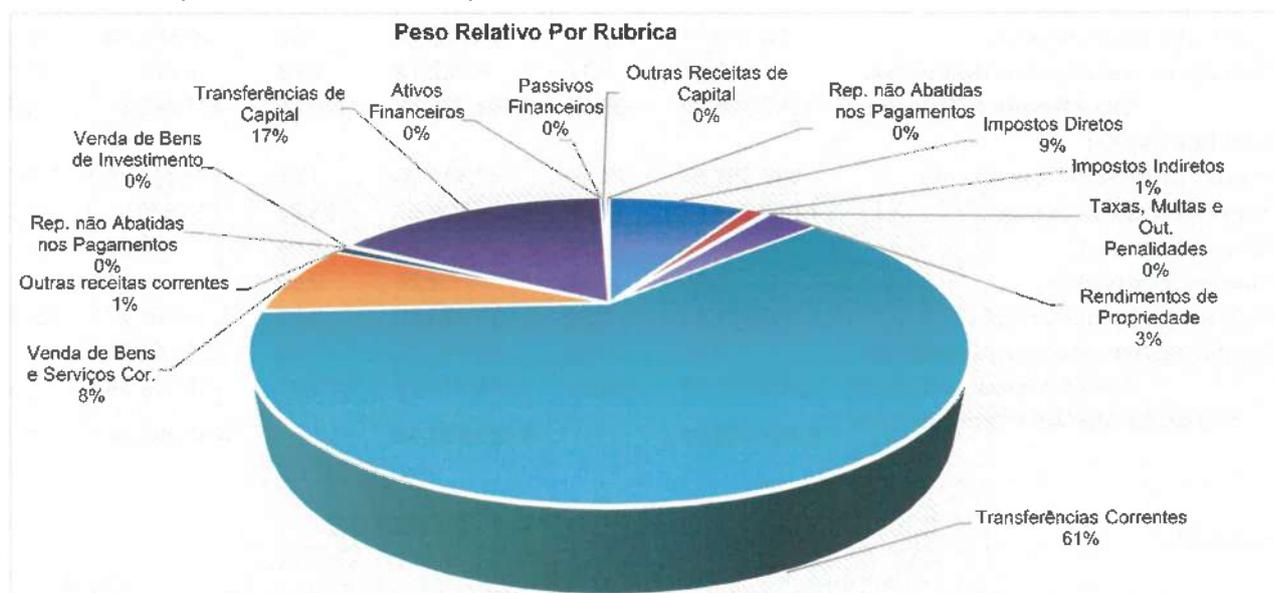


As receitas atingiram uma execução de 94,58% do valor orçado, registando o valor de 8.087 mil euros, tendo-se verificado uma execução da receita corrente em 90,79% e da receita de capital em 118,28%.

As **receitas correntes**, com uma execução de 90,79% face ao previsto, atingiram o valor de 6.691 mil euros, essencialmente devido ao facto das rubricas com maior peso na execução corrente, as “Transferências Correntes” e os “Impostos Diretos”, com pesos de 73,58% e 10,28% respetivamente, terem registado execuções ligeiramente abaixo do previsto. A rubrica com maior peso na execução corrente, as “Transferências Correntes”, apresentou uma execução de 91,77% face ao previsto, atingindo o valor de 4.923 mil euros, essencialmente devido aos fundos do orçamento de estado, apesar destes terem sofrido um decréscimo em relação ao ano transato, mas também por via da comparticipação comunitária em projetos desta natureza. Os “Impostos Diretos”, que apresentaram uma execução de apenas 72,48%, atingiram o valor de 688 mil euros, apresentando esta rubrica um decréscimo de receita significativo, por via da redução da derrama (cerca de 519 mil euros), agravado pela retenção da receita obtida por via do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Outra rubrica com algum peso na receita corrente (9,34%), a “Venda de Bens e Serviços Correntes”, apresentou uma arrecadação de receita em cerca de 625 mil euros, superando o valor previsto. A rubrica que registou maior taxa de execução da receita desta natureza, com uma execução de 474,45%, foi os “Impostos Indiretos”, representando um acréscimo de receita em cerca de 69 mil euros, diretamente relacionado com a arrecadação extraordinária de receita por ocupação de espaço público (subsolo) relativa a anos anteriores, passando esta rubrica a representar 1,49% na execução corrente. As “Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes”, também registaram uma execução superior ao previsto (104,06%), contudo face ao seu peso na execução corrente (0,08%) não tiveram impacto na execução da receita desta natureza. As rubricas “Rendimentos de Propriedade”, “Taxas, Multas e Outras Penalidades” e “Outras Receitas Correntes” registaram execuções abaixo do previsto, respetivamente 89,52%, 81,93% e 69,27%, tendo esta última registado a menor execução corrente. Em virtude do seu baixo peso na estrutura da receita corrente, 3,85%, 0,35% e 1,03% respetivamente, não tiveram grande impacto na execução da receita desta natureza. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 88,67%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 135,65%. Desta forma, os recursos próprios da autarquia de natureza corrente atingiram o peso de 26,42%.

As **receitas de capital** obtiveram uma execução de 118,28% face ao previsto, atingindo o valor de 1.396 mil euros, contribuindo para esta situação o aumento da rubrica as “Transferências de Capital”, rubrica com maior peso na receita de capital arrecadada, tendo passado a representar

95,60%, o que correspondeu a uma receita arrecadada em cerca de 1.334 mil euros, valor acima do inicialmente previsto (117,30%). A rubrica que registou a maior execução da receita de capital (1169,27%), foi as “Outras Receitas de Capital” que passaram a representar 1,72% na execução da receita desta natureza, correspondendo assim a uma receita arrecadada em cerca de 24 mil euros. A rubrica “Venda Bens Investimento”, com uma execução abaixo do inicialmente previsto (85,19%), sofreu um decréscimo em relação ao ano transato, passando a representar apenas 1,25% da execução de capital, atingindo o valor de 17 mil euros. As “Reposições não Abatidas nos Pagamentos de Capital” registaram uma execução de 100%, correspondendo a uma receita arrecadada em 20 mil euros. As restantes rubricas de capital não registaram qualquer execução, situação já prevista para os “Passivos Financeiros”, uma vez que não era espectável a necessidade de recorrer à contratação de empréstimos. Os recursos próprios da autarquia desta natureza, passaram a representaram apenas 4,40% da receita de capital, menos 22,94% que no ano transato.



As receitas correntes contribuíram em 82,74% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 17,26%.

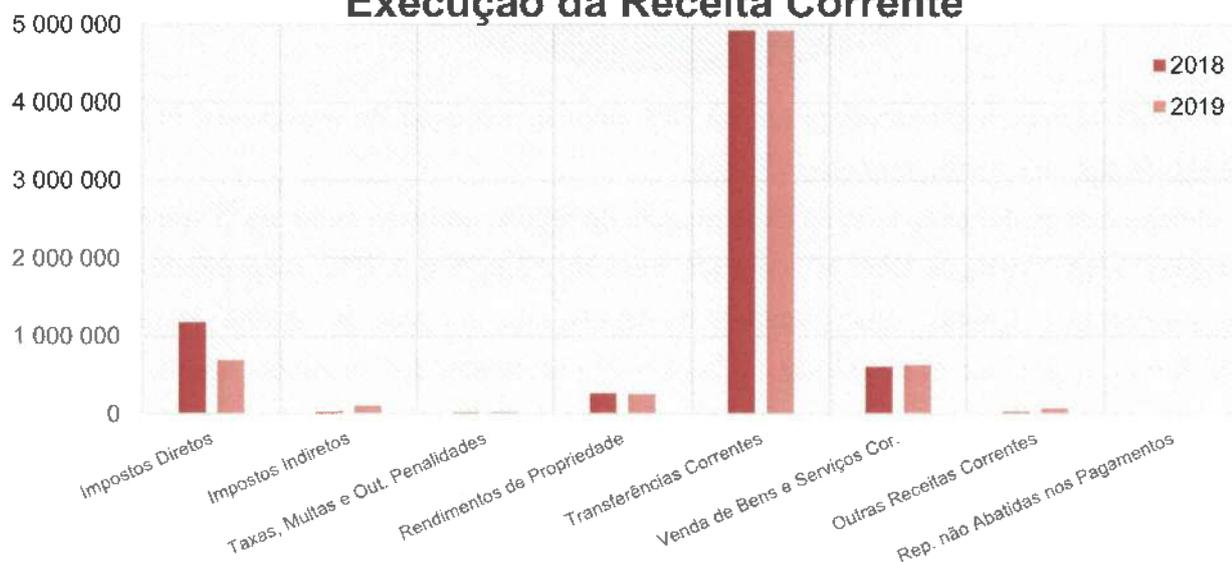
As rubricas com maior peso relativo na execução da receita corrente foram as “Transferências Correntes” e os “Impostos Diretos”, com um peso de 60,88% e 8,51%, respetivamente e as “Transferências de Capital”, nesta natureza da receita, com um peso de 16,50%, aumentando, desta forma, o grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios (7,15%) face ao ano transato, que passaram a representar 77,38% da execução total da receita, enquanto os recursos próprios representaram 22,62%. Para esta situação contribuiu essencialmente o decréscimo dos “Impostos Diretos”, que sofreram uma redução face ao ano transato (-41,62%), passando a representar apenas 8,51% da receita arrecadada e o

decréscimo da “Venda de Bens de Investimento” (-95,50%), que passaram a representar apenas 0,22% da receita arrecadada. Do mesmo modo influenciou para esta situação o acréscimo de 28,25% das “Transferências de Capital”, representando um peso de 16,50% da receita arrecadada tendo mesmo as “Transferências de Correntes” sofrido um ligeiro decréscimo de 0,06%.

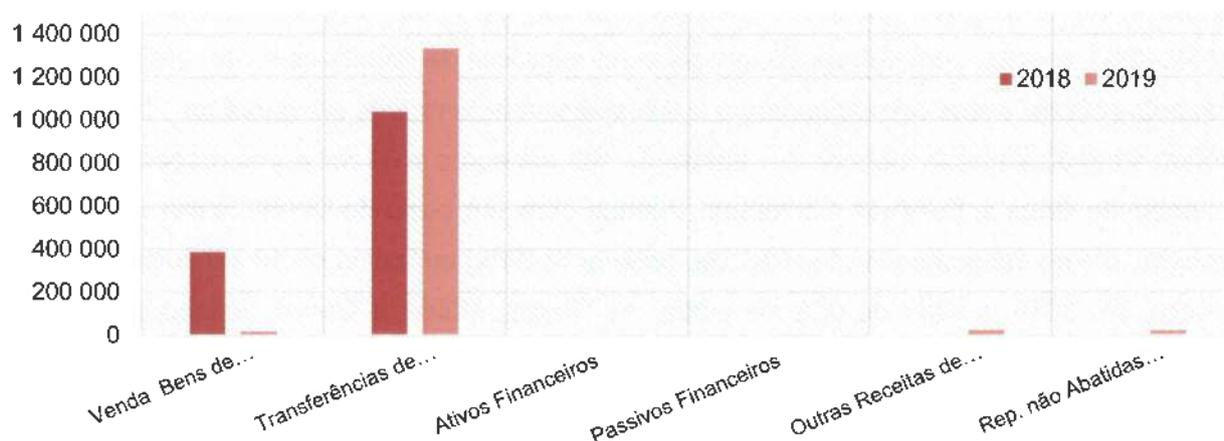
4.1.3.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Execução 2018		Execução 2019		Variação 2018/2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	1.178.245,90	16,68	687.882,97	10,28	-490.362,93	-41,62
Impostos Indiretos	30.572,76	0,43	99.753,38	1,49	69.180,62	226,28
Taxas, Multas e Outras Penalidades	19.734,19	0,28	23.631,46	0,35	3.897,27	19,75
Rendimentos de Propriedade	264.415,95	3,74	257.852,82	3,85	-6.563,13	-2,48
Transferências Correntes	4.926.029,91	69,74	4.923.230,88	73,58	-2.799,03	-0,06
Venda de Bens e Serviços Correntes	606.379,05	8,59	625.032,43	9,34	18.653,38	3,08
Outras Receitas Correntes	26.170,37	0,37	68.680,13	1,03	42.509,76	162,43
Reposições não abatidas pagamentos	11.660,47	0,17	5.202,76	0,08	-6.457,71	-55,38
Total Receitas Correntes	7.063.208,60	100,00	6.691.266,83	100,00	-371.941,77	-5,27
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	387.987,50	27,10	17.474,96	1,25	-370.512,54	-95,50
Transferências de Capital	1.040.346,62	72,66	1.334.225,83	95,60	293.879,21	28,25
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras Receitas de Capital	3.487,53	0,24	23.970,00	1,72	20.482,47	587,31
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	20.000,00	1,43	20.000,00	ss
Total Receitas de Capital	1.431.821,65	100,00	1.395.670,79	100,00	-36.150,86	-2,52
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.495.030,25		8.086.937,62		-408.092,63	-4,80

Execução da Receita Corrente



Execução da Receita de Capital



As receitas sofreram um decréscimo em cerca de 408 mil euros (-4,80%) face a 2018. Esta situação resultou essencialmente do decréscimo registado nas receitas arrecadadas de natureza corrente, que sofreram uma redução em cerca de 372 mil euros (-5,27%), mas também do decréscimo das receitas de capital, que registaram uma redução em cerca de 36 mil euros (-2,52%).

Comparativamente ao ano anterior, as **receitas correntes** sofreram um decréscimo em cerca de 372 mil euros, devido essencialmente à redução da rubrica os “Impostos Diretos”, em cerca de 490 mil euros (-41,62%), passando esta a representar 10,28% das receitas correntes, correspondendo a uma receita arrecadada de 688 mil euros. Esta situação resultou do decréscimo da receita arrecadada proveniente da Derrama, em cerca de 519 mil euros, tendo esta atingido apenas o valor de 186 mil euros, mantendo-se a retenção da receita proveniente do Imposto Municipal sobre a Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e tendo o Imposto Municipal sobre Imóveis atingido o valor de 448 mil euros. A rubrica com maior peso nesta natureza da receita, as “Transferências Correntes” (73,58%), sofreu um ligeiro decréscimo em cerca de 3 mil euros, pelo que não teve impacto na execução desta natureza da despesa uma vez que a redução sentida nas transferências provenientes dos fundos do orçamento do estado (FEF e participação variável no IRS) e das outras transferências orçamento do estado, foi compensada pelo aumento do montante arrecadado das transferências comunitárias desta natureza, atingindo assim a rubrica o valor de 4.923mil euros.

As rubricas “Rendimentos de Propriedade” e as “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” sofreram também decréscimo de valor em cerca de 6 mil euros, mas face ao seu peso na estrutura da receita corrente (3,85% e 0,08%) o seu impacto foi pouco significativo, atingindo

os “Rendimentos de Propriedade” o valor de 258 mil euros e as “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” o valor de 5 mil euros. As rubricas que sofreram maiores acréscimos percentuais foram os “Impostos Indiretos” (226,28%) e as “Outras Receitas Correntes” (162,43%), contudo, em virtude do seu peso na estrutura da receita corrente, 1,49% e 1,03% respetivamente, estes corresponderam a um acréscimo de receita em cerca de 112 mil euros, tendo atingido aquelas rubricas os valores de 100 mil euros e 69 mil euros respetivamente. A “Venda de Bens e Serviços Correntes”, rubrica com um peso de 9,34% nesta natureza de receita, sofreu um acréscimo face ao ano anterior (3,08%) em cerca de 19 mil euros, atingindo assim, em 2019, o valor de 625 mil euros. As “Taxas, Multas e Outras penalidades”, sofreu também um acréscimo de valor (19,75%), mas face ao seu peso na estrutura da receita corrente (0,35%) o seu impacto foi pouco significativo.

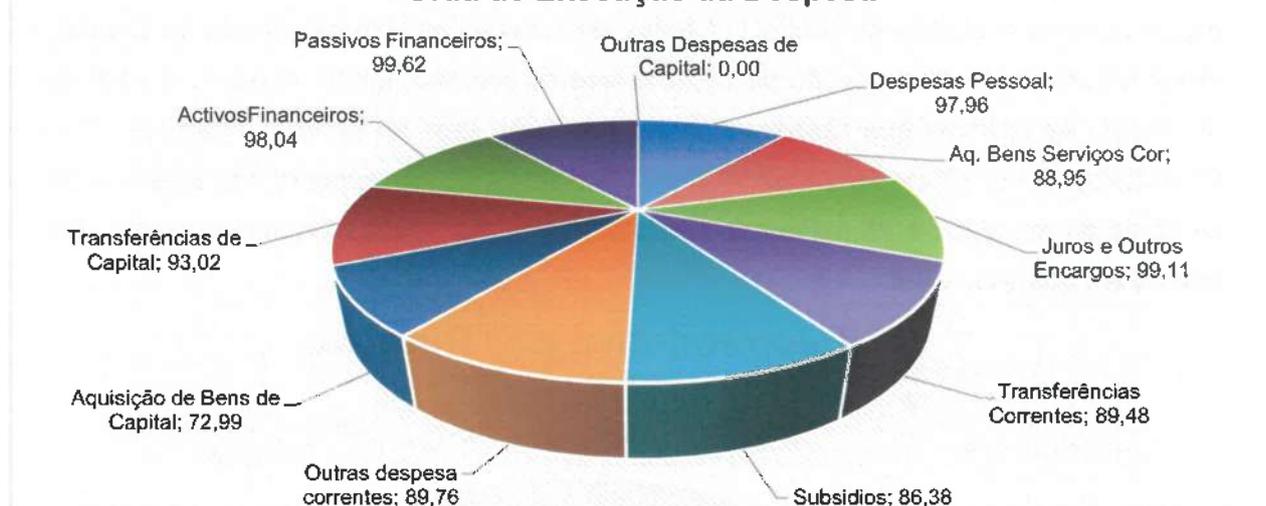
As **receitas de capital** sofreram um decréscimo de 2,52% comparativamente ao ano transato, representando uma redução da receita arrecadada desta natureza em cerca de 408 mil euros. Para esta situação contribuiu, essencialmente, o decréscimo da receita arrecadada com a “Venda de Bens de Investimento”, tendo a generalidade das rubricas com natureza de capital sofrido um acréscimo. A rubrica “Venda de Bens de Investimento”, sofreu uma redução significativa de receita em cerca de 370 mil euros (-95,50%), atingindo esta um valor de receita arrecadado de apenas 17 mil euros, passando a representar 1,25% na execução da receita de capital. A rubrica mais significativa na arrecadação da receita de capital, as “Transferências de Capital”, registou um acréscimo de 294 mil euros (28,25%), passando a representar 95,60% da execução desta natureza da receita e atingindo assim, em 2019, o valor de 1.334 mil euros, resultante do aumento das receitas provenientes das transferências do orçamento do estado, nomeadamente da receita transferida por força do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, na redação da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto e das transferências comunitárias de projetos cofinanciados. A maior variação percentual da receita de capital registou-se nas “Outras Receitas de Capital”, que registaram um acréscimo em cerca de 587,31% face ao ano transato, mas face ao seu peso na estrutura da receita de capital (1,72%), correspondendo a um aumento da receita em cerca de 20 mil euros, atingindo assim o valor de 24 mil euros. Desta forma, as receitas próprias de capital sofreram um significativo decréscimo face ao ano transato (-22,94%), passando a representar apenas 4,40% das receitas de capital do Município, aumentando o peso dos recursos alheios para 95,60%.

4.1.4. DESPESA

4.1.4.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	2.840.847,00	2.782.944,20	97,96	30,75
Aquisição de Bens e Serviços	3.062.832,00	2.724.519,70	88,95	30,10
Juros e Outros Encargos	1.200,00	1.189,29	99,11	0,01
Transferências Correntes	904.368,00	809.264,54	89,48	8,94
Subsídios	33.000,00	28.504,21	86,38	0,31
Outras Despesa Correntes	168.753,00	151.468,13	89,76	1,67
Total Despesas Correntes	7.011.000,00	6.497.890,07	92,68	71,79
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	2.967.450,00	2.165.864,82	72,99	23,93
Transferências de Capital	320.850,00	298.466,09	93,02	3,30
Ativos Financeiros	25.510,00	25.010,00	98,04	0,28
Passivos Financeiros	64.490,00	64.244,88	99,62	0,71
Outras Despesas de Capital	700,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	3.379.000,00	2.553.585,79	75,57	28,21
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	10.390.000,00	9.051.475,86	87,12	100,00

Grau de Execução da Despesa



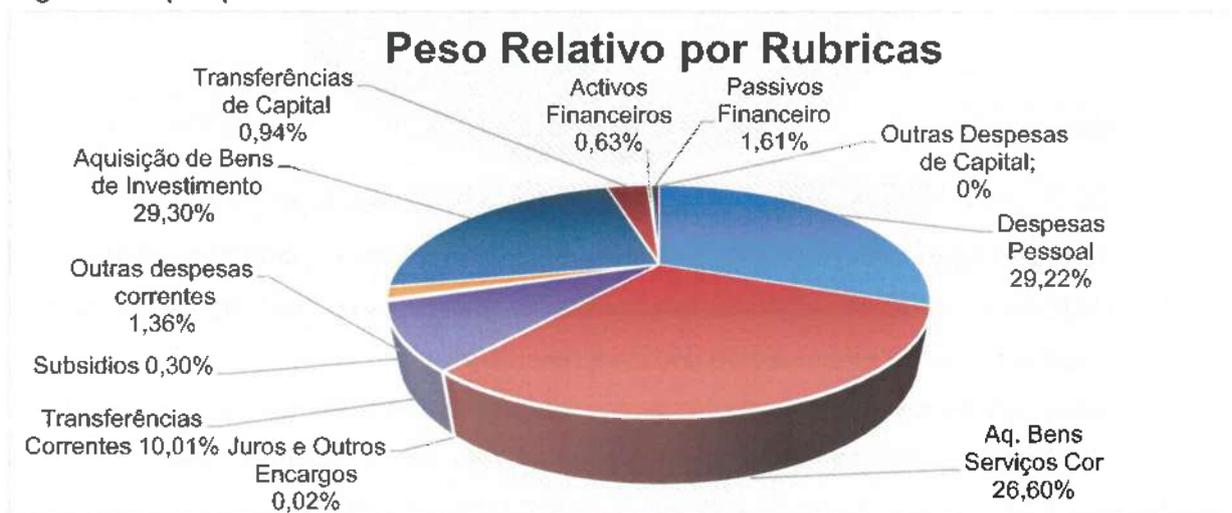
As despesas atingiram uma execução global de 87,12% do valor orçado, alcançando o valor de 9.051 mil euros, tendo-se registado um acréscimo quer ao nível da execução da despesa corrente, quer ao nível da execução da despesa de capital.

As **despesas correntes** foram executadas em 92,68% em relação ao previsto, atingindo o valor de 6.498 mil euros, sendo a execução média das várias rubricas desta natureza da despesa de 91,94%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 86%. As

rubricas que apresentam maior peso na execução corrente, as “Despesas com Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços Corrente” (42,83% e 41,93%), registaram execuções face ao previsto de 97,96% e 88,95% respetivamente, atingindo as “Despesas com Pessoal” o valor de 2.783 mil euros e a despesa com a “Aquisição de Bens e Serviços Corrente” o valor de 2.725 mil euros.

As “Transferência Correntes”, com um peso de 12,45% na execução da despesa daquela natureza, apresentaram uma execução de 89,48%, correspondendo a despesa no valor de 809 mil euros. As “Outras Despesas Correntes”, com uma execução de 89,77%, sofreram um acréscimo face ao ano transato, passando a representar 2,33% da despesa corrente, o que corresponde a despesa no valor de 151 mil euros. Os “subsídios” registaram a menor taxa de execução corrente (86,38%), contudo face ao seu peso nesta natureza da despesa (0,44%) não teve impacto na execução da despesa. De igual forma, a rubrica que registou maior execução corrente (99,11%), os “Juros e Outros Encargos”, representa apenas 0,02% da despesa corrente pelo que não teve qualquer impacto na execução da despesa.

Nas **despesas de capital** verificou-se uma execução de 75,57%, correspondendo a um valor de 2.554 mil euros, por força da rubrica com maior peso na execução de capital (84,82%), a “Aquisição de Bens de Investimentos”, ter alcançado uma execução de 72,99% face ao previsto, correspondendo a despesa em cerca de 2.166 mil euros, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de capital de 72,73%. Outra rubrica com algum peso na execução de capital (11,69%), diz respeito às “Transferências de Capital”, que atingiram uma taxa de execução de 93,02% face ao previsto, tendo registado o valor de 298 mil euros. As rubricas que obtiveram maior execução face ao previsto foram os “Passivos Financeiros” e os “Ativos Financeiros” (99,62% e 98,04%), correspondendo a execuções em cerca de 64 mil euros e 25 mil euros, respetivamente. As “Outras Despesas de Capital” não registaram qualquer valor.



As despesas correntes representaram 71,79% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital obtiveram uma execução de 28,21%, tendo-se registado acréscimo na execução das duas naturezas da despesa.

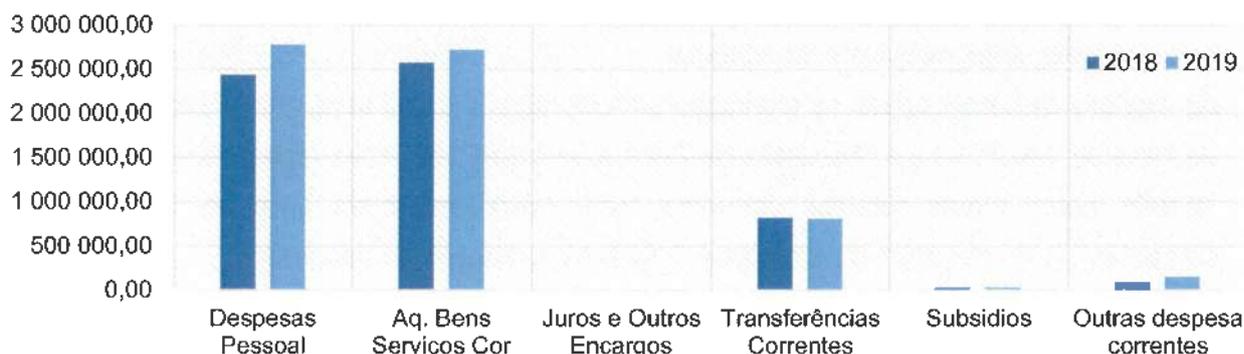
As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as “Despesas de Pessoal” (30,75%) e a “Aquisição de Bens e Serviços” (30,10%), repartindo-se os restantes 10,94% pelas outras rubricas correntes, com maior incidência para as “Transferências Correntes”, que passaram a representar 8,94% da execução da despesa.

Nas despesas de capital, a rubrica “Aquisição de Bens de Capital” obteve a quase totalidade da despesa desta natureza, 23,93%, repartindo-se a restante execução pelas rubricas Transferências de Capital”, “Passivos Financeiros”, “e “Ativos Financeiros”, com execuções de 3,30%, 0,71% e 0,28%, respetivamente.

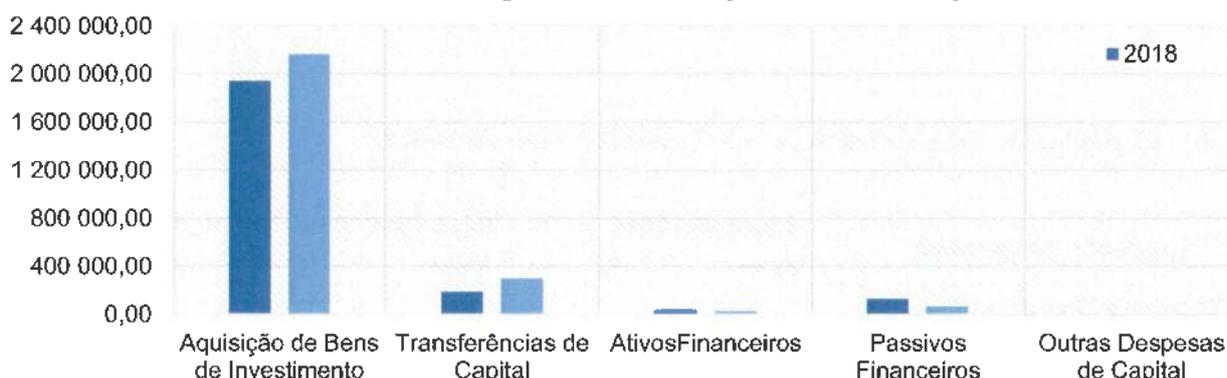
4.1.4.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da despesa	Execução 2018		Execução 2019		Variação 2018/2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.438.255,51	41,02	2.782.944,20	42,83	344.688,69	14,14
Aquisição de Bens e Serviços	2.575.974,60	43,34	2.724.519,70	41,93	148.545,10	5,77
Juros e Outros Encargos	1.520,27	0,03	1.189,29	0,02	-330,98	-21,77
Transferências Correntes	819.704,48	13,79	809.264,54	12,45	-10.439,94	-1,27
Subsídios	26.053,03	0,44	28.504,21	0,44	2.451,18	9,41
Outras Despesa Correntes	82.418,37	1,39	151.468,13	2,33	69.049,76	83,78
Total Despesas Correntes	5.943.926,26	100,00	6.497.890,07	100,00	553.963,81	9,32
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	1.943.237,48	84,71	2.165.864,82	84,82	222.627,34	11,46
Transferências de Capital	185.845,64	8,10	298.466,09	11,69	112.620,45	60,60
Ativos Financeiros	37.515,00	1,64	25.010,00	0,98	-12.505,00	-33,33
Passivos Financeiros	127.372,42	5,55	64.244,88	2,52	-63.127,54	-49,56
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Despesas Capital	2.293.970,54	100,00	2.553.585,79	100,00	259.615,25	11,32
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	8.237.896,80		9.051.475,86		813.579,06	9,88

Execução da Despesa Corrente



Execução da Despesa de Capital



De um modo geral, as despesas sofreram um acréscimo de 9,88% relativamente ao ano transato, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 814 mil euros, para o qual contribuiu o acréscimo das duas naturezas da despesa, tendo a despesa corrente sofrido um acréscimo em cerca de 554 mil euros (9,32%) e a despesa de capital um acréscimo em cerca de 260 mil euros (11,32%).

A **despesa corrente**, que apresentou o valor de 6.497 mil euros, sofreu um acréscimo em cerca de 554 mil euros, correspondendo a uma variação de 9,32% face ao ano transato, tendo-se registado um aumento generalizado das rubricas com maior peso nesta natureza da despesa, à exceção das “Transferências Correntes”, que sofreram uma redução de 1,27%. A rubrica com maior peso na execução corrente, as “Despesas com Pessoal”, sofreu um acréscimo em cerca de 345 mil euros (14,14%), passando a representar 42,83% da execução corrente e a registar, em 2019, o valor de 2.783mil euros. Do mesmo modo, a outra rubrica com um peso significativo na estrutura da despesa corrente, as “Aquisições de Bens e Serviços Correntes”, com um peso de 41,93%, também sofreu um aumento em cerca de 149 mil euros, atingindo assim, em 2019, o valor de 2.725 mil euros, tanto por via do aumento das

aquisições de bens como da contratação de serviços, nomeadamente para projetos como o restabelecimento da floresta e ações de silvicultura preventiva. A rubrica que apresentou o maior acréscimo percentual (83,78%), correspondendo a cerca de 69 mil euros, foi as “Outras Despesas Correntes”, que passaram a representar 2,33% da execução corrente e a apresentar o valor de 151 mil euros, essencialmente devido ao acréscimo do IVA pago por inversão do sujeito passivo e ao processo de restituição de verbas relativas ao acordo de colaboração de financiamento do pessoal não docente. Os “Subsídios”, registaram um acréscimo de 9,41%, mas face ao seu peso na estrutura da despesa corrente, não tiveram impacto na execução corrente, contribuindo para a despesa com 29 mil euros. As “Transferências Correntes”, com um peso de 12,45% da execução da despesa desta natureza, sofreram um decréscimo em cerca de 10 mil euros (-1,27%), passando a registar um valor de despesa de 809 mil euros.

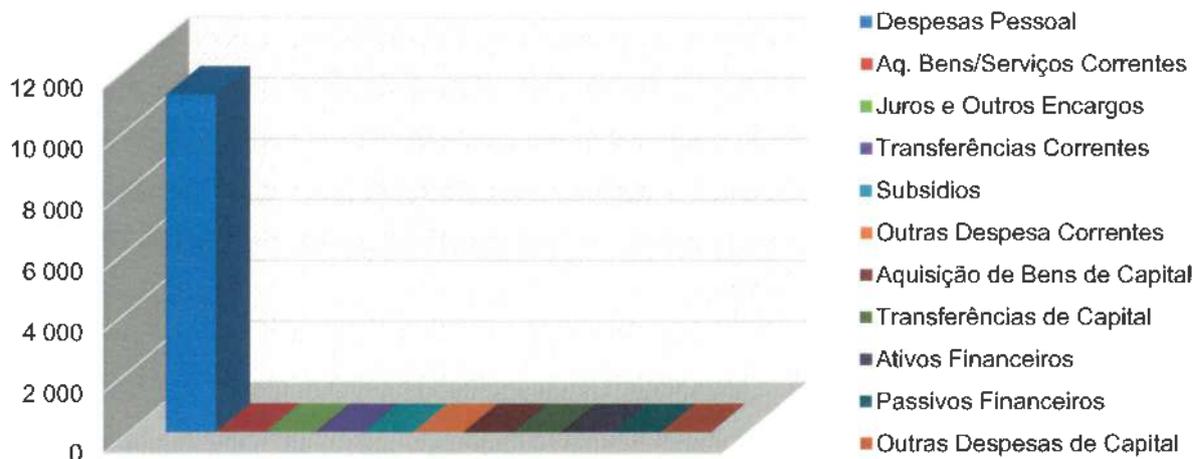
As **despesas de capital** sofreram um acréscimo de 11,32%, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 260 mil euros, reflexo do acréscimo registado nas duas rubricas com maior peso nesta natureza da despesa. A “Aquisição de Bens de Capital”, rubrica com maior peso na execução da despesa de capital (84,82%), sofreu um acréscimo em cerca de 223 mil euros (11,46%), passando a apresentar o valor de 2.166 mil euros, facto diretamente relacionado com o grau de execução das empreitadas. As “Transferências de Capital”, registaram o maior acréscimo nesta natureza da despesa (60,60%), passando a representar um peso de 11,69%, que se traduziu no aumento da despesa em cerca de 113 mil euros, atingindo assim, em 2019, o valor de 298 mil euros. Outra rubrica com algum peso na estrutura da despesa de capital (2,52%), os “Passivos Financeiros”, sofreram um decréscimo significativo de 63 mil euros (-49,56%), passando estes a apresentar uma despesa de 64 mil euros, por via da amortização integral de um dos empréstimos detido pelo município. Os “Ativos Financeiros” registaram um decréscimo em cerca de 13 mil euros (-33,33%), devido à redução de 50% da contribuição para o capital social do FAM (art.º 303.º da Lei n.º11/2017, de 29 de dezembro), passando a apresentar o valor de 25 mil euros. As “Outras Despesas de Capital” não registaram qualquer valor.

4.1.4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Execução Orçamental da Assembleia Municipal (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	14.400,00	11.097,54	100,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	15.000,00	11.097,54	100,00
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	15.000,00	11.097,54	100,00

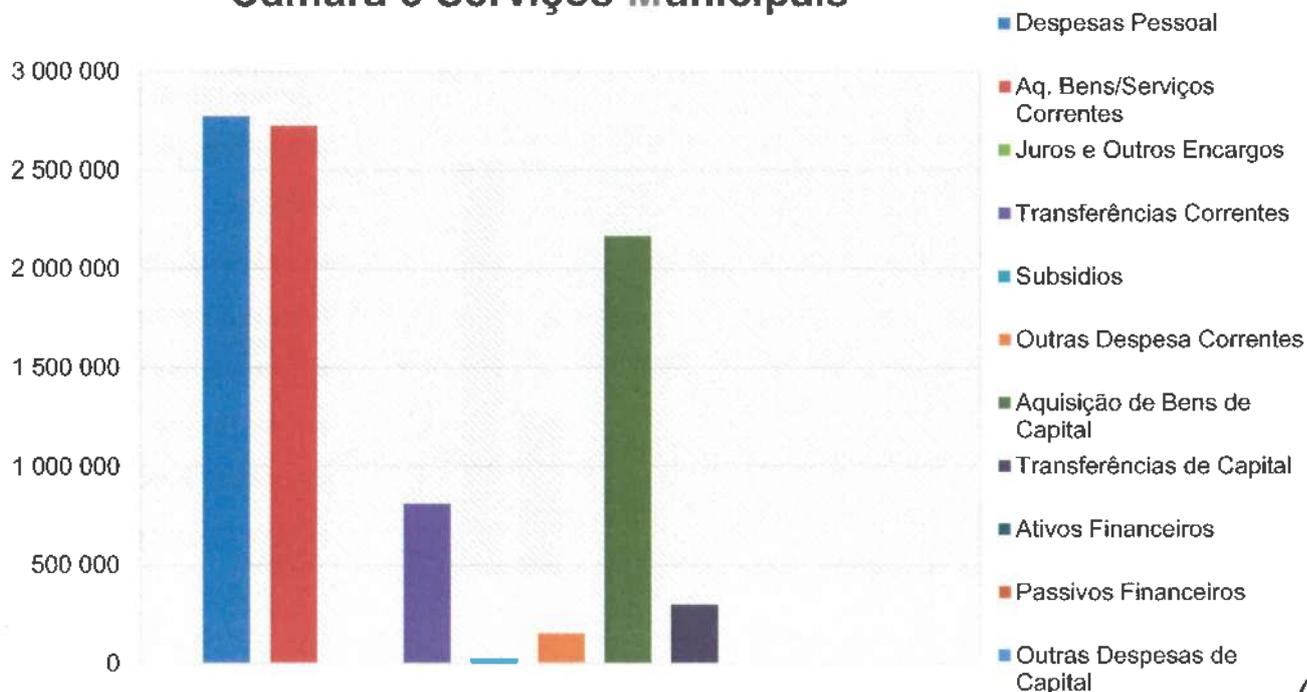
Assembleia Municipal



**Execução Orçamental da Câmara Municipal e Serviços Municipais
(0102)**

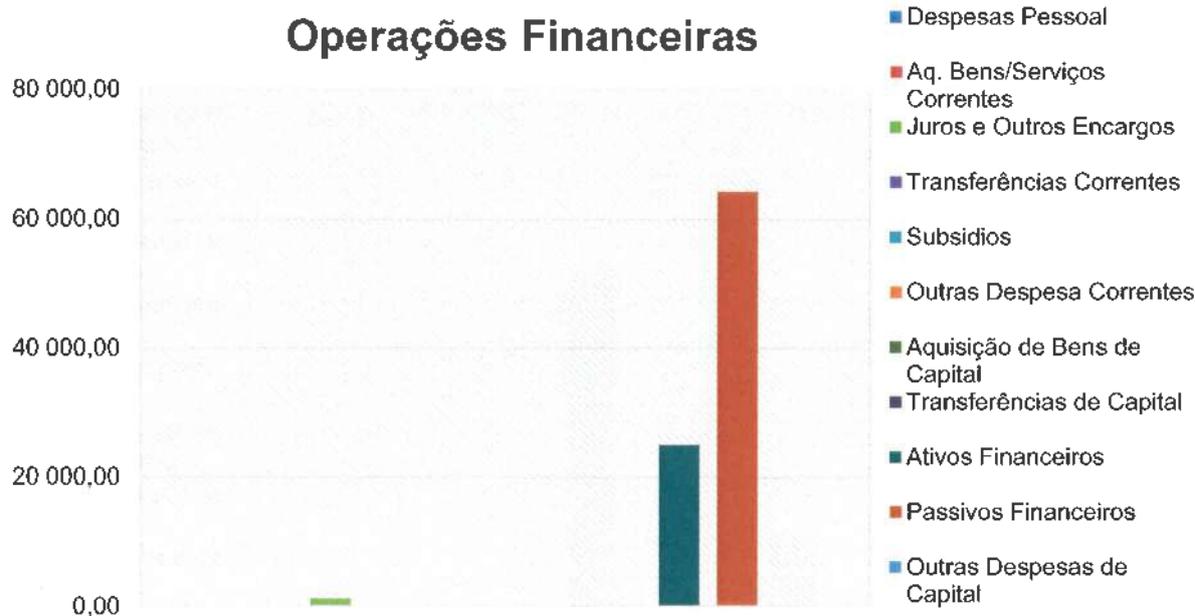
Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	2.826.447,00	2.771.846,66	30,97
Aq. Bens/Serviços Correntes	3.062.232,00	2.724.519,70	30,44
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	904.368,00	809.264,54	9,04
Subsídios	33.000,00	28.504,21	0,32
Outras Despesa Correntes	168.753,00	151.468,13	1,69
Total Despesas Correntes	6.994.800,00	6.485.603,24	72,47
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	2.967.450,00	2.165.864,82	24,20
Transferências de Capital	320.850,00	298.466,09	3,33
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	3.288.400,00	2.464.330,91	27,53
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	10.283.200,00	8.949.934,15	100,00

Câmara e Serviços Municipais



Execução Orçamental das Operações Financeiras (0103)

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	1.200,00	1.189,29	1,31
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	1.200,00	1.189,29	1,31
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	25.510,00	25.010,00	28,02
Passivos Financeiros	64.490,00	64.244,88	71,03
Outras Despesas de Capital	600,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	90.600,00	89.254,88	98,69
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	91.800,00	90.444,17	100,00

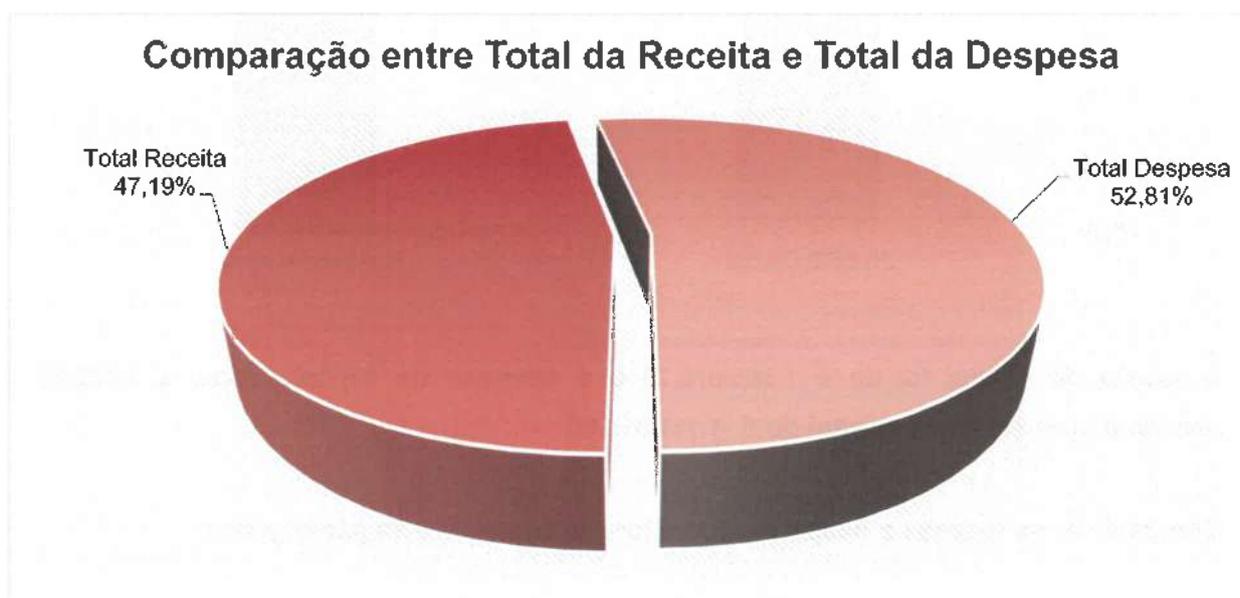


4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Na gerência de 2019 verificou-se um saldo deficitário em € - 964.538,24, sendo que o saldo de € 193.376,76 tem natureza corrente e o saldo de € -1.157.915,00 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 8.086.937,62 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 9.051.475,86.

Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 2.361.327,67, de natureza corrente, o saldo que transita para 2020 será de € 1.396.789,43, de natureza corrente. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 23.525,06.

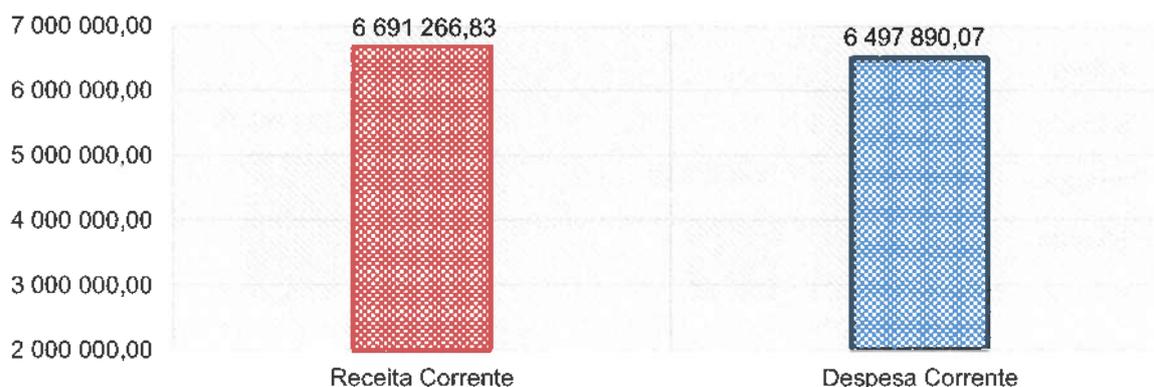
Receita Total/Despesa Total



Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

✓ **Corrente:**

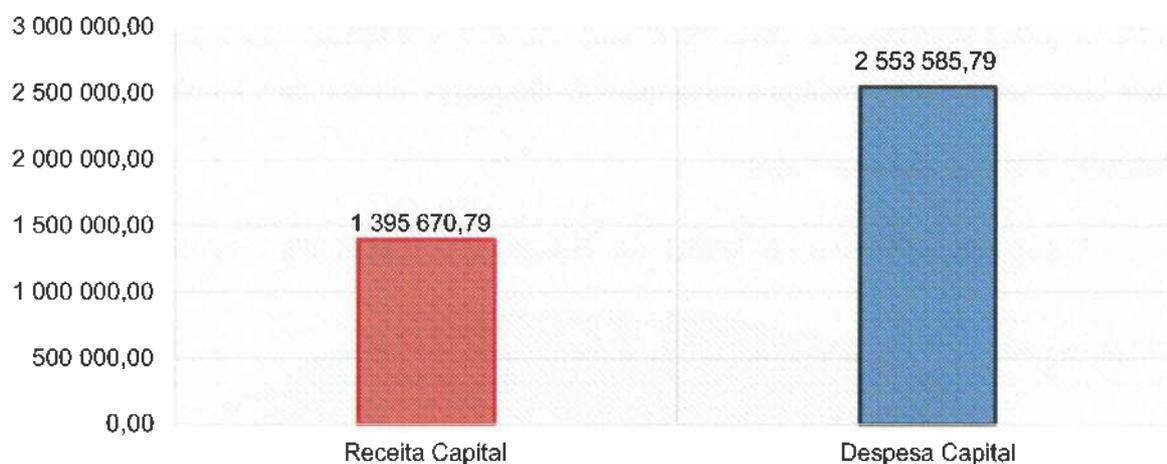
Comparação entre Receitas e Despesas Correntes



A receita corrente foi de € 6.691.266,83 e a despesa corrente de € 6.497.890,07 resultando um **saldo corrente** de € 193.376,76.

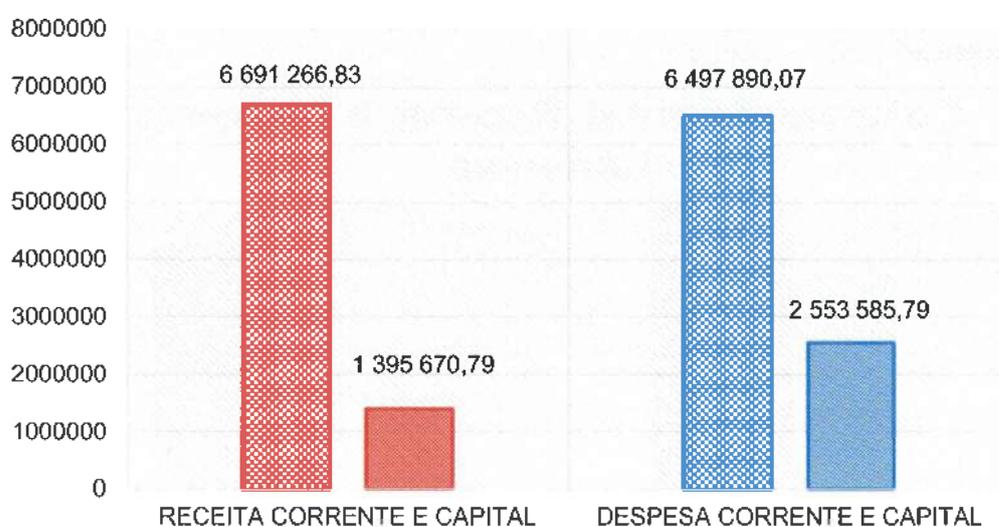
✓ **Capital**

Comparação entre Receitas e Despesas de Capital



A receita de capital foi de € 1.395.670,79 e a despesa de capital atingiu € 2.553.585,79 resultando um **saldo de capital** de € -1.157.915,00.

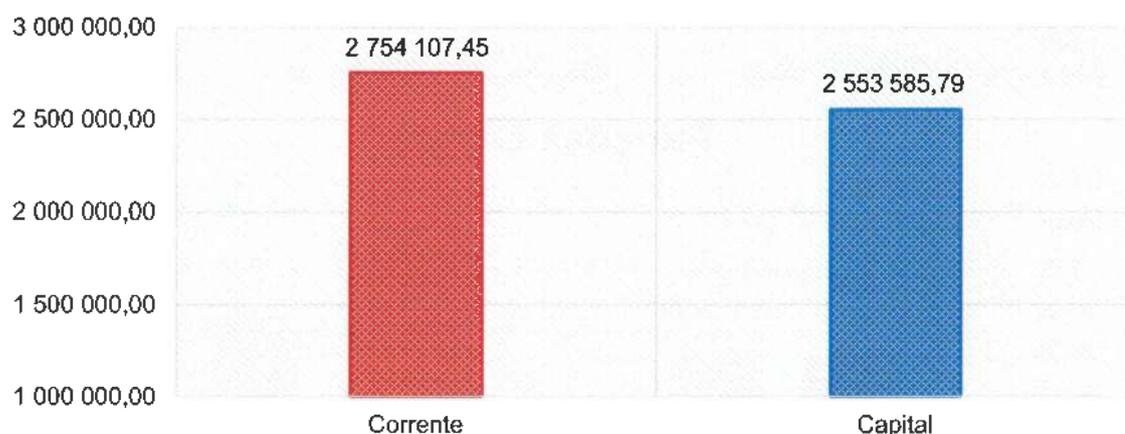
Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:



4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO

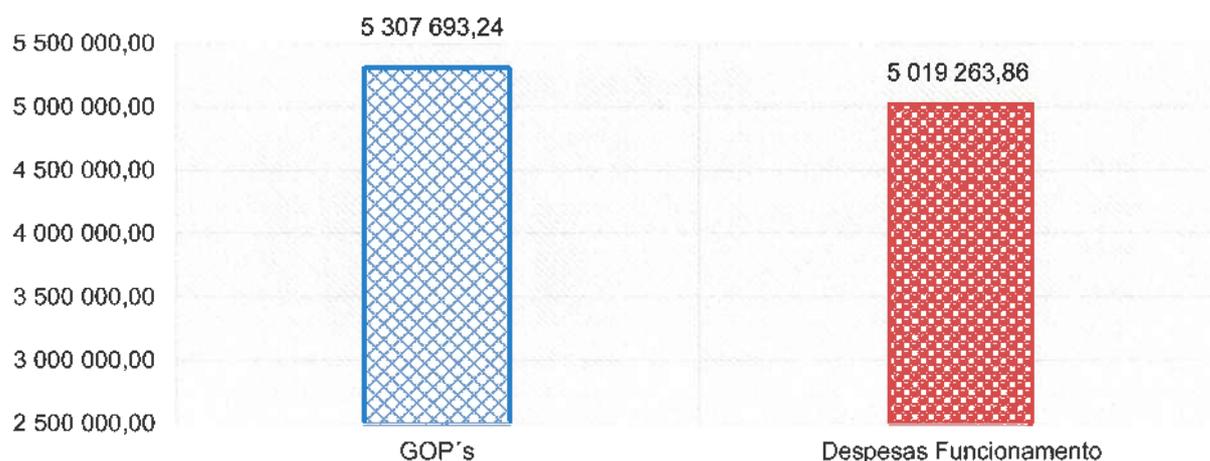
Em 2019 as Grandes Opções do Plano totalizam € **5.307.693,24**, correspondendo a 58,64% da despesa executada, que atingiu o valor de € 9.051.475,86. Daquele valor, € 2.754.107,45 respeita a despesa corrente e € 2.553.585,79 tem a natureza de capital.

Grandes Opções do Plano por Natureza



As despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, no exercício de 2019, atingiram € 5.019.263,86, ou seja 55,45% da execução do orçamento da despesa, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.

Grandes Opções do Plano / Despesa Funcionamento

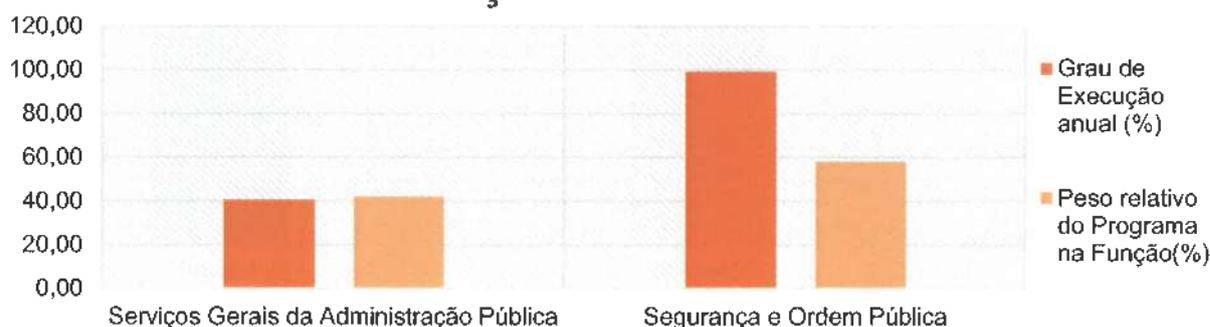


4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

4.2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

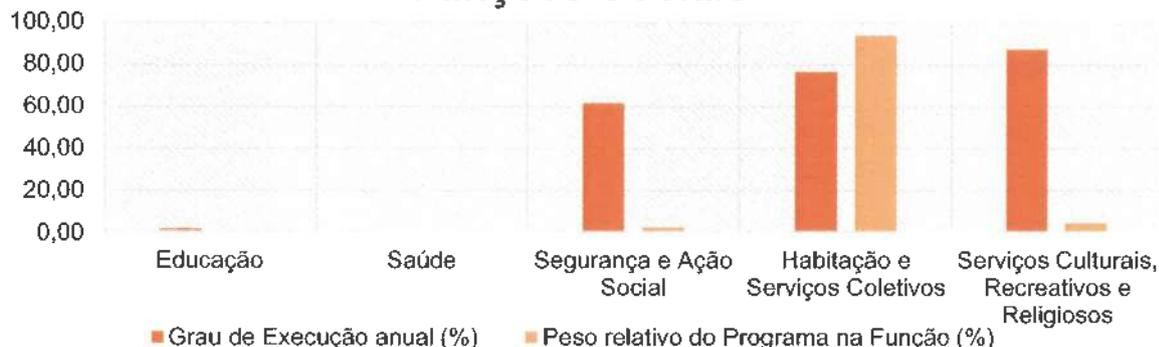
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	701.700,00	432.428,59	61,63	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	448.550,00	181.508,25	40,47	41,97
Segurança e Ordem Pública	253.150,00	250.920,34	99,12	58,03

Funções Gerais



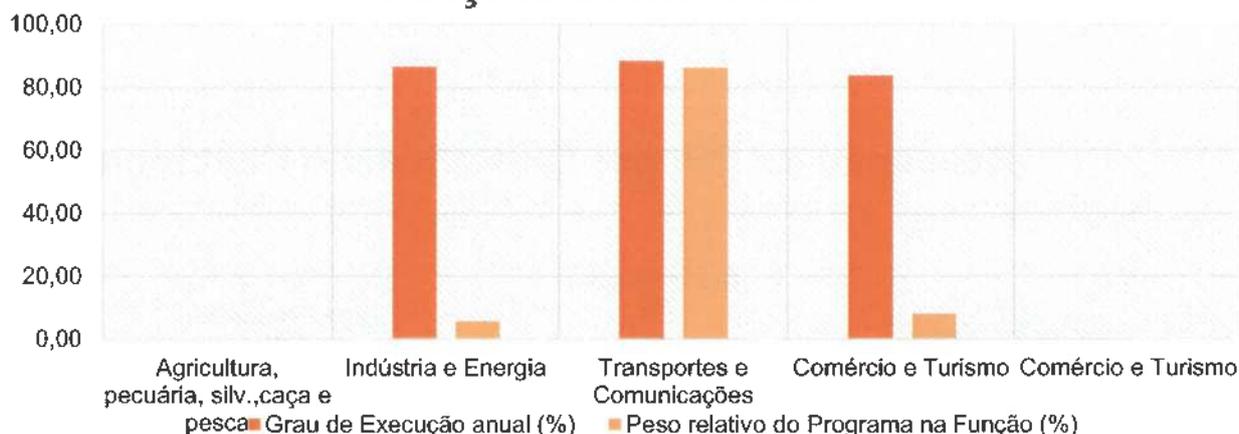
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	2.012.950,00	1.528.847,11	75,95	100,00
Educação	9.950,00	163,12	1,64	0,01
Saúde	0,00	0,00	ss	0,00
Segurança e Ação Social	51.300,00	31.545,75	61,49	2,06
Habitação e Serviços Coletivos	1.878.300,00	1.433.242,83	76,31	93,75
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	73.400,00	63.895,41	87,05	4,18

Funções Sociais



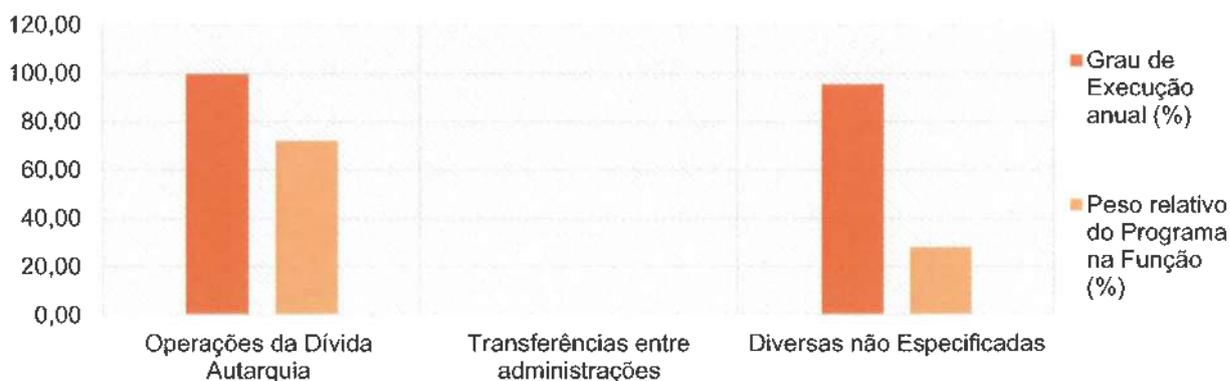
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	573.450,00	503.055,21	87,72	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	32.550,00	28.177,95	86,57	5,60
Transportes e Comunicações	491.100,00	434.399,75	88,45	86,35
Comércio e Turismo	48.300,00	40.477,51	83,80	8,05
	500,00	0,00	0,00	0,00

Funções Económicas



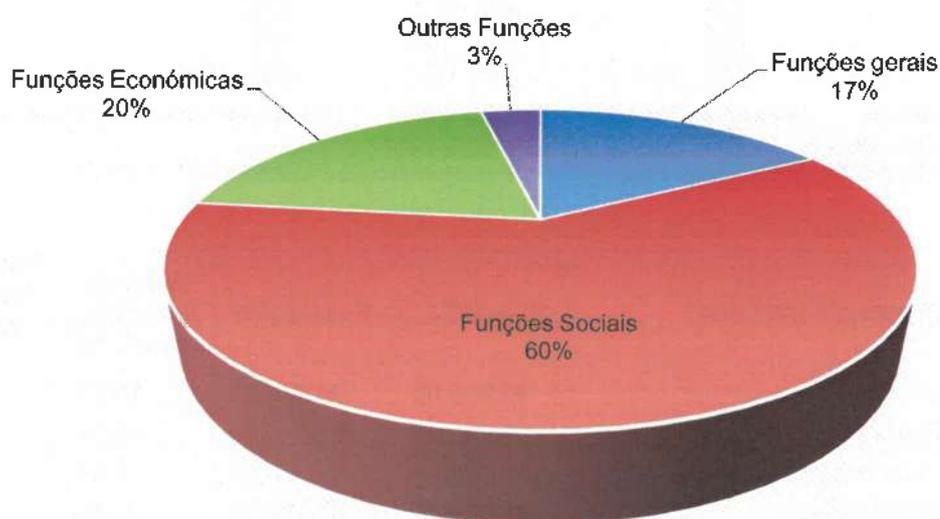
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	90.900,00	89.254,88	98,19	100,00
Operações da Dívida Autarquia	64.490,00	64.244,88	99,62	71,98
Transferências entre administrações	200,00	0,00	0,00	0,00
Diversas não Especificadas	26.210,00	25.010,00	95,42	28,02

Outras Funções



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	701.700,00	432.428,59	61,63	16,93
Funções Sociais	2.012.950,00	1.528.847,11	75,95	59,87
Funções Económicas	573.450,00	503.055,21	87,72	19,70
Outras Funções	90.900,00	89.254,88	98,19	3,50
Total do PPI	3.379.000,00	2.553.585,79	75,57	100,00

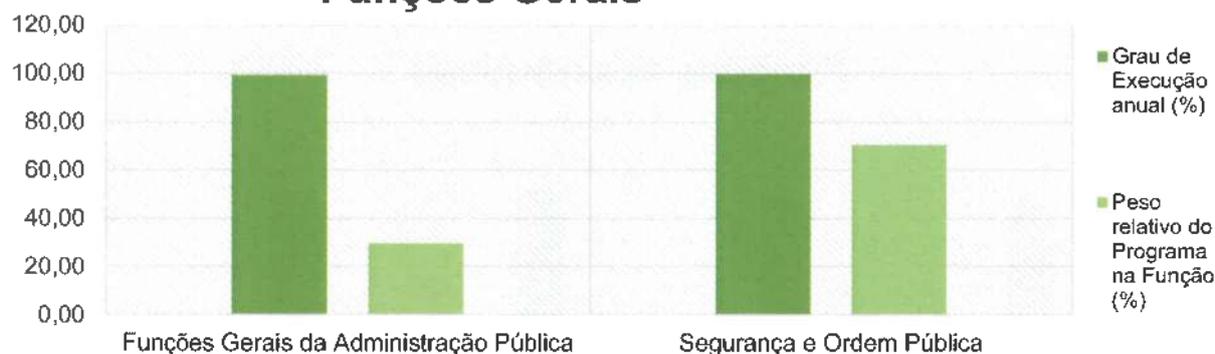
Execução do PPI por Classificação Funcional



4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

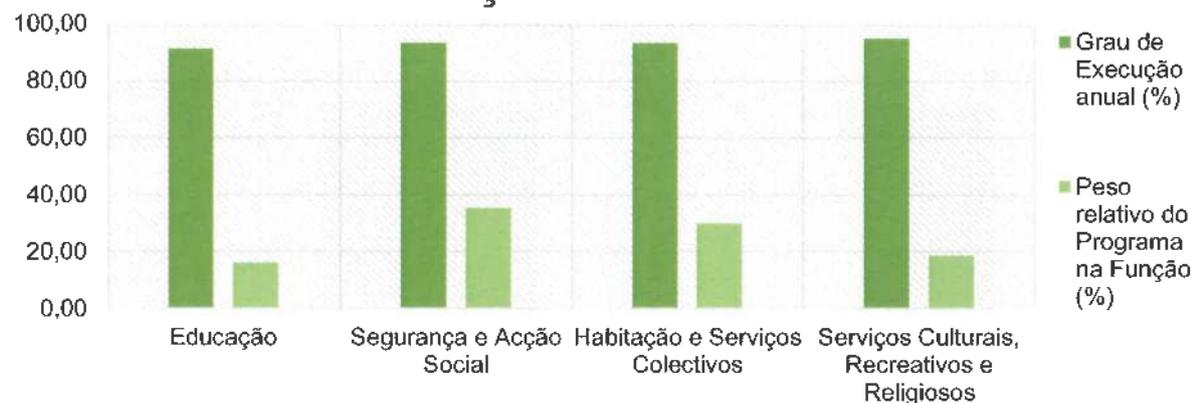
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	109.410,00	109.237,86	99,84	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	32.410,00	32.237,86	99,47	29,51
Segurança e Ordem Pública	77.000,00	77.000,00	100,00	70,49

Funções Gerais



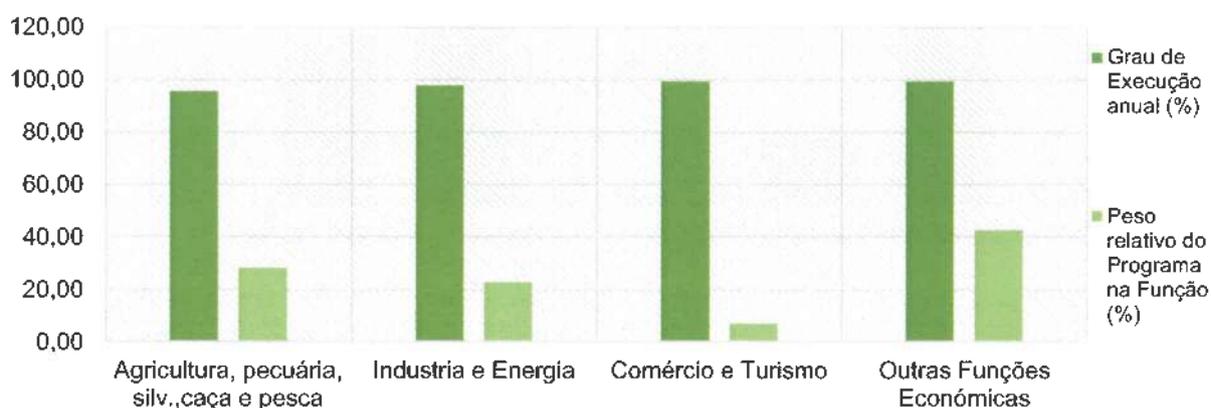
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.898.500,00	1.773.315,20	93,41	100,00
Educação	310.710,00	284.177,62	91,46	16,03
Segurança e Ação Social	670.590,00	626.315,76	93,40	35,32
Habitação e Serviços Coletivos	568.300,00	531.191,36	93,47	29,95
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	348.900,00	331.630,46	95,05	18,70

Funções Sociais



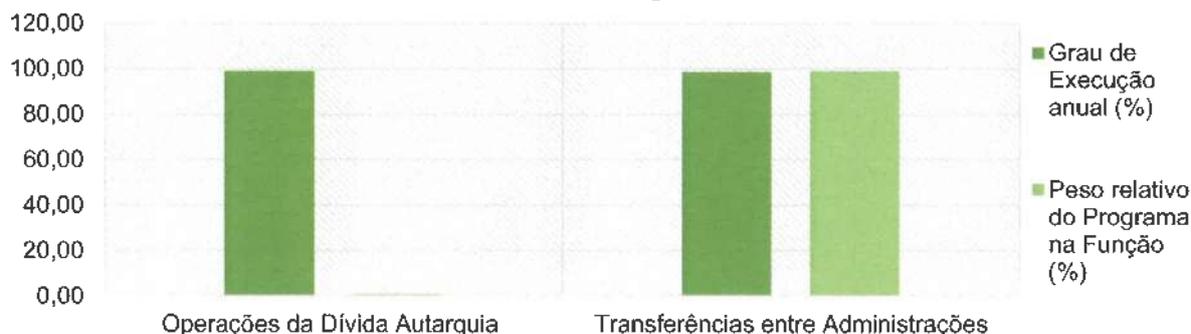
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	738.587,00	721.054,54	97,63	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	212.040,00	202.555,64	95,53	28,09
Indústria e Energia	167.500,00	162.716,76	97,74	22,57
Comércio e Turismo	50.092,00	48.962,42	99,31	6,79
Outras Funções Económicas	308.955,00	306.819,72	99,31	42,55

Funções Económicas



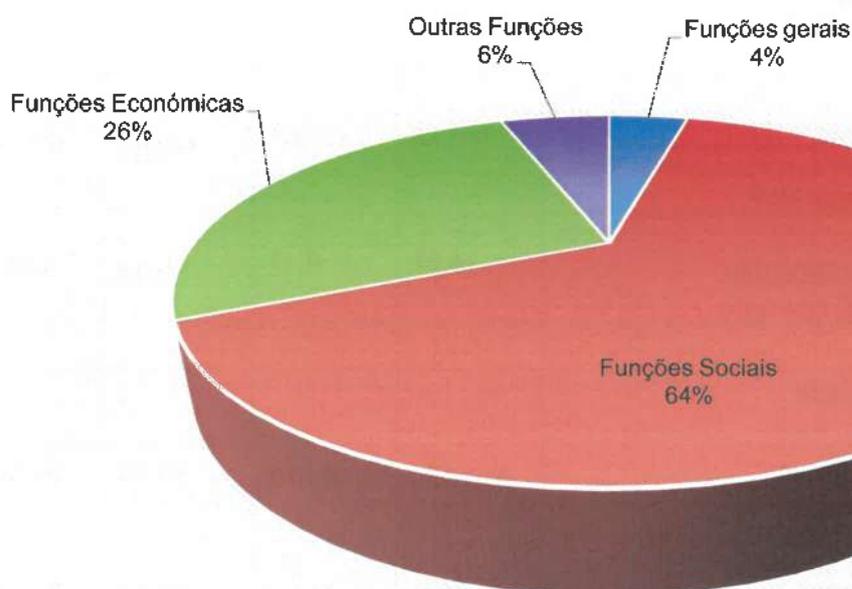
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	152.518,00	150.499,85	98,68	100,00
Operações da Dívida Autarquia	1.200,00	1.189,29	99,11	0,79
Transferências entre Administrações	151.318,00	149.310,56	98,67	99,21

Outras Funções



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções Gerais	109.410,00	109.237,86	99,84	3,97
Funções Sociais	1.898.500,00	1.773.315,20	93,41	64,39
Funções Económicas	738.587,00	721.054,54	97,63	26,18
Outras Funções	152.518,00	150.499,85	98,68	5,46
Total do PAM	2.899.015,00	2.754.107,45	95,00	100,00

Execução do PAM por Classificação Funcional

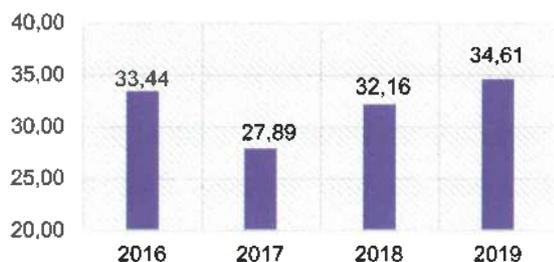


4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

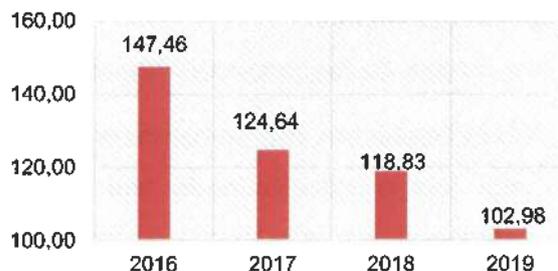
Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

INDICADORES	2016	2017	2018	2019
Equilíbrios Legais				
Controlo das despesas com pessoal				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro</u> Receitas Correntes Ano Anterior	33,44	27,89	32,16	34,61
Equilíbrio orçamental				
2. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	147,46	124,64	118,83	102,98
3. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente+ Amortizações Médias Empréstimos MLP	143,86	121,61	116,23	101,97
4. <u>Dívida total do município</u> Limite da dívida total	4,67	4,11	2,34	1,35
Indicadores de Eficácia				
5. <u>Receita Total</u> Receita Total Orçada	113,38	104,19	95,88	94,58
6. <u>Despesa Total</u> Despesa Total Orçada	89,54	88,28	85,81	87,12
7. <u>Investimento</u> Investimento Final Previsto	82,72	81,78	65,69	72,99
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
8. <u>Investimento</u> Despesas de Pessoal	64,96	100,26	79,70	77,83
9. <u>Investimento</u> Empréstimos Utilizados	1.180,94	1.823,93	1.525,63	3.371,26

**1-Despesas Pessoal Quadro/
Receita Corrente Ano Anterior**



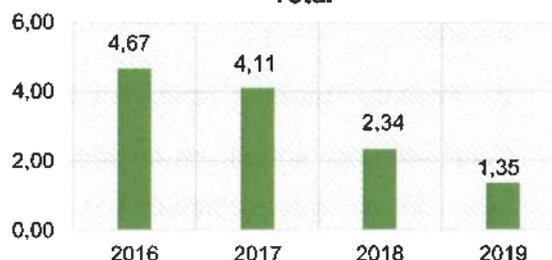
**2-Receita Corrente / Despesa
Corrente**



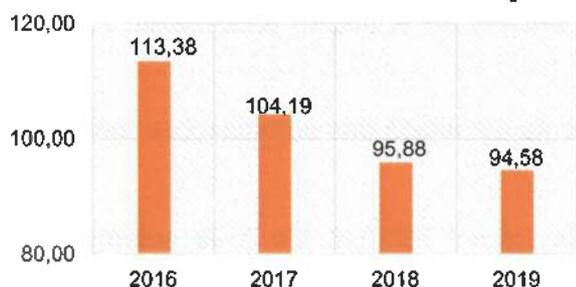
**3-Receita Corrente/ Despesa
Corrente+Amortizações MLP**



**4-Dívida Total Município/Limite Dívida
Total**



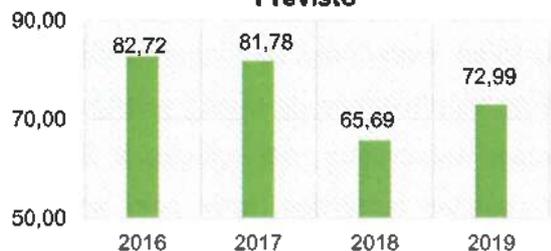
5-Receita Total/Receita Total Orçada



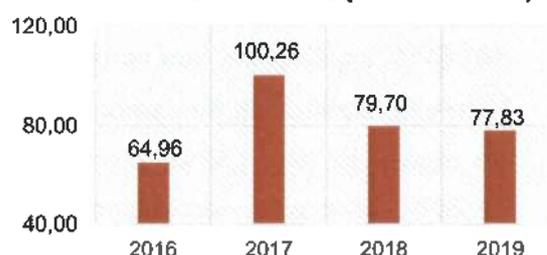
**6-Despesa Total/Despesa Total
Orçada**



**7-Investimento/Investimento Final
Previsto**



8-Investimento/Despesas Pessoal)



**9-Investimento/Empréstimos
Utilizados**



NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com “Pessoal do Quadro” na Receita Corrente do ano anterior

O indicador em análise compara a despesa de pessoal com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com a receita arrecadada do ano anterior. Este indicador apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 32,06%, tendo sofrido um acréscimo de 7,63% em relação a 2018, atingindo o valor de 34,61%, por via do acréscimo das despesas com pessoal, tendo mesmo as receitas correntes aumentado no ano anterior.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior de 13,34%, resultante quer da redução registado na execução das receitas correntes, quer do aumento verificado nas despesas correntes. Em 2019 apresentou o valor de 102,98%, mantendo-se, ainda assim, as receitas desta natureza acima das despesas em 2,98%, o que demonstra a verificação do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. A média deste indicador, no quadriénio foi de 123,48%.

3 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Conforme estipulado no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Este indicador, apresenta na gerência de 2019, o valor de 101,97%, significando que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do município, em 1,97%. O indicador sofreu um decréscimo, em relação a 2018, de 12,26%, quer pelo decréscimo registado nas receitas correntes, quer pelo acréscimo ocorrido na despesa da mesma natureza, tendo mesmo reduzido o valor das amortizações médias de empréstimos.

4 – Peso da Dívida Total do Município no Limite da Dívida Total para o ano.

Nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Não sendo possível, à presente data, o apuramento real do contributo daquelas entidades para a

dívida total do município, foi apurado o peso da dívida do município no limite referido, com base nos dados disponíveis e provisórios das entidades relevantes para apuramento da dívida total. Assim, na gerência de 2019, a Dívida Total do Município representou apenas 1,35% do Limite da Dívida Total do Município para o ano, valor mais baixo do quadriênio, representando um decréscimo de 42,00% em relação ao ano anterior.

Indicadores de Eficácia

5 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução da receita total foi de 94,58%, registrando-se um ligeiro decréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 1,35%, exclusivamente por via da execução de corrente, tendo-se mesmo verificado uma execução da receita de capital superior ao previsto. A taxa média de execução da receita, no quadriênio, foi de 102,01%.

6 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2019 sofreu um ligeiro acréscimo face ao ano transato de 1,52%, passando a despesa executada representar 87,12% do valor previsto, por via das duas naturezas de despesas, corrente e de capital. A taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 87,69%.

7 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

As despesas de investimento realizadas sofreram um acréscimo de 11,11% em relação ao ano transato, passando a representar 72,99% do valor previsto. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 75,79%.

Indicador de Eficiência/Produtividade

8 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

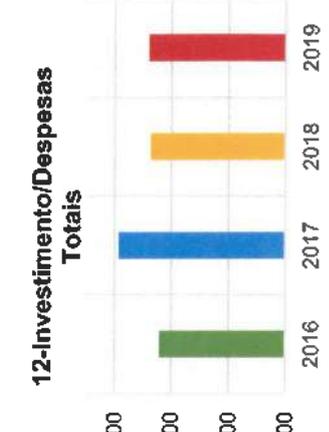
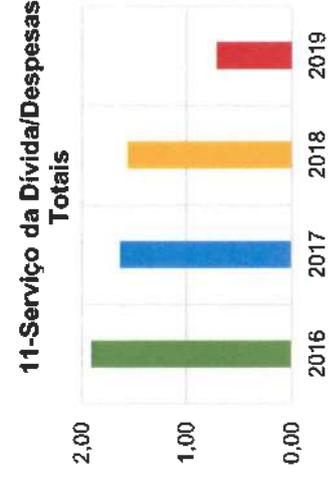
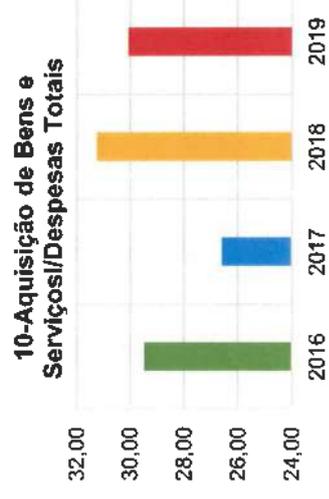
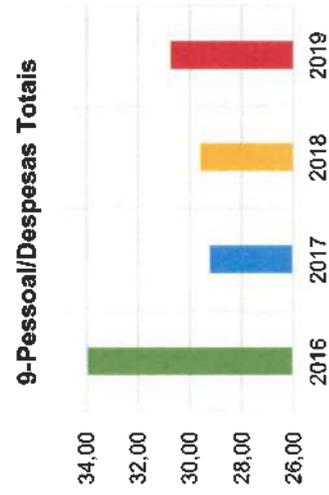
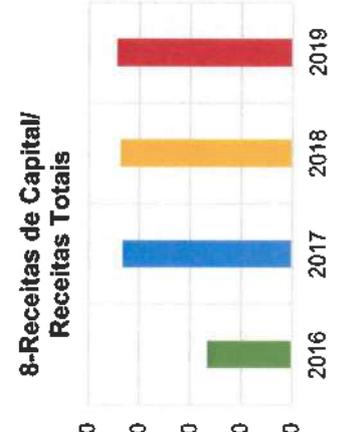
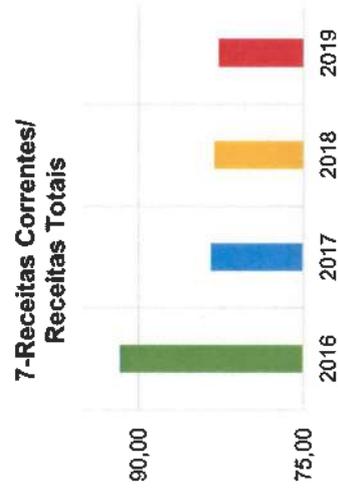
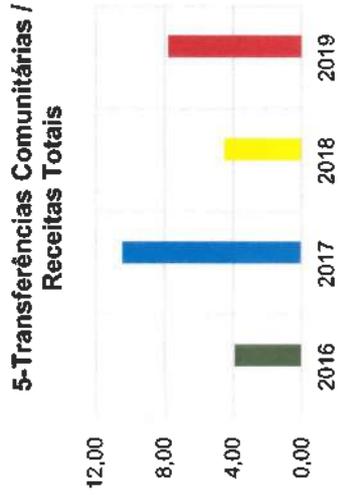
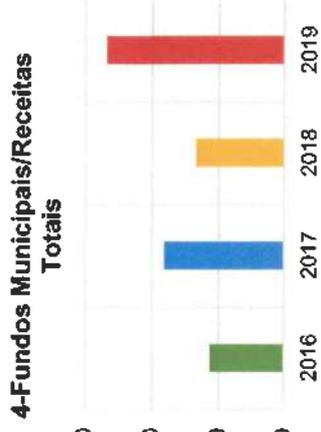
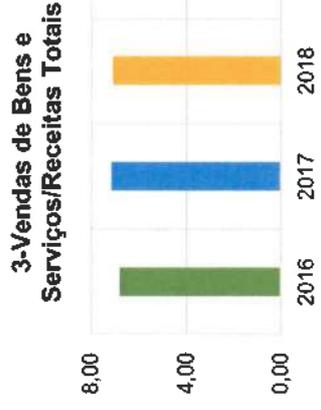
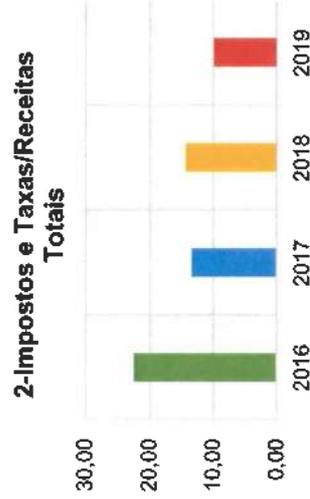
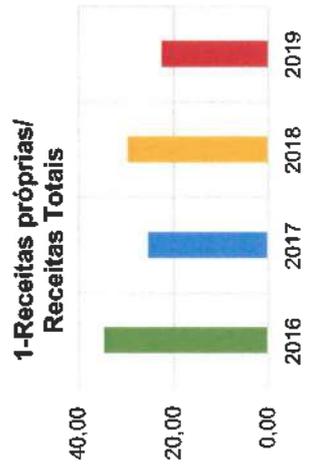
O indicador apresenta sofreu em 2019 um ligeiro decréscimo, em relação ao ano anterior, de 2,35%, atingindo o valor de 77,83%, devido ao acréscimo registado nas despesas com pessoal, tendo mesmo aumentado o montante do investimento.

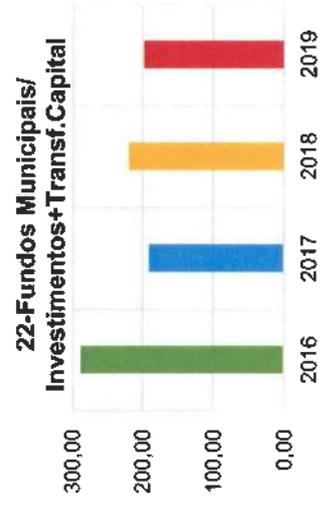
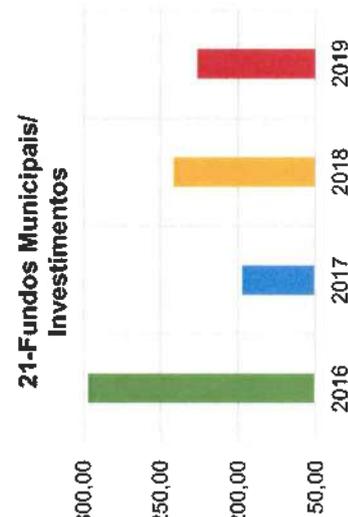
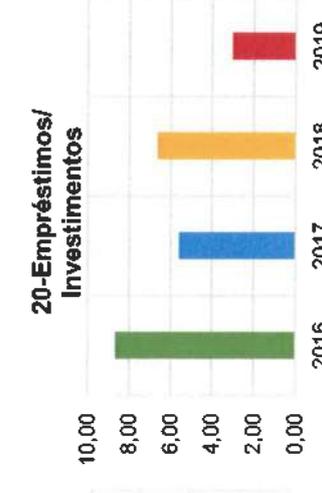
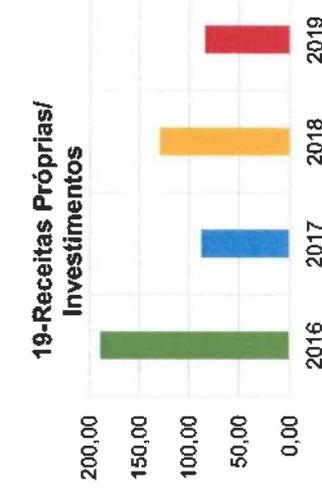
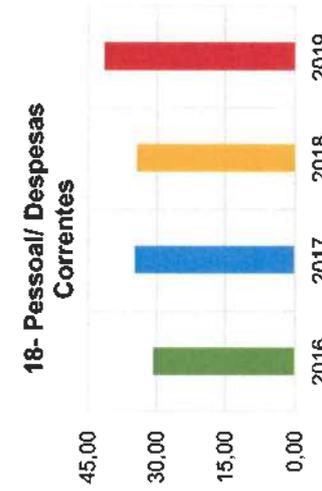
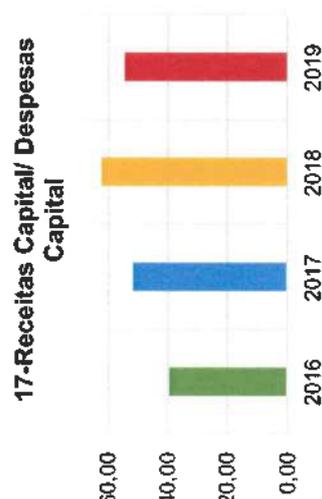
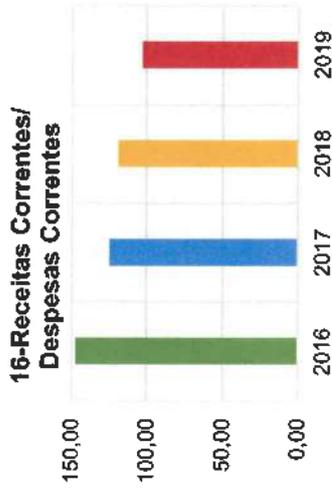
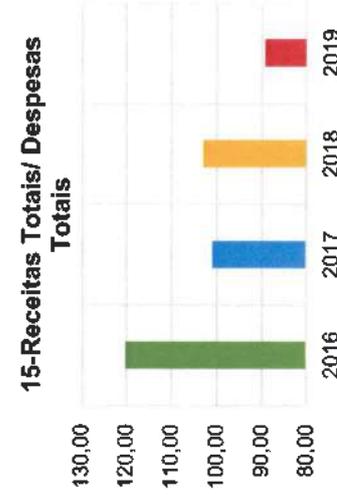
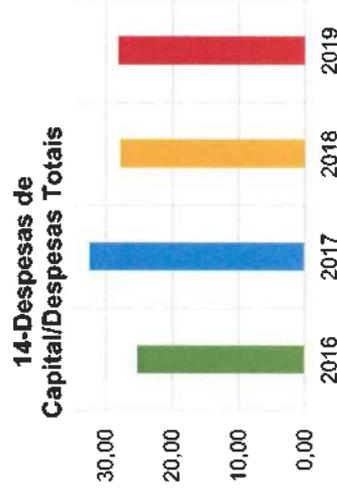
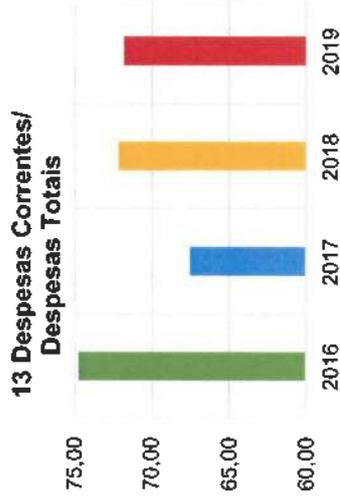
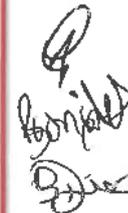
9 - Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

O indicador apresenta em 2019 um valor de 3.371,26 %, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 33,71. Este indicador sofreu um significativo acréscimo de 120,97% comparativamente a 2018, devido ao aumento das despesas de investimento bem como à redução do peso dos empréstimos no orçamento municipal.

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

INDICADORES	2016	2017	2018	2019
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	34,73	25,36	29,77	22,62
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	22,55	13,41	14,46	10,03
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	6,84	7,18	7,14	7,73
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	54,51	57,27	55,35	60,74
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	3,90	10,44	4,52	7,78
(6) Passivos Financeiros (Rec)/Receitas Totais	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	91,71	83,39	83,15	82,74
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	8,29	16,61	16,85	17,26
(9) Pessoal/Despesas Totais	33,95	29,22	29,60	30,75
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	29,49	26,60	31,27	30,10
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	1,91	1,63	1,56	0,72
(12) Investimento/Despesas Totais	22,05	29,30	23,59	23,93
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	74,75	67,52	72,15	71,79
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	25,25	32,48	27,85	28,21
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	120,19	100,92	103,12	89,34
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	147,46	124,64	118,83	102,98
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	39,44	51,59	62,42	54,66
(18) Pessoal/Receitas Correntes	30,80	34,73	34,52	41,59
(19) Receitas Próprias/Investimento	189,26	87,33	130,13	84,47
(20) Empréstimos /Investimento	8,66	5,56	6,63	3,02
(21) Fundos Municipais/Investimento	297,06	197,27	241,95	226,80
(22) F. Municipais/Investimento+ Transf. Capital (Desp)	289,27	191,12	220,83	199,33



NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receitas Próprias/Receitas Totais**

O indicador traduz o peso das receitas próprias no orçamento municipal e, conseqüentemente, o grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). Apresentou, ao longo do último quadriênio, valores que variaram entre os 22,62% e os 34,73%. Em 2019, o indicador sofreu um decréscimo (-24,00%), atingindo o valor mais baixo do quadriênio, 22,62%, em virtude da redução registado ao nível das receitas próprias do Município (-27,65%), essencialmente por via da redução da receita própria arrecadada pelo Município, sobretudo ao nível dos impostos diretos (Derrama), tendo mesmo as receitas totais sofrido um decréscimo (-4,80%).

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas representaram, em média, ao longo dos quatro anos, 15,11% das receitas totais, tendo sofrido no último ano um decréscimo de 30,63%, passando a representar 44,34% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim, em 2019, o valor mais baixo do quadriênio, 10,03%. Contribuiu para este resultado o decréscimo significativo registado na receita arrecadada proveniente da Derrama, tendo mesmo aumento do valor arrecadado por via dos Impostos Indiretos e as Taxas e ainda o decréscimo das receitas totais face ao ano anterior.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

A venda de bens e serviços correntes representam, em média, cerca de 7,22%, das receitas totais e cerca de 34,16% das receitas próprias da autarquia arrecadadas em 2019, tendo este tipo de receita sofrido um acréscimo (3,08%) em relação ao ano anterior. Impulsionado ainda pelo decréscimo registado nas receitas totais, o indicador sofreu um acréscimo de 8,28% face ao ano transato, atingindo o valor de 7,73% em 2019, valor mais alto dos últimos quatro anos.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos quatro anos, 56,97% das receitas totais, tendo registado o indicador, no ano de 2019, o valor mais alto do quadriênio de 60,74%, correspondendo a um acréscimo em cerca de 9,75%. Esta situação resulta do aumento registado ao nível da receita proveniente dos fundos do orçamento do estado (transferência ao abrigo do artigo 35.º do Regime Financeiro das autarquias Locais), em cerca de 4,48% e do facto das receitas totais terem sofrido uma redução em cerca de 4,80%.

Gráfico 5: Transferências Comunitárias/Receitas Totais

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação projetos de natureza corrente e de capital, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano de 2019, o indicador registou-se um significativo acréscimo face ao ano anterior (72,05%), atingindo assim o valor de 7,78%, obtido quer por via do aumento da receita proveniente de projetos cofinanciados, de natureza corrente e de capital, em cerca de 245 mil euros, quer por via da redução das receitas totais. No final de 2019 existia em pedidos de pagamento efetuados e ainda não reembolsados um valor de € 167.205,37.

Gráfico 6: Passivos Financeiros (Receitas) /Receitas Totais

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. Tal como verificado em anos anteriores, como não se procedeu à contratação de novos empréstimos, encontrando-se os empréstimos contratualizados integralmente utilizados, o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: Receitas Correntes/Receitas Totais

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos quatro anos, cerca de 85,25% das receitas totais. No ano de 2019 o indicador apresentou um ligeiríssimo decréscimo face ao ano anterior (-0,49%), tendo as receitas correntes representado cerca de 82,74% das receitas totais, valor mais baixo do quadriénio. Este valor resulta do facto das receitas correntes terem decrescido (-5,27%) mais do que as receitas totais (-4,80%).

Gráfico 8: Receitas Capital/Receitas Totais

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 14,75% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu assim um ligeiro acréscimo face ao ano transato, em cerca de 2,39%, passando a representar, em 2019, as receitas de capital 17,26% das receitas totais arrecadadas, consequência do decréscimo das receitas totais, tendo mesmo as receitas de capital sofrido uma ligeira redução (-2,52%).

Gráfico 9: Pessoal/Despesas Totais

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos quatro anos, 30,88% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2019, o indicador apresentou um valor de 30,75%, representando um acréscimo de 3,38% face ao ano transato. O aumento deste indicador ocorreu por via do acréscimo

registrado nas despesas de pessoal (14,14%), tendo mesmo as despesas totais sofrido um acréscimo de 9,88%.

Gráfico 10: **Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais**

Este indicador que apresentou um valor médio no quadriênio de 29,36% das despesas da autarquia, registou em 2019 o valor de 30,10%. Verificou-se assim um decréscimo do indicador face ao ano transato (-3,74%), devido ao decréscimo as despesas totais, tendo-se mesmo registado um aumento das aquisições de bens e serviços (5,77%).

Gráfico 11: **Serviço da dívida /Despesas Totais**

O indicador em análise representa o peso dos encargos decorrentes dos empréstimos de médio e longo prazo contratados no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os quatro últimos anos de 1,46%, evidenciando o fraco peso desta despesa no valor global da mesma. Este indicador sofreu um decréscimo significativo de 53,80%, representando o serviço da dívida dos três empréstimos contratualizados apenas 0,72 % das despesas totais da autarquia. O decréscimo registado no indicador operou-se quer pelo aumento das despesas totais, quer pela redução de 49,23% ocorrida no serviço da dívida.

Gráfico 12: **Investimentos/Despesas Totais**

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 24,72%. Na gerência de 2019 o indicador apresenta o valor de 23,93%, representando um ligeiro acréscimo de 1,44%, face ao ano anterior, resultante do aumento das despesas com aquisição de bens de capital (11,46%), tendo mesmo aumentado as despesas totais (9,88%).

Gráfico 13: **Despesas Correntes/Despesas Totais**

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos anos, um valor de 71,55%. Na gerência de 2019, as despesas correntes representaram 71,79% das despesas totais, correspondendo a um ligeiro decréscimo do indicador, em relação ao ano anterior (-0,51%), em virtude do acréscimo registado nas despesas totais (9,88%), ter sido superior ao aumento as despesas correntes (9,32%).

Gráfico 14: **Despesas Capital/Despesas Totais**

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 25% e 32%. No último ano, o indicador sofreu um acréscimo de 1,31%, passando as

despesas de capital a representar 28,21% das despesas totais, situação que resultou quer do aumento da despesa de capital (11,31%), quer do acréscimo das despesas totais (9,88%).

Gráfico 15: **Receitas Totais/Despesas Totais**

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se o valor médio no quadriênio de 103,39%. No ano de 2019 o indicador atingiu o valor de 89,34%, valor mais baixo do quadriênio, significando que as receitas arrecadadas foram inferiores às despesas realizadas, tendo havido a necessidade de recorrer ao saldo da gerência anterior. Esta situação ocorreu pela conjugação do decréscimo das receitas totais (-4,8%) e aumento das despesas totais (9,88%), situação que conduziu ao decréscimo do indicador, face a 2018, em 13,36%.

Gráfico 16: **Receitas Correntes/Despesas Correntes**

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos quatro anos entre os 119% e os 147%. Em 2019 o indicador sofreu um decréscimo de 13,34% face ao ano transato, atingindo o valor de 102,98%, facto que está diretamente relacionado com o decréscimo registada na receita corrente arrecadada (-5,27%) e com o aumento da despesa da mesma natureza (9,32%). Ainda assim, a receita corrente arrecadada foi superior à despesa suportada da mesma natureza, tendo-se verificado o princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17: **Receitas Capital/Despesas Capital**

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 52,03%. Na gerência de 2019, este indicador sofreu um decréscimo face ao ano transato (-12,43%), atingindo o valor de 54,66%, refletindo o decréscimo verificado nas receitas de capital (-2,52%) e o acréscimo das despesas de capital (11,32%).

Gráfico 18: **Pessoal/Receitas Correntes**

A despesa com pessoal representou, no ano de 2019, cerca de 41,59%, das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um acréscimo do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes (20,48%), obtido quer por via do decréscimo das receitas correntes (-5,27%), quer pelo aumento das despesas com pessoal em 14,14%. O indicador obteve ao longo do quadriênio, valores entre os 31% e os 42%, tendo registado, ao longo do período em análise, uma média de 35,41%, ou seja, cerca de um terço da receita corrente é utilizada em despesas com pessoal. Atualmente, com a revogação do artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, na redação dada pela Lei 44/85, de 13 de setembro, pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foram abolidos os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação, passando a existir a possibilidade de recrutamento de trabalhadores,

nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável e no cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, conforme estipulado pela Lei do Orçamento de Estado. O acréscimo das despesas de pessoal resultou da necessidade sentida pelo Município em recorrer ao recrutamento de novos postos de trabalho.

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não tem sido muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução ao nível das receitas próprias da autarquia, sendo o indicador influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Em 2019, as receitas próprias do município sofreram um decréscimo significativo de 27,65%, passando a representar 84,47% do investimento, valor obtido quer por via do decréscimo registada nas receitas próprias, quer pelo aumento do valor do investimento (11,46%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso do recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. Em 2019 o indicador sofreu um significativo decréscimo de 54,45%, atingindo assim o valor de 3,02%, valor mais baixo do quadriénio, reflexo do acréscimo registado no investimento (11,46%), bem como da redução dos encargos com empréstimos (-49,23%).

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2019 o indicador apresenta um valor de 226,80%, tendo decrescido em 6,26% face ao ano anterior, facto que se deveu ao acréscimo registado no investimento (11,46%), tendo mesmo aumentado a receita proveniente dos fundos municipais (4,48%).

Gráfico 22: **Fundos Municipais/ (Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio, no quadriénio, de 225,14% e atingindo em 2019 o valor de 199,33%, representando um decréscimo de 9,74% face ao ano transato devido ao acréscimo registado no investimento e nas transferências de capital, apesar do acréscimo registado ao nível dos fundos municipais.

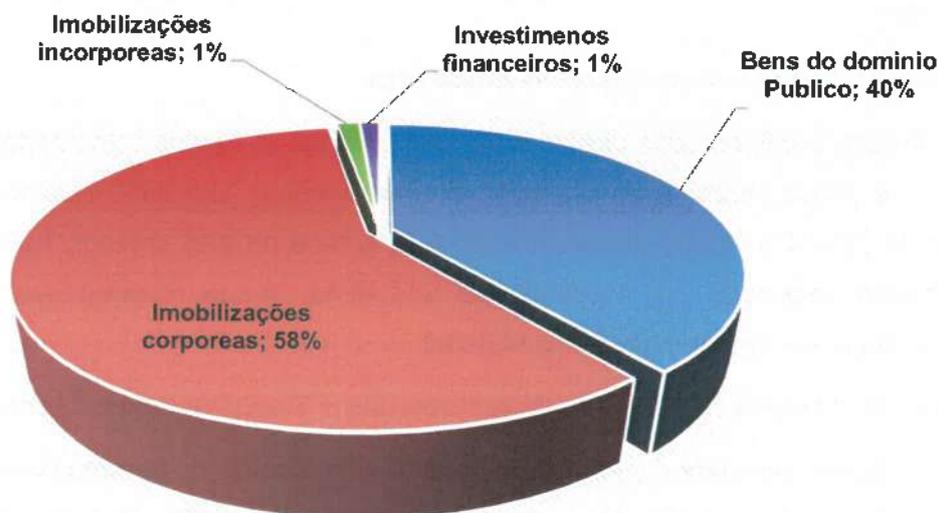
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO

No inventário inicial, elaborado em 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício económico de 2019, o Património Municipal registou o valor do imobilizado líquido de € 32.539.093,07, valor este que representa 89,05% do total do ativo líquido, tendo sofrido um ligeiro acréscimo (1,63%) face ao ano transato.

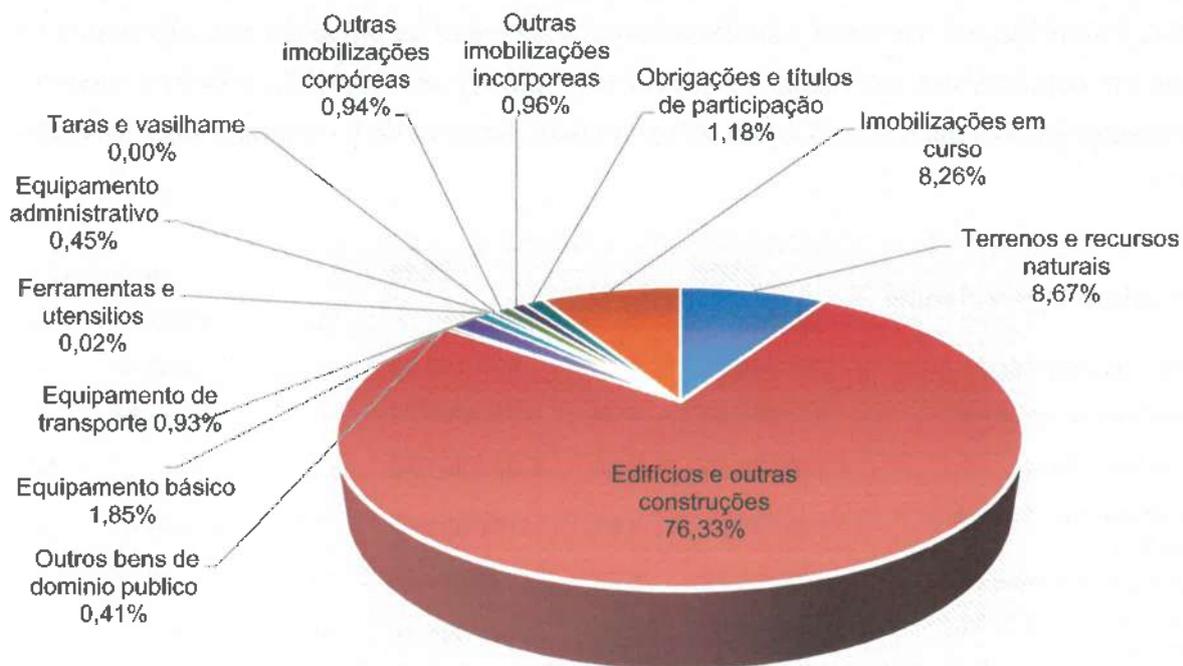
O imobilizado é constituído essencialmente por imobilizações corpóreas (57,75%) e bens de domínio público (39,68%), correspondendo a valores de 18.791 mil euros e 12.912 mil euros respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo dos bens do domínio público (-3,49%) e um acréscimo das imobilizações corpóreas (4,14%) face ao ano anterior. O maior acréscimo verificou-se nas imobilizações incorpóreas, mas face ao seu peso na estrutura do imobilizado líquido apenas passou a representar um peso de 1,39% e o valor de 451 mil euros. Os investimentos financeiros mantiveram o mesmo valor, 385 mil euros, representaram apenas 1,18% do imobilizado total.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO



A conta “Edifícios e Outras Construções” é a que apresenta maior peso na estrutura do imobilizado líquido (76,33%), por se tratar da conta onde se encontram inventariados para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Esta conta, que sofreu um ligeiro acréscimo de 0,97% face ao ano anterior registou, em 2019, o valor de 24.838 mil euros. Outras contas com algum peso na estrutura do imobilizado são os “Terrenos e Recursos Naturais”, que sofreram um ligeiro acréscimo de 0,45%, passando a representar 8,67% do imobilizado e a que correspondeu um valor de 2.820 mil euros e as “Imobilizações em Curso”, que sofreram acréscimo de 9,35%, passando a apresentar o valor de 2.689 mil euros e a representar um peso de 8,26%. A conta do “Equipamento Básico”, sofreu um decréscimo de 11,97%, passando a apresentar o valor de 603 mil euros e o peso de 1,85% na estrutura do imobilizado líquido. As “Obrigações e títulos de participação”, conta que reflete o valor referente ao Fundo de Apoio Municipal, registou o mesmo valor que o ano transato, 385 mil euros, representando o peso de 1,18%. As “Outras Imobilizações Corpóreas” registaram o maior acréscimo percentual (137,33%) passando a apresentar o valor de 313 mil euros. As restantes contas apresentaram valores pouco significativos, representando apenas 2,74% da estrutura do imobilizado líquido.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO - POR TIPO DE BEM



5.2. ANÁLISE ECONÓMICA

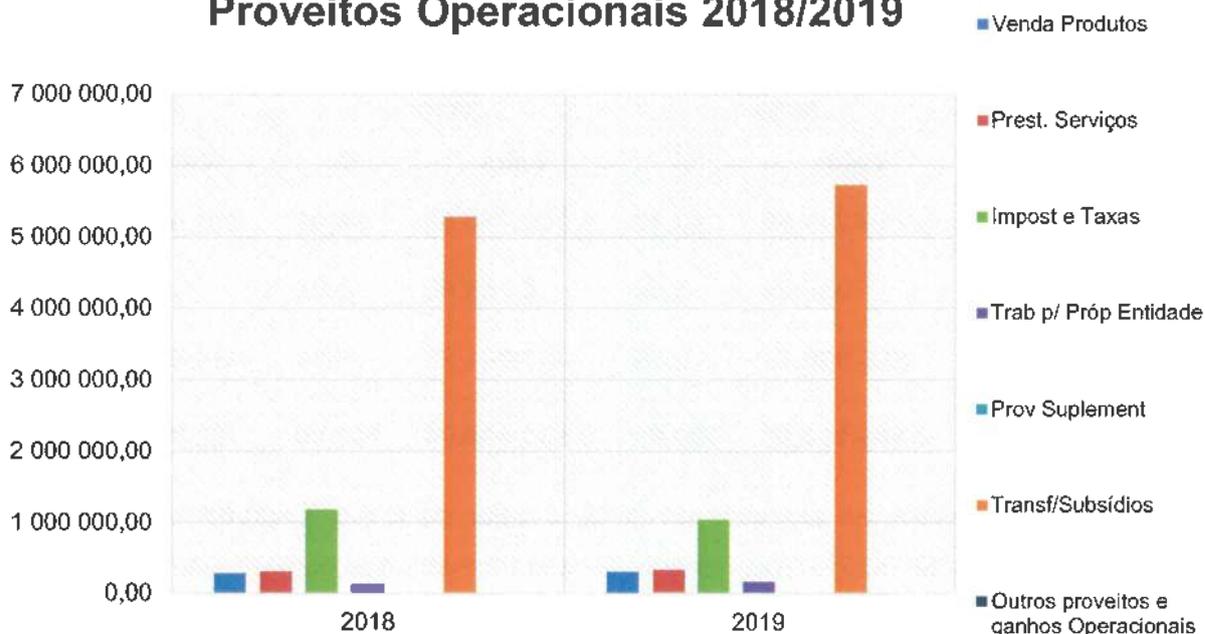
PROVEITOS

Estrutura Proveitos	2018		2019		Δ _{2018/2019}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais	7.192.754,19	83,38	7.568.847,66	88,50	376.093,47	5,23
Proveitos e Ganhos Financeiros	278.114,84	3,22	268.911,34	3,14	-9.203,50	-3,31
Proveitos Extraordinários	1.155.490,55	13,39	714.970,19	8,36	-440.520,36	-38,12
TOTAL	8.626.359,58	100,00	8.552.729,19	100,00	-73.630,39	-0,85

Os proveitos atingiram, no exercício de 2019, o valor de € **8.552.729,19** tendo sofrido uma redução de valor em cerca de 74 mil euros, que correspondeu a um decréscimo de 0,85% face ao ano anterior. Este facto resultou, essencialmente, do decréscimo registado nos proveitos extraordinários, que passaram a representar apenas 8,36% do total dos proveitos, atingindo estes o valor de 715 mil euros, tendo esta natureza de proveitos sofrido um decréscimo de 38,12%, o que correspondeu a uma redução deste tipo de proveito em cerca de 441 mil euros. De igual forma, os proveitos e ganhos financeiros, com peso de 3,14% na estrutura de proveitos, sofreram um ligeiro decréscimo de 3,31%, passando a registar, em 2019, o valor de 269 mil euros. Contrariamente, a natureza de proveitos que representa maior peso na estrutura dos proveitos, os proveitos operacionais (88,50%), sofreram mesmo um acréscimo em 376 mil euros (5,23%), atingindo esta natureza de proveitos o valor de 7.569 mil euros.

Proveitos Operacionais	2018		2019		Δ _{2018/2019}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	285.444,06	3,97	307.142,40	4,06	21.698,34	7,60
Prestação de Serviços	312.485,85	4,34	327.069,74	4,32	14.583,89	4,67
Impostos e Taxas	1.179.836,26	16,40	1.037.391,33	13,71	142.444,93	-12,07
Trabalhos para Própria Entidade	130.145,22	1,81	161.621,07	2,14	31.475,85	24,19
Proveitos Suplementares	3.198,78	0,04	3.214,68	0,04	15,90	0,50
Transferências e Subsídios Obtidos	5.280.783,81	73,42	5.731.695,38	75,73	450.911,57	8,54
Outros proveitos e ganhos Operacionais	860,21	0,01	713,06	0,01	-147,15	-17,11
TOTAL	7.192.754,19	100,00	7.568.847,66	100,00	376.093,47	5,23

Proveitos Operacionais 2018/2019



Os proveitos operacionais do exercício totalizaram € **7.568.847,66**, tendo sofrido um acréscimo, face ao ano transato de 5,23 %, a que correspondeu um aumento em valor de 376 mil euros. Esta situação deveu-se essencialmente ao acréscimo da conta com maior peso nesta natureza de proveitos (75,73%), as “Transferências e Subsídios Obtidos”, que se traduziu num acréscimo de valor em cerca de 451 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 5.732 mil euros, apesar de ter ocorrido um aumento generalizado das contas dos proveitos operacionais, à exceção dos “Impostos e Taxas”, que sofreram um decréscimo significativo de 142 mil euros, passando a registar o valor de 1.037 mil euros e um peso de 13,71% nos proveitos operacionais. As contas “Venda de Produtos” e “Prestações de Serviços”, com algum peso na estrutura dos proveitos operacionais, 4,06% e 4,23% respetivamente, sofreram acréscimos, atingindo assim valores de 307 mil euros e 327 mil euros, respetivamente. A conta que sofreu maior acréscimo percentual (24,19%) foi os “Trabalhos para a própria Entidade”, mas face ao seu peso nos proveitos operacionais (2,14%), apenas representou um aumento em cerca de 31 mil euros, atingindo assim o valor de 162 mil euros. A conta “Proveitos Suplementares”, com um peso de 0,04% nos proveitos operacionais, apresentaram valores próximos dos registados no ano anterior, cerca de 3 mil euros, não tendo influenciado os proveitos desta natureza. Finalmente os “Outros Proveitos e Ganhos Operacionais” sofreram o maior decréscimo percentual (-17,11%), contudo, em virtude do seu peso nesta natureza de proveitos, não teve impacto nos proveitos operacionais, registando um valor inferior a mil euros.

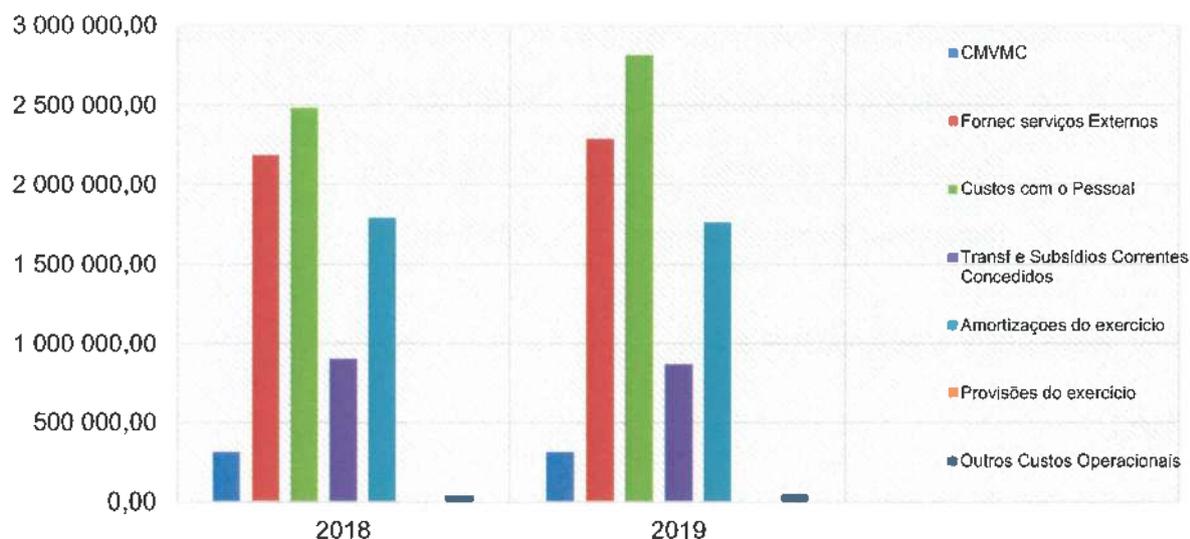
CUSTOS

Estrutura Custos	2018		2019		Δ2018/2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais	7.719.249,55	90,12	8.100.754,38	94,91	381.504,83	4,94
Custos e Perdas Financeiros	7.066,59	0,08	6.764,40	0,08	-302,19	-4,28
Custos e Perdas Extraordinários	838.836,71	9,79	427.881,26	5,01	-410.955,45	-48,99
TOTAL	8.565.152,85	100,00	8.535.400,04	100,00	-29.752,81	-0,35

Os custos totalizaram, no exercício de 2019, o valor de € **8.535.400,04** representando um ligeiro decréscimo de 0,35% relativamente ao ano transato, que correspondeu a uma redução de valor em cerca de 30 mil euros, devido ao decréscimo significativo dos custos e perdas extraordinários, em cerca de 49%, a que correspondeu uma redução em cerca de 411 mil euros, passando esta natureza de custos a apresentar o peso de 5,01% e um valor de 428 mil euros. Os custos operacionais, natureza de custos com maior peso na estrutura dos custos, sofreram mesmo um acréscimo face ao ano transato (4,94%), passando a representar 94,91% do total dos custos e atingindo, em 2019, cerca de 8.101 mil euros. Os custos e perdas financeiros, sofreram um decréscimo de 4,28%, mas em virtude do seu peso na estrutura dos custos (0,08%), esta redução não foi significativa, registando esta natureza de custos o valor de 7 mil euros.

Custos Operacionais	2018		2019		Δ2018/2019	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	315.231,40	4,08	314.865,97	3,89	-365,43	-0,12
Fornecimentos e Serviços Externos	2.185.757,79	28,32	2.287.590,22	28,24	101.832,43	4,66
Custos com o Pessoal	2.483.334,31	32,17	2.815.962,11	34,76	332.627,80	13,39
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	902.483,10	11,69	868.412,91	10,72	-34.070,19	-3,78
Amortizações do exercício	1.791.471,52	23,21	1.762.324,74	21,76	-29.146,78	-1,63
Provisões do Exercício	0,00	0,00	6.080,02	0,08	6.080,02	0,00
Outros Custos Operacionais	40.971,43	0,53	45.518,41	0,56	4.546,98	11,10
TOTAL	7.719.249,55	100,00	8.100.754,38	100,00	381.504,83	4,94

Custos Operacionais 2018/2019



Os custos operacionais totalizaram no exercício de 2019 o valor de € 8.100.754,38, tendo sofrido um acréscimo em cerca de 382 mil euros (4,94%), face ao ano anterior, essencialmente devido ao facto das contas com maior peso na estrutura dos custos operacionais terem registado aumentos de valor. O maior aumento dos custos verificou-se na conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (34,76%), os “Custos com o Pessoal”, que sofreu um acréscimo de valor em 333 mil euros (13,39%), atingindo assim o valor de 2.816 mil euros. Outra conta com um peso significativo nos custos operacionais, cerca de 28,24%, são os “Fornecimentos e Serviços Externos”, que registou um acréscimo face ao ano transato em cerca de 102 mil euros (4,66%), tendo atingido o valor de 2.288 mil euros. Contrariamente as “Amortizações do Exercício”, viram o seu peso reduzir na estrutura dos custos operacionais para 21,76%, correspondente a um decréscimo de em cerca de 29 mil euros, atingindo assim o valor de 1.762 mil euros. De igual modo, as “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos”, com um peso de 10,72% nesta natureza de custos, registaram o maior decréscimo (-3,78%) em cerca de 34 mil euros, tendo atingido, em 2019, o valor de 868 mil euros. O “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”, com um peso de 3,89% nos custos operacionais mantiveram-se próximos do valor registado no ano transato, apresentando o valor de 315 mil euros. Os “Outros Custos Operacionais”, registaram uma variação ainda significativa (11,10%), mas face ao seu nesta natureza de custos apenas correspondeu a um aumento de valor em cerca de 5 mil euros, apresentando o valor de 46 mil euros. No exercício de 2019 foram constituídas provisões no valor de 6 mil euros.

RESULTADOS

No exercício de 2019 apurou-se um resultado líquido do exercício de € 17.329,15. Para este valor do resultado líquido contribuiu os vários tipos de resultados da seguinte forma:

- ✓ Resultados Operacionais..... - € 531.906,72
- ✓ Resultados Financeiros..... € 262.146,94
- ✓ Resultados Extraordinários..... € 287.088,93

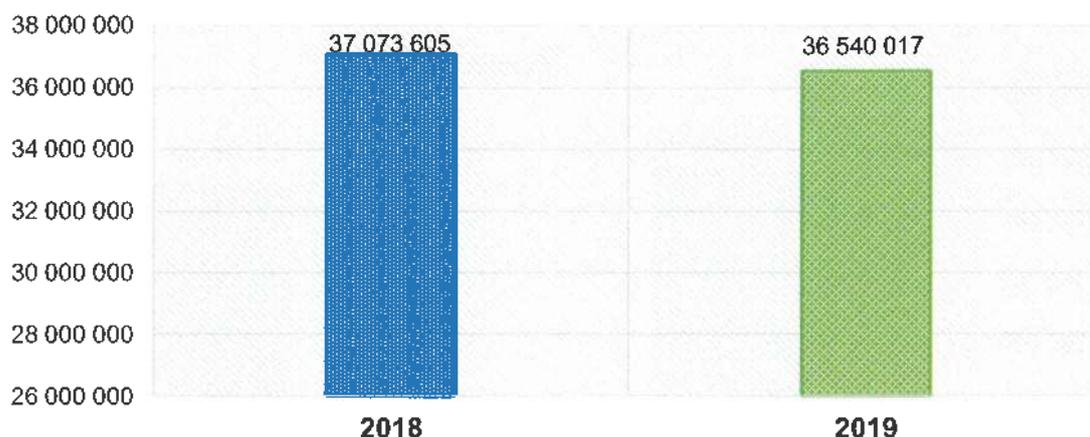
5.3. ANÁLISE FINANCEIRA

ATIVO

O Ativo Líquido do Município apresentou, no exercício de 2019, o valor de € 36.540.016,92, correspondendo a um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (1,44%), em cerca de 534 mil euros. Para esta situação contribuiu o significativo decréscimo das “Disponibilidades” (-28,56%), em cerca de 960 mil euros, que passaram a representar 6,57% do ativo, atingindo esta conta o valor de 2.401 mil euros. Também os “Acréscimos e Diferimentos”, com um peso de 2,61% no ativo, sofreram um decréscimo percentual (-19,02%), passando a registar, em 2019, o valor de 952 mil euros. A classe com maior peso na estrutura do ativo, o “Imobilizado” (89,05%), sofreu um acréscimo em cerca de 520 mil euros (1,63%), atingindo o valor de 32.539 mil euros. As restantes classes de contas, com pesos menos significativos, registaram acréscimos de valor num total de 129 mil euros, tendo as “Dividas de Terceiros” sofrido um acréscimo de 30,12%, mas face ao seu peso na estrutura do ativo (1,19%), apenas representou um aumento em cerca de 100 mil euros, passando assim a apresentar o valor de 434 mil euros e as “Existências” sofrido um acréscimo de 15,74% que se refletiu num aumento de valor em 29 mil euros, registando o valor de 185 mil euros.

Ativo	2018		2019		Δ2018/2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	32.018.658,18	86,37	32.539.093,07	89,05	520.434,89	1,63
Existências	184.847,04	0,50	213.932,93	0,59	29.085,89	15,74
Dividas de terceiros	333.527,25	0,90	433.969,36	1,19	100.442,11	30,12
Disponibilidades	3.360.734,41	9,07	2.400.841,89	6,57	-959.892,52	-28,56
Acréscimos e Diferimentos	1.175.838,23	3,17	952.179,67	2,61	-223.658,56	-19,02
TOTAL	37.073.605,11	100,00	36.540.016,92	100,00	-533.588,19	-1,44

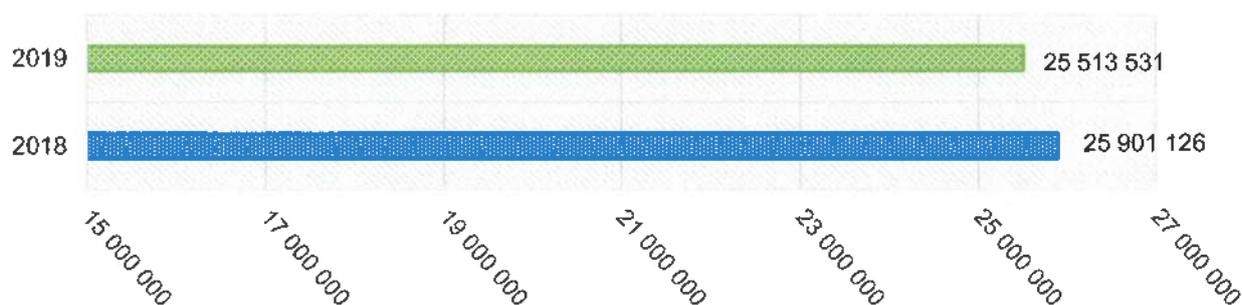
Ativo Líquido



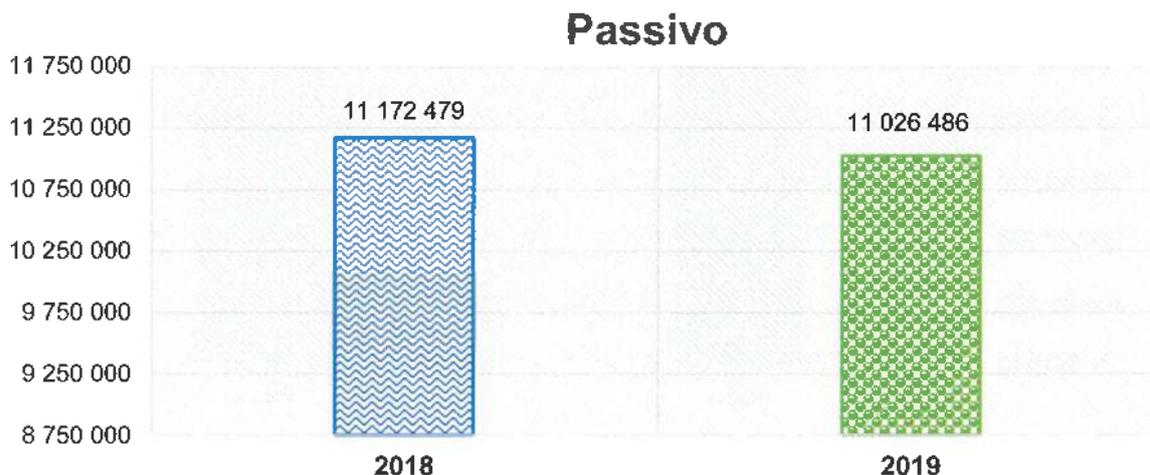
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios apresentaram, no exercício de 2019, o valor de **€25.513.531,13**, representando um ligeiro decréscimo dos fundos próprios, face ao ano transato, em cerca de 388 mil euros. A conta com maior peso na estrutura dos fundos próprios, o "Património", com um peso 72,03%, manteve-se inalterada, apresentando o mesmo valor do ano anterior, ou seja, 18.378 mil euros. As "Reservas" e os "Resultados Transitados", com pesos de 14,51% e 12,96% na estrutura dos fundos próprios, respetivamente, registaram comportamentos diversos, enquanto as "Reservas" sofreram um acréscimo em cerca de 31 mil euros, atingindo o valor de 3.702 mil euros, os "Resultados Transitados", sofreram um decréscimo em cerca de 384 mil euros, passando assim a apresentar o valor de 3.306 mil euros. O "Resultado Líquido", sofreu o maior decréscimo percentual face ao ano transato (-71,69%), traduzindo-se numa redução de valor em cerca de 44 mil euros, atingindo em 2019 apenas o valor de 17 mil euros. Por fim as "Doações", sofreram o maior acréscimo percentual (9,83%), mas face ao seu peso na estrutura dos fundos próprios, não tiveram influência na variação dos mesmos.

Fundos Próprios



PASSIVO



Passivo	2018		2019		Δ2018/2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	1.141.112,05	10,21	1.134.380,15	10,29	-6.731,90	-0,59
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	180.990,37	1,62	91.735,49	0,83	-89.254,88	-49,31
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	103.847,59	0,93	82.394,27	0,75	-21.453,32	-20,66
Acréscimos e Diferimentos	9.746.528,76	87,24	9.717.975,88	88,13	-28.552,88	-0,29
TOTAL	11.172.478,77	100,00	11.026.485,79	100,00	-145.992,98	-1,31

No exercício de 2019 o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão sofreu um ligeiro decréscimo em cerca de 146 mil euros (-1,31%), registando o valor de € **11.026.485,79**, tendo contribuído para esta situação a redução generalizado de todas as classes de contas que compõem o passivo. A classe com maior peso no passivo municipal (88,13%), os "Acréscimos e Diferimentos", na medida em que a integram os proveitos diferidos, sofreram uma ligeira redução de valor, em cerca de 29 mil euros, passando a apresentar o valor de 9.718 mil euros. As "Provisões para Riscos e Encargos", classe que representa 10,29% da estrutura do passivo, sofreram também uma ligeira redução, em cerca de 7 mil euros, representando 1.134 mil euros do total do passivo. As "Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazos," sofreram o maior decréscimo, em cerca de 89 mil euros (-49,31%), por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos, do FAM e da redução da dívida a fornecedores, passando a representar apenas 0,83 % do passivo e a apresentar o valor de 92 mil euros. As "Dívidas a Terceiros de Curto Prazo," que sofreram um decréscimo em cerca de 21 mil euros (-20,66%), registaram o valor de 82 mil euros.

Dívidas a terceiros	2018		2019	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos m/l prazo	143.475,37	50,37	79.230,49	45,50
FAM	37.515,00	13,17	12.505,00	7,18
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	56.397,20	19,80	19.780,85	11,36
Fornecedores com Faturas em conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado c/c	1.582,46	0,56	4.101,01	2,36
Estado e Outros Entes Públicos	27.293,33	9,58	47.838,03	27,47
Outros Credores	18.220,15	6,40	10.319,93	5,93
Cauções de Clientes	354,45	0,12	354,45	0,20
TOTAL	284.837,96	100,00	174.129,76	100,00

As "Dividas a Terceiros", atingiram o valor global de € 174.129,76, representando um decréscimo, face ao ano transato, em cerca de 111 mil euros (-38,87%), reflexo da redução de valor da generalidade das contas, à exceção da conta "Estado e Outros Entes Públicos" que sofreu um acréscimo significativo em cerca de 21 mil euros face ao ano transato, em virtude de todas as contribuições terem ficado retidas para serem entregues no prazo legalmente estipulado para o efeito, ou seja, no exercício seguinte, passando assim esta conta a representar 27,47% das dividas a terceiros e a apresentar o valor de 48 mil euros. A conta com maior peso nesta classe do passivo (45,50%), os "Empréstimos de Médio e Longo Prazos", sofreu uma redução significativa em cerca de 64 mil euros, por via do encerramento de um dos empréstimos de médio e longo prazos, apresentando o endividamento de médio e longo prazo o valor de 79 mil euros. De igual modo, os "Fornecedores Conta Corrente" e o "FAM", sofreram reduções de valor na ordem dos 62 mil euros (-65,80%), passando a representar um peso de 11,36% e 7,18%, respetivamente, no total das dividas do município e a apresentar a dívida a fornecedores conta corrente o valor de 20 mil euros e a dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) o montante de 13 mil euros. A conta "Outros Credores" sofreu também um decréscimo em cerca de 8 mil euros (-43,36%), passando a representar 5,93% das dividas a terceiros e a registar o valor de 10 mil euros. Contrariamente, a conta "Fornecedores de Imobilizado" sofreu o maior decréscimo percentual (159,15%), contudo face ao seu peso nesta classe do passivo, apenas representou um aumento em cerca de 3 mil euros, passando a representar apenas 2,36% das dividas a terceiros e a registar o valor de 4 mil euros. A conta "Cauções de Clientes" não sofreu qualquer variação em relação ao ano transato.

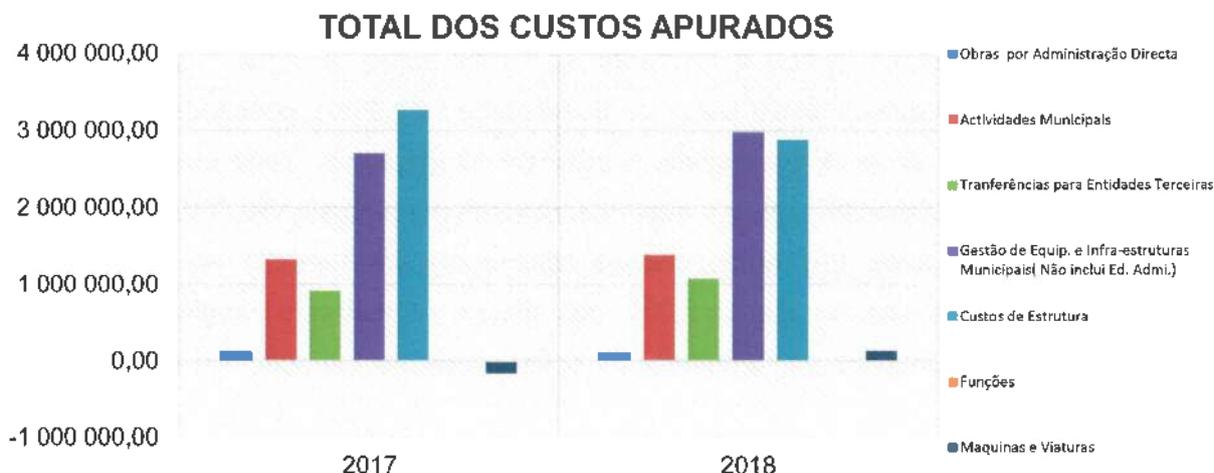
6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

O sistema de Contabilidade de Custos encontra-se implementado no Município desde 2010. Este processo, bastante complexo e rigoroso, para o qual são indispensáveis o empenho e a colaboração de todos os colaboradores do Município, encontra-se num processo de melhoria contínua, para que possam ser atingidos os seus objetivos. No ano de 2019 foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTOS APURADOS

Contabilidade de Custos	2018	2019
Custos Diretos a Bens	111.111,81	167.473,15
Custos Diretos a Atividades	8.454.041,04	8.367.926,89
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	8.565.152,85	8.535.400,04

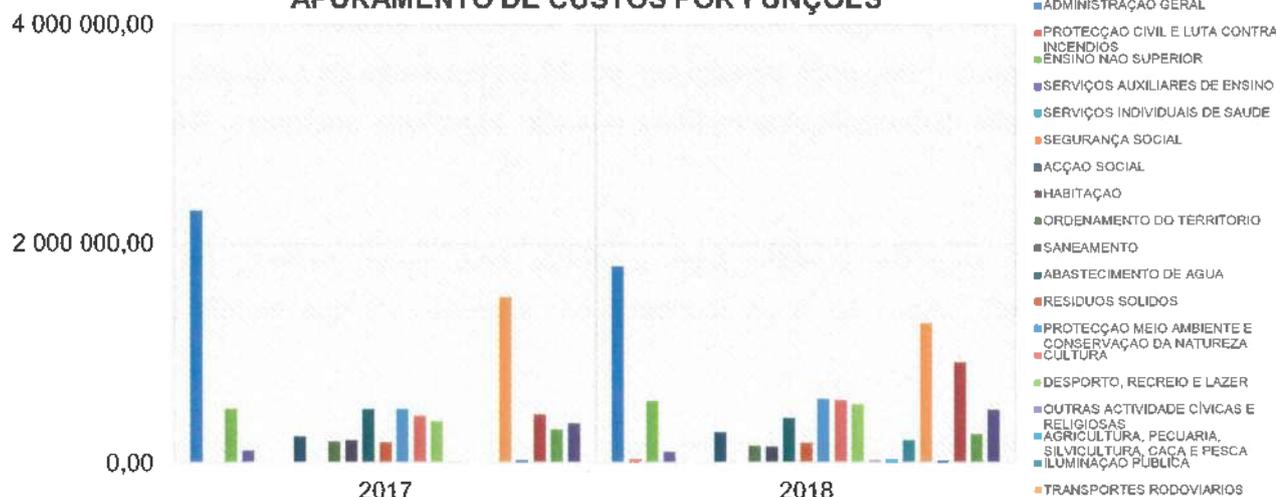
Grupos	Designação dos Grupos	2018	2019
91	Obras por Administração Direta	111.111,81	167.473,15
92	Atividades Municipais	1.383.236,56	1.536.264,43
93	Transferências para Entidades Terceiras	1.073.049,48	1.150.998,67
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.981.542,77	2.414.817,78
95	Custos de Estrutura	2.885.232,17	3.213.096,47
99	Máquinas e Viaturas	130.980,06	52.749,54
	TOTAL	8.565.152,85	8.535.400,04



APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2018	2019
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.794.365,89	2.170.477,55
121	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	31.319,59	25.672,78
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	564.951,75	653.861,39
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	96.312,95	88.579,18
213	ENSINO SUPERIOR	1.590,00	16.003,12
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	114,68	209,46
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	AÇÃO SOCIAL	278.657,01	231.062,52
241	HABITAÇÃO	7.692,09	12.470,55
242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	154.163,86	171.666,11
243	SANEAMENTO	145.502,39	125.914,97
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	406.948,82	466.717,47
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	179.239,82	243.088,87
246	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	580.788,52	697.013,80
251	CULTURA	569.057,06	606.634,33
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	531.825,89	432.599,07
253	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	21.217,46	4.730,30
310	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	41.027,80	0,00
320	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	205.405,92	194.717,92
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.272.145,85	1.287.282,04
341	MERCADOS E FEIRAS	23.942,91	18.029,47
342	TURISMO	916.050,55	438.478,17
343	COMÉRCIO	14,92	3.202,41
420	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	260.651,74	256.393,95
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	482.165,38	390.594,61
	TOTAL	8.565.152,85	8.535.400,04

APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES



7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos sofreu, em 2019, uma redução de € 64.244,88 resultante da amortização de capital dos empréstimos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2018	2019
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	270.847,79	143.475,37
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0	0
3. Amortização da Capital	127.372,42	64.244,88
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	143.475,37	79.230,49
5. Endividamento Líquido (4-1)	-127.372,42	-64.244,88

Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram definidas novas regras para o endividamento municipal. Nos termos da referida lei, município estava sujeito, durante o ano de 2019, aos seguintes limites cumulativos:

- ✓ “Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 % da amortização média de empréstimos”;
- ✓ “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Sempre que um município:
 - a) Não cumpra o limite previsto para a dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
 - b) Cumpra o limite previsto para a dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”

De acordo com os dados reportados à DGAL, o limite da dívida total para 2018 do município de Vila Velha de Ródão foi de € **10.586.233,78**.

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

Limite Dívida Total* (Art.º 52.º da Lei 73/2013)	Dívida do Município em 31/12/2019	Dívida das entidades relevantes para Dívida Total do Município**	Dívida Total do Município em 31/12/2019	Margem disponível	Limite da margem (20% /ano)
10.586.233,78	122.110,54	21.316,19	143.426,73	10.442.807,05	2.088.561,41

*Valores indicados pela DGAL

**Valor disponibilizados pelas entidades à data de elaboração do presente relatório

De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos, para além da dívida total de operações orçamentais do município, a dívida total das seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; as empresas locais e participadas, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

O valor da dívida total do município apurado teve em consideração, relativamente às entidades que integram o conceito de Dívida Total do Município relevantes para a mesma, os dados registados no SIAL, relativos ao quarto trimestre de 2019, corrigido, em algumas situações, pelos dados atualizados fornecidos por algumas dessas entidades, sendo que, a maioria dessas entidades ainda não fez o apuramento final das suas contas, pelo que o valor apurado ainda não reflete os dados definitivos de apuramento da Dívida Total do Município do final de exercício de 2019.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2019 foi de € 17.329,15. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- ✓ Resultados transitados€ 17.329,15;
- ✓ Reservas legais€ 8.664,58;
- ✓ Património.....€ 8.664,57.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A atual crise provocada pela pandemia do Coronavírus que levou, a 18 de março, à declaração do estado de emergência em Portugal, com o consequente estabelecimento de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, terá consequências, ainda não totalmente conhecidas, com inevitável impacto na atividade municipal e nas contas em apreciação. Desta forma, à presente data, não é possível apurar o valor desse impacto, uma vez que o mesmo dependerá da evolução da situação atual.

O Executivo Municipal, consciente do atual panorama mundial e, particularmente, local, tem vindo a atuar no sentido da prevenção da disseminação do COVID-19 e do apoio às entidades e à população em geral, mobilizando todos os meios e recursos disponíveis, por forma a promover uma maior eficácia e eficiência no combate a esta crise.

É expectável que o impacto provocado pela crise afete, nomeadamente:

- a) a arrecadação da receita relativa aos impostos municipais, como a derrama, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC), em consequência do diferimento do prazo para cumprimento das obrigações legais;
- b) o grau de execução dos projetos cofinanciados;
- c) o acréscimo de despesa em áreas de abrangência do conceito de saúde pública e de apoio financeiro a instituições de apoio a idosos do concelho.